

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

Alessandra André

A crise do sistema *políade*:

A redefinição da identidade ateniense nos discursos de Isócrates e Demóstenes

(séc. V e IV a.C.)

VITÓRIA
2009

Alessandra André

A crise do sistema *políade*:

A redefinição da identidade ateniense nos discursos de Isócrates e Demóstenes

(séc. V e IV a.C.)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas, sob orientação do Professor Doutor Gilvan Ventura da Silva.

VITÓRIA
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

A555c André, Alessandra, 1982-
A crise do sistema *políade*: a redefinição da identidade ateniense nos discursos de Isócrates e Demóstenes (séc. V e IV a.C.) / Alessandra André. – 2009.
126 f.

Orientador: Gilvan Ventura da Silva.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Isócrates. 2. Demóstenes. 3. Cidades-estados - Grécia. 4. Crises. 5. Identidade. 6. Bárbaros. 7. Grécia. 8. Macedônia. 9. Irã. I. Silva, Gilvan Ventura da. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

Alessandra André

A crise do sistema *políade*:

A redefinição da identidade ateniense nos discursos de Isócrates e Demóstenes
(séc. V e IV a.C.)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em de de 2009.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Alexandre Carneiro Cerqueira Lima
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Sergio Alberto Feldman
Universidade Federal do Espírito Santo

*Para a minha avó e mãe Nelza e, para Eduardo, com
muito carinho, pois sem eles jamais teria chegado aqui.
Para Vinícius, com muito amor, pela paciência e apoio
nas horas mais difíceis.*

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer ao Professor Doutor Gilvan Ventura da Silva, que desde a graduação me inspirou, por sua rara sabedoria e conduta profissional, a empreender a busca constante do conhecimento, agradeço sua valiosa e dedicada orientação. Agradeço principalmente a paciência e a compreensão, desde as fases mais difíceis de minha trajetória até este momento, nunca sendo ríspido, mesmo quando teve motivos para tal. Espero que o resultado deste trabalho seja digno de sua orientação, sem a qual seria impossível encontrar caminhos para chegar a um bom termo.

À Professora Doutora Adriana Pereira Campos e ao Professor Doutor Sergio Alberto Feldman, pelas aulas, nas quais o aprendizado foi de suma importância para a elaboração desta dissertação. Agradeço, mais uma vez, ao Professor Doutor Sergio Alberto Feldman pela atenção dispensada na leitura minuciosa do Relatório de Qualificação e pelos apontamentos pertinentes e valiosos que fez para o aprimoramento do Relatório. Pelos mesmos motivos, sou grata à Professora Doutora Carla Francalani.

À biblioteca do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) e às bibliotecas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, na pessoa dos seus funcionários, agradeço pela atenção que me foi dispensada. À Professora Maria Dalva Marchezi Rosário, pelo cuidadoso trabalho de revisão. Ao Programa de Pós-graduação em História, pelo apoio institucional.

Aos amigos, Sandra Loureiro Faller, Thuane Elize Batista, Thiago Zardini, Ana Gabrecht e, apesar da distância, à grande amiga e incentivadora Érica Cristhyane Moraes da Silva. Não poderia deixar de agradecer às amigas de todas as horas, Giovanna Entringer e Fernanda Coimbra, que comigo, como irmãs, trilharam esta longa jornada. Saibam que, sem vocês, ficaria bem mais difícil chegar até aqui.

Nossa cidade, em seu conjunto, é a escola da Hélade, e [...] segundo me parece, cada homem entre nós poderia, por sua personalidade própria, mostrar-se auto-suficiente nas mais variadas formas de atividade, com a maior elegância e naturalidade [...]. Compelimos todo o mar e toda a terra a dar passagem à nossa audácia, e em toda parte plantamos monumentos imorredouros dos males e dos bens que fizemos.

(ORAÇÃO fúnebre de Péricles transmitida por TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*. Livro II)

Na paz e prosperidade as cidades e os indivíduos têm melhores sentimentos, porque não são forçados a enfrentar dificuldades extremas; a guerra, ao contrário, que priva os homens da satisfação até de suas necessidades cotidianas, é uma mestra violenta e desperta na maioria das pessoas paixões em consonância com as circunstâncias do momento.

(TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*. Livro III)

Resumo

Após a Guerra do Peloponeso (431-404), a Hélade entra em uma profunda crise social, e as *stáseis* se tornam constantes. Esta crise afetará todos os âmbitos da vida das *póleis*, colocando em risco o próprio sistema *políade*. Ao mesmo tempo, desponta, no cenário grego, uma nova força, encarnada na figura do rei da Macedônia, Filipe II, que passa a intervir diretamente na complicada política da Hélade. Nesse contexto, surgem facções com posicionamentos distintos diante da interferência da Macedônia. Do ponto de vista cultural, teremos, nesse momento, uma redefinição da identidade grega no confronto com macedônios e persas. Para tanto, dois oradores atenienses desempenharão um importante papel: Isócrates e Demóstenes. Isócrates defende o ideal político da *cosmópolis*, acalentando o sonho de ver os gregos unidos contra o Império Aquemênida, sob o comando de Filipe II, que passa então a ser considerado grego em oposição ao persa, qualificado como bárbaro. Demóstenes, por sua vez, mostra-se a favor da manutenção do sistema *políade* característico do século V a.C. Para o orador, a *pólis* é uma organização política vital, razão pela qual considera Filipe o verdadeiro inimigo a ser combatido visto que o expansionismo macedônio coloca em risco a *pólis*. Demóstenes apela então aos gregos para que se unam numa ampla coalização contra a ameaça bárbara representada pelo rei da Macedônia. Tendo em vista tais considerações, procuramos, nesta dissertação, analisar a luta de representações que se estabelece na Hélade a partir do final da Guerra do Peloponeso, com base nas reflexões políticas de Isócrates e Demóstenes, com especial referência às figuras de alteridade que são por eles construídas dentro de uma lógica de oposição entre gregos e bárbaros.

Palavras-chave: Crise da *pólis* ; Identidade ; Representação ; Grécia ; Macedônia ; Pérsia ; Bárbaro.

Abstract

After the War of Peloponnesus (431 - 404 B.C.), Helade enters in a deep social crisis and the *stáseis* become constants. This crisis will affect all the scopes of the life of *poleis*, placing in risk the proper system *políade*. At the same time a new force appears at Greek scene, flesh-color in the figure of the king of Macedonia, Philip II, which starts to intervene directly in the complicated politics of Helade. In this context, factions with distinct positioning appear faced with the interference of Macedonia. From the cultural point of view we will have, at this moment, a redefinition of the identity Greek in the confrontation with Macedonians and Persians. For in such a way, two Athenian orators will play an important role: Isocrates and Demosthenes. Isocrates defends the ideal of the cosmopolis, lulling to sleep the dream to see the Greeks joined against the Aquemênida Empire under the command of Philip II, which it passes then to be considered Greek in opposition the Persian, qualified as barbarous. Demosthenes, in turn, reveals in favor of the maintenance of the system *políade* characteristic of century V B.C. For the orator, the *polis* was a vital politics organization, reason by which considered Filipe the true enemy to be fought in the measure where the Macedonian expansionism placed at risk the *polis*. Then, Demosthenes appeals to the Greeks so that they are joined in an ample coalition against the barbarous threat represented by the king of Macedonia. In view of such consideration we get in touch, in this dissertation, to analyze the fight of representations that establishes in Helade from the end of the War of Peloponnesus on basis of Isocrates and Demosthenes' politics reflections, with special reference to the distinct figures that they are for them constructed inside of a logic of opposition between Greeks and Barbarians.

Key words: Crisis of *polis* ; Identity ; Representation ; Greece ; Macedonia ; Persia ; Barbarous.

Sumário

Introdução.....	2
Capítulo 1	
A Crise do Mundo Políade e a Ascensão da Macedônia.....	21
A cidade-Estado grega: a <i>politéia</i>	21
A organização da comunidade cívica.....	25
Atenas e a formação do Império.....	32
Um mundo em conflito.....	36
Os <i>outros</i> : macedônios e persas.....	44
A <i>pólis versus a cosmópolis</i>	48
Capítulo 2	
Isócrates e a reconstrução da identidade grega: O modelo da <i>cosmópolis</i>	53
Isócrates, o arauto dos novos tempos.....	53
Um orador entre a <i>pólis</i> e a monarquia.....	57
Macedônios, gregos e persas.....	64
Capítulo 3	
Demóstenes e a defesa da soberania <i>políade</i>	75
O mestre da oratória grega.....	75
A campanha contra Filipe.....	82
Gregos e macedônios: a marcação da diferença perante o bárbaro.....	97
Considerações finais.....	108
Referências.....	117
Documentação primária impressa.....	117
Obras instrumentais.....	117
Obras de referência.....	119
Obras de apoio.....	120

Introdução

Após a Guerra do Peloponeso (431-404),¹ houve um processo de desestruturação da *pólis* clássica.² O mundo helênico mergulhou em uma profunda crise, tanto social, quanto econômica e política. As *póleis* começaram a guerrear incessantemente entre si. Instaurou-se a *stásis*, e, nesse momento crítico e de grande beligerância, nenhuma delas parecia capaz de solucionar os problemas que acometiam a Hélade.³

Mesmo Atenas e Esparta, as duas cidades que preponderavam durante o século V, não seriam capazes de tal proeza. As duas *póleis* encarnaram, na Guerra do Peloponeso, cada uma respectivamente, o confronto entre democracia e oligarquia. Sendo assim, ambas saíram, ao término do conflito, tão afetadas quanto as demais cidades.

É neste panorama da situação grega em fins do século V e início do século IV que se insere nosso objeto de estudo. A crise surgida nesse período levou a uma crise da própria identidade do sistema *poliáde* e, mais especificamente, da identidade, grega – esta que, por

¹ Todas as datas mencionadas neste trabalho são a.C.; as que não forem, serão apresentadas com d.C.

² Optamos por usar o termo *pólis* em vez de cidade ou cidade-estado. De acordo com André Leonardo Chevitarese, consideramos que esses dois termos, muitas vezes utilizados na historiografia, apresentam uma séria limitação para os pesquisadores interessados em pensar o espaço rural *poliáde*, e estes últimos são quase sempre obrigados a dar explicações preliminares. Assim, utilizamos o termo *pólis* no sentido em que Chevitarese a define “[...] como um espaço territorial marcado pela ação e tensão sociopolítica, cuja principal base econômica é a agricultura. Esta definição não invalida nem subestima o fato de algumas *póleis* terem uma atividade comercial bastante significativa, assentada em bens produzidos no espaço urbano. Mesmo nesses casos, porém, a agricultura continuou a desempenhar um papel econômico decisivo. Esse espaço territorial apresentaria posições marcadamente conservadoras, na medida em que as suas relações sociais estariam fundadas nos valores de honra e vergonha [...]. Esse espaço territorial, idealizado pelos seus habitantes como sendo uno, apresentaria, em termos palpáveis, inúmeras diferenciações espaciais que, em alguns contextos específicos, poderiam lhes escapar por completo ou poderiam se fazer representar pelo tom marcadamente agonístico que lhes movia. Esse último elemento revelaria múltiplos níveis de tensões sociais e políticas, que em alguns casos poderiam desembocar em *stásis*, motivados pelo fato (1) da maior parte da riqueza gerada ter sido acumulada de maneira desigual; (2) do uso dessa riqueza propiciar concentração das melhores terras nas mãos das poucas famílias abastadas; e (3) do tempo destinado ao lazer produtivo (*skolé*) dos habitantes sofrer uma fortíssima diferenciação, criando um amplo espectro de possibilidades quanto às suas participações nas questões públicas” (Chevitarese, 2004, p. 64-65).

³ Entendemos por Hélade toda a região grega que se organizou com base no sistema *poliáde*. Desse modo, quando nos referirmos à Grécia ao longo deste trabalho, estaremos nos referindo à Hélade. Além disso, tomamos o termo heleno como sinônimo de grego.

sua vez, estava fortemente arraigada na *pólis*. O sentido de comunidade, tão forte na *pólis*, entrou em colapso, surgindo a afirmação do individualismo e do ideal da *cosmópolis*.

Como foi dito acima, os gregos ou, mais especificamente, os dirigentes das cidades não encontravam uma maneira de solucionar a crise existente. Como afirmou certa vez Finley (1988a, p.61), a Grécia precisava de um elemento *estrangeiro* para “salvá-la” de si mesma. Esse elemento logo se mostrou na figura de Filipe II da Macedônia, que começou a se intrometer nas relações do mundo helênico.

Nesse período, a Macedônia, que até pouco tempo atrás não passava de uma realeza tribal, com o governo de Filipe passou por grandes transformações e despontava como grande potência, de caráter expansionista, no mundo mediterrâneo.

É nesse contexto que vão surgir claramente duas frentes políticas com posicionamentos distintos acerca do rei macedônio. Mas, mais do que isso, surgiram duas frentes que trouxeram mais uma vez para o cenário político heleno do século IV o debate sobre a diferença entre o *civilizado* e o *bárbaro*, ou melhor, entre o *grego* e o *bárbaro*.

A primeira, representada por Isócrates (436-338), defendia a proposta da *cosmópolis* e legitimava as ações de Filipe II sobre a Grécia, aconselhando inclusive este rei a promover uma campanha militar contra a Pérsia em nome dos gregos. Já a segunda, representada por Demóstenes (384-322), defendia a permanência do sistema *políade* como organização política. Filipe, assim, era visto como a maior ameaça para a Grécia. Desta forma, os gregos deveriam reunir-se contra a Macedônia.

Coloca-se, neste exato momento, uma questão delicada: a redefinição da imagem do persa e a inserção da Macedônia no mundo helênico. A fronteira entre gregos e bárbaros, entre a *pólis* e a monarquia começa a ser redefinida.

A discussão sobre a questão da *cosmópolis* e da *pólis* durante a primeira metade do século IV, assim como sobre quem é o *bárbaro* diante do grego, tem sido explorada por diversos autores, servindo para nós como pano de fundo. Neste trabalho, buscamos ver a partir de que momento a imagem do bárbaro bem como o próprio *ser* grego puderam ser reconfigurados, mesmo quando se pensava apenas afirmar o que era ser grego. Além disso, quando se menciona a oposição entre gregos e bárbaros na Grécia Antiga, na maioria das vezes o que está em discussão é a oposição clássica entre gregos e persas referente ao período das Guerras Greco-Pérsicas.

A Guerra do Peloponeso recebeu significativo destaque na história da Grécia Clássica em decorrência de seus impactos sobre esse mundo. Sobre os motivos desse conflito, Finley (1988a), em seu livro *Os gregos Antigos*, aponta como fator subjacente desse conflito a própria instituição da guerra. Para o autor, esta seria um instrumento antigo e freqüente da política grega. Contudo, a guerra era um meio e não um fim. A existência de *póleis* fortes de certa maneira evitava o conflito generalizado. No pós-guerra do Peloponeso, a força estava no número de homens armados; a paz era uma questão de aritmética. Tal posicionamento parece plausível, pois, ao final da guerra, a *stásis* se alastrou na Grécia, causada por contendias entre as *póleis* mais fortes da Hélade.

Sobre essa questão do poder, autores tradicionais, como Rostovzeff (1967) e Toynbee (1969), afirmam que, apesar de se intrometer em questões fundamentais de suas cidades aliadas, como na economia e na política, Atenas não se interessou em unificar a Grécia e, como consequência, deu espaço para uma disputa de poder que culminou na Guerra do Peloponeso. Mas, para nós, Atenas queria essa unificação e, se não o fez, foi provavelmente pelo fato de ser incapaz de tal feito. Para Claude Mossé (1997) e Finley (1989), foi justamente essa intromissão nas demais *póleis*, que rompia com o ideal de autonomia do sistema *políade*,

que acabou levando ao embate entre oligarquia e democracia que se concretizou com a Guerra do Peloponeso.

As abordagens na bibliografia mais geral, como as citadas acima, mantêm seu foco sobre os aspectos políticos, econômicos e sociais que a crise propiciou, havendo pouca discussão a respeito dos aspectos culturais do período. A bibliografia mais tradicional que trata desse período por meio de um enfoque cultural geralmente o faz de modo específico, como vemos no primoroso trabalho de Jaeger (1979), que tem como foco a educação e a formação do homem grego. Em nosso trabalho, optamos por um enfoque cultural que possua um foco mais amplo sobre esse período pós-Guerra do Peloponeso, ressaltando que o estudo da cultura de uma sociedade é extremamente importante para a compreensão dessa sociedade.

Concordamos com Geertz (1989), que afirma que, sem os homens, não haveria cultura, mas que, de forma semelhante sem a cultura, não haveria homens. Diferentemente dos demais seres vivos, o homem depende de um aprendizado que ordene o seu comportamento. Tanto nossas idéias como nossos valores, nossos atos e mesmo as nossas emoções são produtos culturais.⁴ E, assim, como há a diversidade humana, há a diversidade cultural; na realidade, a cultura é responsável por nos transformar em grupos sociais distintos (1989, p. 61-63).

Hoje, trabalhar a História Cultural quase sempre requer o respaldo de uma história política renovada. Nossa pesquisa desenvolveu-se dentro da área de concentração denominada *História Social das Relações Políticas*. A *história social das relações políticas* pode ser considerada uma nova forma da *História Política*. Rémond (2003), em seu trabalho, defende o retorno de uma história política renovada, que se vale de estudos de outras áreas, principalmente das Ciências Sociais, para o campo histórico. Acreditamos que, para o nosso estudo, que se utiliza de reflexões provenientes da História Cultural, a Nova História Política

⁴ Baseado nessas idéias, Geertz intitula os homens como “artefatos culturais”.

seja, sem dúvida, importante.⁵ Isso se dá pelo fato de percebermos que as esferas da vida social estão intimamente imbricadas, seja o econômico e o político, por exemplo, seja a cultura e a política. Sobre o político Rémond afirma:

[...] recapitula os outros níveis da realidade, o político é uma das expressões mais altas da identidade coletiva: um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua literatura [...]. Sua relação com a política revela-o, da mesma forma que seus outros comportamentos coletivos (Rémond, 2003, p. 449-450).

Por trabalharmos com o binômio *identidade/alteridade*, privilegiando a História Cultural, utilizamos trabalhos advindos de uma historiografia mais renovada, como o de Hartog (1999) e Cassin, Loraux e Peschanski (1993), valiosos para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Ambos trazem um enfoque cultural extremamente refinado, que envolve o estudo do Outro aplicado à realidade grega.

Hartog, em seu belo livro intitulado *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*, discute como, por meio do discurso, podemos construir uma “retórica da alteridade”, estabelecendo a diferença perante o *outro*, classificando-o, nomeando-o. Mesmo caminho é trilhado no livro *Gregos, bárbaros, estrangeiros: a cidade e seus outros*, organizado por Cassin, Loraux e Peschanski, que discute como a cidade grega foi construída, pensada em relação ao *outro*, como os valores são criados e como um conceito como o de bárbaro, por exemplo, se transforma ao longo do tempo. Como a imagem do *outro*, em nossos dois grupos de documentos, se refere respectivamente ao persa e ao macedônio, faremos, em

⁵ Segundo Daniel Roche, o vocábulo “cultura” continua a ser ambíguo e a pregar armadilhas, e que, para diferentes historiografias, como a alemã e a francesa, a palavra não é empregada da mesma forma. Afirma ainda que os historiadores atuais trabalham na junção das definições da escola alemã e da escola francesa e que a melhor compreensão desta junção foi dada por Claude Lévi-Strauss, em 1958, segundo o qual “a cultura agrupa um conjunto de desvios significativos de que a experiência prova que os limites coincidem aproximadamente. O fato de essa coincidência não ser nunca absoluta e não se produzir a todos os níveis ao mesmo tempo não deve impedir-nos de utilizar a noção de cultura.” (ROCHE, *apud* RIOUX, J-P; SIRINELLI, J-F. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 25-26).

nosso trabalho, um rápido retrospecto da história desses dois grupos no que se refere às principais características de cada um e aos pontos de suas histórias que vão ao encontro da história da Hélade.

Na bibliografia referente à Macedônia, lemos que a ascensão desta como uma potência no Mundo Antigo deve-se, sobretudo, às realizações de Filipe II. O monarca teve seu governo marcado pelo esforço de centralização política e inovações no exército. Autores como Fenton (2005), Toynbee (1969) e Hammond (1992) dão valor ao grande estadista que foi Filipe. O monarca, em seu governo, também foi agraciado por deter poderes mais amplos do que os seus predecessores, e tal fato decorreu muito mais de sua personalidade como líder político do que de mudanças institucionais na realeza macedônica (Mossé, 2004, p. 53).

Quando Filipe assumiu o trono, em 359, encontrou uma Macedônia em processo de unificação. O monarca completou a unificação do território e criou um poderoso reino, dando início a uma política expansionista. Foi por isso que ele empreendeu uma série de reformas no sistema político e militar de seu reino. Com um exército permanente, bem treinado e abastecido, Filipe ainda introduziu todos os aperfeiçoamentos mais modernos em tática grega que aprendera durante o período que ficou em Tebas e criou uma frota.

Levando em conta tais considerações acerca da bibliografia pertinente ao período por nós estudado, nossa dissertação visa a contribuir para o estudo da história da transição da *pólis* clássica para o período helenístico. Desse modo, a pesquisa interessa ao conhecimento histórico ao propor uma nova interpretação sobre o período da crise da *pólis*, que se estendeu após a Guerra do Peloponeso, a partir de um enfoque político-cultural para o tema.

Nosso principal objetivo, com esse trabalho, é analisar a redefinição da identidade grega no século IV, advinda do confronto das duas vertentes de pensamento já citadas – uma representada por Isócrates, *cosmopolita*, e a outra por Demóstenes, defensor do sistema

políade. Para que essa tarefa possa ser realizada com sucesso, iremos caracterizar a crise do mundo *políade*, identificar as relações Grécia/Pérsia/Macedônia, antes e após a Guerra do Peloponeso, e analisar a imagem de Filipe e dos persas dentro das obras de Isócrates e de Demóstenes segundo a lógica grego *versus* bárbaro.

*

O *corpus* que selecionamos para o presente estudo é composto por fontes textuais: dois discursos políticos de Isócrates⁶ e as três *Filípicas* de Demóstenes. Ambos os autores eram atenienses – mesmo no período logo após a Guerra do Peloponeso, é difícil falar da história da Hélade sem a confundir com a história de Atenas. Esses textos são classificados, em termos literários, como orações e, em um sentido mais amplo, como discursos – e estão dentro da tradição retórica clássica. De acordo com Reboul (2004), retórica é a arte, *techné*, de persuadir pelo discurso. De certa maneira, podemos dizer que os gregos inventaram a retórica.

O vocábulo “discurso” ostenta, segundo o contexto em que se inscreve, uma polivalência de sentidos. No plano da oratória, designa a elocução pública que visa a comover e persuadir. Pode ainda assumir um sentido de “tratado”, “dissertação” ou equivalente (Dubois, 1997, p. 154-155).

Os discursos de Isócrates e Demóstenes incluem-se nos cânones da retórica grega. Em sentido amplo, retórica designava a teoria ou ciência da arte de usar a linguagem com vistas a persuadir ou influenciar. Ainda podia significar a própria técnica da persuasão pela palavra, a *ars bene dicendi* (a arte de bem dizer), como predicavam os antigos (Todorov; Ducrot, 1972, p. 430-431). Em sentido restrito, alude ao emprego ornamental ou eloqüente da linguagem. Corresponderia a uma teoria da eloqüência, entendida essa como a soma de princípios que

⁶ O *Panegírico*, de 380, à *pólis* de Atenas, e o discurso *A Filipe*, de 346, que são textos que têm como foco central a união dos gregos e a guerra contra a Pérsia.

ensinam a tirar o melhor partido das palavras a fim de agradar e, indiretamente, convencer (Reboul, 2004).

Do lado da retórica, estava a oratória. Considerando que a retórica era como a teoria ou a ciência do bem dizer, a oratória constituiria a prática ou a arte de bem dizer. Ou seja, os fundamentos teóricos da atividade oratória se encontram compendiados na retórica. Orador era aquele que falava ou escrevia para convencer.⁷

Os teóricos gregos distinguiram três espécies de oratória: a *epidítica*, que louva ou denigre; a *deliberativa* ou *política*, que discute questões públicas; e a *judiciária*, que acusa ou defende. As obras de Isócrates e Demóstenes se encaixam nas duas primeiras modalidades. Isócrates, contudo, não apresentava, ele mesmo, seus trabalhos, pois não tinha uma boa dicção e era muito tímido perante o público. Assim, não possuía as características fundamentais de um bom orador como, por exemplo, Demóstenes. Por isso, Isócrates se tornou professor de oratória.

Os discursos em questão provavelmente eram lidos em público. Os de Demóstenes, em especial, eram proferidos nas assembléias. Dos textos de Isócrates, muitos foram publicados. Tais escritos deviam ser lidos ainda entre os círculos de poder da *pólis* ateniense e, em alguns casos, entre os das demais *pólis*, já que, nesse período, a leitura coletiva dos mais variados textos era uma prática corrente (Cavallo; Chartier, 2002).

O conjunto de textos denominados *Filípicas*, escrito por Demóstenes, ataca a figura de Filipe II da Macedônia. O autor se dirige aos gregos, denunciando a inércia dos seus compatriotas em relação a Filipe. Na época em que as *Filípicas* foram escritas, o governante macedônio estava cada vez mais próximo de conquistar a Grécia e Demóstenes não via esse fato com bons olhos.

⁷ Desta forma, mesmo que Isócrates não pronunciasse seus discursos como Demóstenes, também podemos chamá-lo de orador, já que escrevia com o objetivo de convencer.

Isócrates, no conjunto de textos analisados por nós, já vê, na pessoa de Filipe, uma possibilidade de pacificação e unificação da Hélade. O primeiro texto é um panegírico dedicado à cidade de Atenas e escrito em 380, no qual o autor afirma que os dirigentes da *pólis* deveriam promover a pacificação da Grécia e declarar a guerra contra a Pérsia a fim de solucionar os problemas sociais dos helenos. A segunda de suas orações fala sobre a possibilidade de o rei em questão reconciliar as cidades gregas e fazer a guerra contra a Pérsia.

Com base na documentação apresentada, pretendemos mostrar que a desestruturação da *pólis* levou a uma crise da identidade grega, desdobramento da crise pela qual passava o próprio sistema *políade*, já que a comunidade representava a própria cidade. Essa desestruturação conduziu à elaboração de propostas políticas para solucionar a crise que implicavam a redefinição da identidade grega e, ao mesmo tempo, a produção de figuras de alteridade. Tais figuras de alteridade se referiam ao *bárbaro* – ao não-grego.

Do ponto de vista de Isócrates, a redefinição da identidade grega implicou a inserção dos macedônios na cultura helênica. Essa redefinição era necessária para que Filipe pudesse promover a pacificação das cidades gregas e liderar os gregos contra a Pérsia, o que funcionaria como válvula de escape para a crise gerada após a Guerra do Peloponeso. Já do ponto de vista de Demóstenes, ocorreu a reafirmação do princípio segundo o qual os macedônios eram bárbaros devido principalmente ao seu sistema político, a realeza. Por extensão, o domínio macedônico sobre a Hélade era indesejável pelo fato de, na concepção de Demóstenes, o ideal político da Grécia ser ainda o ideal da autonomia dos cidadãos.

Thébert (1985), analisando a utilização do conceito de estrangeiro em Atenas, na época clássica, abraça o debate cultural. Thébert propõe que momentos políticos diferentes interferem nas *representações* produzidas pelos grupos sociais. Esse estudo contribui com

orientações teóricas para o assunto em questão, como *identidade, imagem e representação* que nos permitem a adoção de uma perspectiva diferenciada a partir da análise dos discursos de Isócrates e Demóstenes sobre Filipe e os persas.

*

O aporte teórico que utilizaremos em nossa pesquisa gira em torno do *poder* e da *representação*, pois pretendemos analisar o contexto cultural da sociedade grega no Pós-Guerra do Peloponeso que conduziu a uma redefinição de representações e identidades no período de transição para a época helenística. Os principais conceitos que empregaremos serão os de *identidade, representação e estigmatização*.

Woodward (2000) e Silva (2000) defendem que a identidade não é algo fixo ou imutável, negando assim qualquer caráter essencialista da identidade. Woodward mostra, por exemplo, que um dos cerne da discussão em torno das identidades é se elas têm ou não alguma essência, algo que não mude ao longo do tempo.

De acordo com Silva, embora possa parecer, à primeira vista, que identidade e diferença são categorias independentes uma da outra, elas não o são de fato. Ambas estão em relação de dependência: para uma existir, a outra é necessária. Isso significa dizer que a identidade é relacional. Silva (2000, p. 82-83) diz mais. Diz que, na verdade a diferença não é, como comumente se pensa, uma consequência da identidade, mas a identidade é resultado de um processo de diferenciação que produz tanto a identidade quanto a diferença (como resultado).

Influenciado por Saussure, o autor afirma que a identidade e a diferença são *criaturas da linguagem* e que, justamente por isso, estão sujeitas à instabilidade que marca o próprio sistema lingüístico. Tal fato confirma a tese de que a identidade não é imutável. Já Woodward (2000) expõe como as identidades são inclusive contestadas em momentos de crise econômica, política ou social.

O fato de vivermos hoje em um momento de crise das diversas identidades faz a discussão sobre a identidade ter tão grande destaque. Em momentos de crise, de acordo com Woodward, ocorre uma fragmentação do "presente" que desperta um desejo de volta ao "passado", e tal passado é visto como real, autêntico, cristalizado, fornecendo uma âncora identitária para as relações sociais.

O período por nós analisado é um exemplo disso. Durante o século IV, na Grécia, mais especificamente em Atenas, já que a documentação por nós analisada foi produzida por dois atenienses, houve uma profunda crise política, econômica, social e cultural. O sistema *poliade* estava em crise, juntamente com o seu ideal de autonomia e auto-suficiência.

Diante de um momento tão crítico, no qual tudo parece ruir – valores, instituições e outros –, os gregos apelam para o seu “passado”, em que o conforto existe e, em que criam os seus “mitos fundadores” para produzir aquilo que Anderson (2008) chama de “comunidade imaginada”. Anderson diz que uma comunidade é imaginada porque os seus membros, por menor que seja a comunidade, “[...] jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (2008, p.32).

Silva define “mitos fundadores” como um símbolo pátrio que ajuda a fixar ou reafirmar uma identidade.

Fundamentalmente, um mito fundador remete a um momento crucial do passado em que algum gesto, algum acontecimento, em geral heróico, épico, monumental, em geral iniciado ou executado por alguma figura ‘providencial’, inaugurou as bases de uma suposta identidade nacional [...] (Silva, 2000, p. 85).

No caso dos atenienses, era comum o apelo à batalha de Maratona e ao combate naval de Salamina, como elemento de identidade para os atenienses. Sobre esses acontecimentos, Isócrates diz no seu discurso *A Filipe* o seguinte: “[...] o que mais celebra nossa cidade [é] a

batalha de Maratona, e o combate naval de Salamina, e mais que tudo o abandono dela [Atenas] na hora certa por seus cidadãos para o bem comum de todos os gregos [...]”(52).

Em um momento de crise, os atenienses ainda vivenciavam sua “essência” de vitoriosos em combates travados há mais de cem anos, acontecimentos que ainda eram evocados para afirmar sua identidade (Woodward, 2000).

Contudo, como bem ilustram Woodward e Silva, quando se recorre a um passado, no que concerne às identidades, reconstrói-se esse passado. Quando se recorre a elementos do passado, explica-se mais uma identidade do presente do que do passado. Isso demonstra que as identidades são construídas e que são tanto simbólicas quanto sociais. E a diferença estabelecida entre gregos e bárbaros, em nossa pesquisa, é uma diferença que se baseia principalmente no aspecto cultural – língua, tradições e cultos comuns.

Essa tentativa dos gregos de reescrever a história tem o aspecto de autenticação da identidade. O passado, como já foi dito, é reelaborado pelas pessoas que o reivindicam como “real”. Mas é preciso perceber que todo sujeito fala sempre a partir de uma posição histórica e cultural específica.

Sobre a identidade cultural, Woodward, baseando-se em Stuart Hall, diz que há duas formas de se pensar esse tipo de identidade:

[na primeira] uma determinada comunidade busca recuperar a “verdade” sobre seu passado na “unicidade” de uma história e de uma cultura partilhadas [...] A segunda concepção de identidade cultural é aquela que a vê como “uma questão tanto de ‘tornar-se’ quanto de ser” (Woodward, 2000, p. 28).

Os gregos antigos tinham um forte sentimento de pertencer a uma comunidade fundada sobre uma língua, tradições e cultos comuns. Tal noção se opunha à de bárbaros, e esta oposição coincide, antes de mais nada, com um conteúdo cultural – o bárbaro seria aquele que não fala

grego e que, de forma mais generalizada, não pertence à Civilização Grega. Daí resulta a consciência de uma diferença.

Minimizando este sentimento de pertença a uma comunidade fundada sobre aspectos culturais por excelência, Thébert (1985, p. 19) afirma que a consciência que o grego tinha de sua originalidade era superficial. Em vez de porem em evidência a diferença fundamental que existia entre a organização política, econômica e social do mundo grego e a de seus vizinhos, a começar pelo imenso Oriente, os gregos se contentavam muitas vezes com críticas secundárias, como o sentimento de pertencer a uma cultura, sem buscar analisar as razões dessas diferenças culturais. Nós, particularmente, não concordamos com essa afirmação de Thébert, pois subestimar o aspecto cultural e o papel que esse exerce sobre a maneira pela qual uma comunidade se enxerga a si mesma seria como afirmar que os diversos âmbitos de uma sociedade estão totalmente dissociados.

Como a própria identidade cultural é fluida, flexível, a diferença também o é. Quer dizer que existem flutuações na imagem do *outro* – no nosso caso, na imagem do bárbaro – que sempre dependem do momento histórico específico em que as imagens de alteridade são produzidas.

Durante o século V, o bárbaro por excelência atacado pelos gregos foram os persas, uma vez que, no início do V século, os persas foram a maior ameaça para a Grécia. Mas, no século IV, quando a grande ameaça já não era mais o Império Persa, o conflito político passou a girar principalmente em torno da Macedônia, que, com a crise grega, assumiu um novo lugar nesse mundo. Todavia, o persa continuou sendo uma figura de alteridade importante.

Para melhor compreendermos a situação, vejamos dois extratos documentais: o primeiro, escrito por Isócrates, e o segundo por Demóstenes ambos atenienses. Os dois extratos deixam bem claro o conflito existente:

Muitos gregos têm por invencível o exército do Grande Rei, mas justo será que nos maravilhemos de que, se um homem bárbaro e mal educado pode fundar um

império, estabelecendo-o sobre a escravidão, um homem grego, muito experiente na guerra e inclinado à liberdade, há de dissolvê-lo facilmente.

Digo, pois, que o conveniente é fazer bem aos gregos, reger as vossos macedônios, e dominar sobre o maior número de bárbaros que puderdes. Porque se isto fizerdes, todos ficarão muito agradecidos: os gregos, pelos benefícios que recebem; os macedônios, por ver que os tratam como rei, e não como um tirano, e todos os demais porque serão livrados por vossa mão do despotismo dos bárbaros, e se verão sob o bondoso governo dos gregos (*Ad. Phil.* 54).

[...] se um escravo ou um filho putativo dissipasse, esbanjasse bens que não lhe pertencem, por Hércules, todos diriam: ‘como isso é terrível e merece a nossa cólera [...]’ A respeito de Filipe, porém, e do que ele faz atualmente, não têm essa atitude [gregos], embora ele não seja grego e nada tenha em comum com os gregos, e nem mesmo seja um bárbaro de lugar que valha a pena mencionar, mas, sim, um miserável da Macedônia, de onde antes nem um escravo sério era possível comprar, um só que fosse (*III Phil.* 31).

Essa situação nos leva a mais um dos pontos enfocados por Woodward (2000) e Silva (2000): a questão de que a identidade e a diferença implicam *relações de poder*, pois ambas estão associadas a sistemas de representação.

O conceito de representação utilizado por nós está intimamente ligado à Nova História Cultural, que tem como objetivo principal identificar o modo, como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é *construída*, pensada. Isso significa que devemos empregar o conceito de representação em um sentido particular e historicamente determinado – no nosso caso, na Grécia Pós-Guerra do Peloponeso.

Não podemos, entretanto, confundir representação e realidade. A representação é uma forma de conceber o mundo, própria do senso comum, que é oriundo da experiência de vida dos indivíduos, mas ela tem eficácia. Politicamente, o discurso da representação é poderoso e pode influenciar as ações humanas.

Para Chartier (1990), as representações são construções produzidas por distintos grupos sociais e expressam sua concepção de mundo. Tal noção possibilita a articulação de três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de *classificação* dos grupos sociais nos permite compreender que a realidade é construída por diferentes grupos; seguidamente, há práticas que visam a fazer reconhecer uma *identidade social*; por fim, há formas institucionalizadas que possibilitam a alguns representantes (coletivos ou singulares) marcar de forma visível e perpetuada a existência de um grupo, classe ou comunidade.

Ao examinar os sistemas de representação, é necessário analisar a relação entre cultura e significado. Como visto acima, as identidades são produzidas por sistemas de representação. A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas.

Em uma relação de identidade e diferença, podemos dizer que existe uma relação de poder, pois, ao realizar uma diferenciação, isso é feito de modo unilateral, exercendo-se, assim, sobre o outro, o poder de definir.

Silva (2000) afirma que, no bojo do processo de diferenciação, existem diversos procedimentos que trazem a marca da presença do poder, tais como: incluir/excluir, demarcar fronteiras (nós – gregos, eles – bárbaros); qualificar os sujeitos (gregos são melhores, bárbaros são piores) e normalizar os comportamentos – quando uma identidade é concebida como supostamente normal e as outras identidades são avaliadas a partir dela. Todos esses procedimentos são visíveis em nossa documentação.

Na verdade, podemos dizer que todos esses processos são sistemas classificatórios que contribuem para estabelecer as diferenças. Segundo Woodward (2000), cada cultura classifica o

seu mundo de forma própria, e essa classificação, que é simbólica, está relacionada à manutenção da ordem social.

O processo de classificação é central na vida social e implica hierarquizar. A ordem social assim criada gira em torno de oposições binárias. Para Silva (2000), todas as relações de identidade e diferença se ordenam em torno desse tipo de oposição. Essas oposições geram um desequilíbrio entre os dois termos em questão – no caso de nosso estudo, por exemplo, na oposição binária gregos *versus* bárbaros, é desnecessário dizer qual dos termos é celebrado e qual é desprestigiado. Essa marcação da diferença é tanto simbólica quanto social.

Os sistemas de classificação que dão ordem à vida social são afirmados nas falas, nos gestos e nos rituais. Assim, Isócrates, ao falar dos persas, os chama de tiranos, de mal educados, e o seu rei de covarde e sem virtudes. Em contrapartida, ao falar de Filipe, que classifica como grego, o autor celebra a tradição de sua família, de sua descendência de Hércules, que é um ótimo rei e general, é corajoso, enfim, que é um homem grego inclinado ao ideal de liberdade. Já Demóstenes trata de diminuir Filipe e a Macedônia com vários rótulos depreciativos, enquanto, ao falar dos gregos, os cumula de elogios. Entramos, a partir daqui, em uma outra face do processo de estabelecimento da identidade e diferença: a estigmatização.

Para Elias e Scotson (2000), durante a fixação da identidade social, existe um processo de estigmatização (do outro), que consiste na atribuição de rótulos elogiosos ou depreciativos. Tal mecanismo possibilita a manutenção de um dado grupo social no poder em detrimento dos demais.

Geralmente, as pessoas do grupo mais poderoso – logo, com condições de estigmatizar o outro grupo – se auto-representam como humanamente superiores. Por meio do monopólio dos recursos de poder, podem fazer com que os indivíduos estigmatizados por eles interiorizem a

crença de que são, de fato, humanamente inferiores. Assim, vemos que as imagens têm força de mobilizar a ação.

Para que ocorra uma sociodinâmica da estigmatização – condições em que um grupo consegue lançar um estigma sobre o outro com eficácia –, tem de haver um desequilíbrio das relações de poder. Quanto mais equilibrada for essa relação, menos eficácia a estigmatização terá ou, em certos casos, o grupo estigmatizado poderá atingir o grupo estigmatizador com outros estigmas. Nos estudos de caso, vemos uma constante nos estigmas atribuídos aos grupos discriminados: estes são anômicos, desregrados, humanamente inferiores, entre outros. Vários desses rótulos são utilizados em nossas fontes, seja contra os persas, seja contra Filipe.

Para esse processo de estigmatização, contribui um conceito desenvolvido principalmente por Butler no trabalho *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”* de 1999, e mencionado por Silva (2000), que é o de *performatividade*. Esse conceito dá à identidade uma concepção de movimento e de transformação. Silva diz que as proposições “performativas” fazem com que algo se efetive ao ser pronunciado. Através do sentido mais amplo da performatividade, que é o utilizado para a produção da identidade, reforçamos ou definimos uma identidade quando achamos que estamos apenas descrevendo algo. E a eficácia dos enunciados performativos depende da possibilidade de sua repetição. Logo, os rótulos utilizados no estabelecimento da diferença, como o de adeptos da tirania, conferido aos bárbaros, têm de ser sempre repetidos.

No que se refere ao manuseio das fontes, optamos, como metodologia, pela Análise de Conteúdo, de acordo com o modelo de Bardin (2000). O método de decodificação escolhido, chamado de análise categorial, tem como objetivo considerar a totalidade de um texto, “passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou a ausência) de itens de sentido” (Bardin, 2000, p. 36). A autora sugere a divisão da análise

nas seguintes etapas: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados obtidos e interpretação; codificação; recorte dos dados; escolha das regras de interpretação; aplicação da técnica específica; interpretação dos resultados obtidos; apresentação dos resultados.

Assim, construímos dois complexos categoriais, um para cada autor por nós analisado, com as seguintes categorias para a documentação de Isócrates: a) defesa de Filipe/epítetos de Filipe; b) ataque aos persas; c) situação da Grécia; d) defesa da guerra contra a Pérsia; e) opositores de Filipe; f) superioridade dos atenienses/epítetos dos gregos. Já as categorias, utilizadas para a documentação de Demóstenes são as seguintes: a) acusação a Filipe/depreciação de Filipe; b) qualificação dos persas; c) situação da Grécia; d) crítica aos gregos diante de Filipe; e) aliados de Filipe; f) superioridade dos atenienses/ epíteto dos gregos.

Complexo categorial						
Fonte: Discursos de Isócrates						
	Defesa de Filipe/ Epítetos de Filipe	Ataque aos persas	Situação da Grécia	Defesa da guerra contra a Pérsia	Opositores de Filipe	Superioridade dos atenienses/ Epítetos dos gregos

Complexo categorial						
Fonte: <i>Filípicas</i> , de Demóstenes						
	Acusação a Filipe/depreciação de Filipe	Qualificação dos persas	Situação da Grécia	Crítica aos gregos diante de Filipe	Aliados de Filipe	Superioridade dos atenienses/ Epítetos dos gregos

*

A dissertação está dividida em quatro partes, compostas por três capítulos e nossas considerações finais. No primeiro capítulo, expomos a crise do mundo políade e a ascensão da Macedônia. No segundo, visamos a aprofundar o conhecimento sobre o pensamento político de Isócrates e a analisar a reconstrução da imagem do persa, do macedônico e do grego segundo o ponto de vista desse autor. No terceiro capítulo, discutimos o pensamento político de Demóstenes, colocando em foco a reafirmação da identidade grega vigente no período clássico, pela ótica do orador ateniense. Por último, à guisa de conclusão, efetuamos um balanço entre a visão de Isócrates e a de Demóstenes acerca da redefinição da identidade grega no período de desestruturação da *pólis*, visão essa que pode ser encontrada nas orações por eles produzidas.

A Crise do Mundo Políade e a Ascensão da Macedônia

Para compreendermos melhor a situação em que a Grécia se encontrava após a Guerra do Peloponeso, buscamos, neste capítulo, mostrar um panorama da situação da Hélade até o momento em questão, principalmente no que se refere à dinâmica do sistema *políade* e aos motivos que levaram tal sistema ao colapso. Enfocaremos também como se deu a emergência da Macedônia como uma potência sob a liderança de Filipe II, bem como as transformações do pensamento político grego durante a primeira metade do século IV.

A cidade-Estado grega: a *politéia*

A *politéia*, sistema político surgido na Grécia por volta do século VIII, teve seu período de maior desenvolvimento no século V. Devido ao fato de a maior parte das informações sobre esse tipo de sistema provir de Atenas e de as fontes exploradas nesta dissertação serem de origem ateniense, desenvolveremos nossas reflexões sobre o sistema político grego a partir dessa *pólis*.

Antes, porém, julgamos necessária uma breve discussão acerca do conceito de Estado para elucidar melhor a natureza do próprio Estado grego *políade*.

Sobre o conceito de Estado, Levi (1998, p. 553), propõe que: “[...] o Estado não é senão uma das formas que a organização política da sociedade assumiu no decorrer da história (a mais evoluída, e a mais complexa), na qual se manifestou o poder de governo”. Para esse autor, o Estado é um tipo de organização política recente, que surgiu por volta do século XVI d.C. – isto é, o Estado seria fruto da modernidade. Para Levi, a *pólis* grega e o que ele nomeia

de Império Feudal são formas pré-estatais de organização política, nas quais afirma ser possível identificar um “poder de Governo”.⁸

A tipologia do Estado adotada por Levi se refere, contudo, ao Estado Moderno, centralizado, e à tradicional divisão dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como ao Estado ligado ao ideal de nação, que seria o Estado contemporâneo.

O termo “nação” surge no discurso político de um modo geral, na Europa, durante a Revolução Francesa. Para Rossolillo (1998, p.795), a nação surge como “fundamento natural do poder político, isto é, da fusão entre nação e Estado”.

A nação, para Abbagnano (2003, p. 694), “[...] é constituída essencialmente por vínculos independentes da vontade dos indivíduos: raça, religião, língua e todos os outros elementos que podem ser compreendidos sob o nome *tradição*”. Tal noção difere da união de um povo, que seria constituído essencialmente pela vontade comum, a base do pacto originário dos contratualistas. Desta forma, a nação seria a ideologia do Estado burocrático centralizado.

Como historiadores, no entanto, sabemos que os conceitos possuem historicidade e que os autores mencionados estão preocupados com questões que envolvem os Estados nas épocas moderna e contemporânea. O Estado na Antiguidade possui uma tipologia diferente e o mais importante para nossa discussão é o fato de que esse Estado não era burocratizado e muito menos vinculado ao ideal de nação.⁹

⁸ Aqui o autor define Governo como o conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma determinada sociedade.

⁹ Sobre a origem do Estado há um trabalho considerado por alguns polêmico, mas com informações valiosas para este item, que é *A sociedade contra o Estado*, do antropólogo Pierre Clastres (1989). Para Clastres, por exemplo, o Estado possui uma aparição misteriosa e irreversível e coloca fim ao igualitarismo. O autor diz, ao contrário da tradição marxista, por exemplo, que sua origem não pode ser procurada no nível econômico apenas. O poder político, para Clastres, existe antes do Estado, mas, ao contrário do nosso tipo de Estado atual, esse poder repousava na sociedade – aqui seria na sociedade primitiva. Quando o poder político se transforma em coerção e violência, temos aí o Estado. A essência do Estado reside, para este autor, na violência, mas esta é apenas um dos recursos utilizados pelo Estado. Para Clastres, o Estado não surge por uma necessidade, seja de salvar o homem de si mesmo seja para pôr ordem ao caos existente, por exemplo. A diferenciação é *construída*. A organização Estatal quer ter a hegemonia da legitimidade de impor a ordem no mundo. O fim do Estado é a construção da *ordem*.

No nosso caso específico, o termo *politéia* é fundamental para compreendermos o Estado grego. Ele pode significar tanto a comunidade dos cidadãos que formam uma *pólis* como o conjunto das instituições que a constituem. Esse fator, que tornava os cidadãos e as instituições partes de um todo comum, provém da concepção organicista que os gregos possuíam do Estado, que é uma analogia entre o Estado e um organismo vivo (Veca, 1996, p. 11-12).

Para ilustrar melhor a questão, nada mais adequado do que os testemunhos de época, já que dissemos acima que os conceitos possuem historicidade. Recorreremos, assim, a dois grandes teóricos do Estado grego: Platão e Aristóteles. Esses filósofos, mesmo vivendo em um período em que a *politéia* já passava por uma profunda crise, foram os primeiros a refletir sobre a natureza do Estado *políade*, que, para ambos, era algo natural.

Platão nos fornece um panorama das diferentes formas de governo. Para ele, a tríade Razão, Legalidade, Ordem constitui a beleza, a virtude e a moralidade. Tal tríade aparece na arte, na política, na ciência e na filosofia. Em uma passagem do *Górgias*, esta questão fica mais clara: “[...] os sábios ensinam-nos que o Céu e a Terra e os deuses e os homens se conservam juntos por comunhão e amizade, por regularidade, temperança e justiça; e é por essa razão que eles designam o universo por ordem (cosmos) não por desordem ou devassidão”. O cosmos político, para Platão, é somente uma expressão, embora a mais característica de todas, do cosmos universal. O próprio termo *justiça* tem um sentido diferente para Platão. É um princípio geral de ordem, regularidade, unidade e legalidade. Essa questão da ordem nos remete ao objetivo maior do Estado. Sobre a questão da ordem, já citamos o pensamento de Clastres (1989), que afirma ser o fim último do Estado a construção da *ordem*.

É com Aristóteles, entretanto, que a concepção organicista do Estado fica mais clara. O modelo aristotélico da política é chamado como *história natural*. Nesse modelo, a ordem da política é o resultado do crescimento de ordenamentos naturais que regulam as interações próprias das sociedades animais, que são as sociedades de homens (machos, adultos e ociosos). A idéia aristotélica é de que é da *ordem natural que nasce a ordem política* (Veca, 1996, p. 11-12).

Para Aristóteles, a natureza distinguiu os homens em macho e fêmea. Por meio da união destes, formou-se a primeira associação, ou melhor, a primeira família, que serviria para procriar e satisfazer as necessidades elementares.¹⁰ Mas, dado que as famílias não bastavam a si mesmas, formou-se a vila, que era uma associação mais ampla, com a finalidade de garantir, de modo sistemático, a satisfação das necessidades vitais. Não havia ainda as condições necessárias de satisfazer as necessidades da *vida em geral*; as vilas não bastavam para garantir as condições de uma *vida perfeita*, isto é, da vida moral. Esta forma de vida, que podemos chamar de espiritual, só poderia ser garantida pelas leis, pelas magistraturas e, em geral, pela complexa organização de um Estado. Seria no Estado que o indivíduo, sob efeito das leis e das instituições políticas, seria levado a sair do seu egoísmo e a viver conforme o que é bom. O Estado seria, assim, cronologicamente, o último elemento a surgir neste modelo, mas seria o *primeiro ontologicamente*, pois se configuraria como o todo do qual a família e a vila seriam partes e, do ponto de vista ontológico, o todo precede as partes, porque é ele que confere sentido às partes – ou melhor, às outras associações (Reale, 1994, p. 432).

O Estado, assim, é tido como algo natural, que surgirá de qualquer forma, independente da vontade dos indivíduos, pois ele é o fim, o objetivo final da existência humana, por determinação da natureza. Nessa perspectiva, o homem é o que, em *A Política* (1985),

¹⁰ Para Aristóteles, no núcleo familiar também estava inserido o escravo, que era escravo *por natureza* (ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2006, p. 2).

Aristóteles chamou de *zoon politikon* – o homem como animal político. Além disso, para Aristóteles, a sociedade e o Estado não se distinguiam.

O Estado, ou a sociedade política, é até mesmo o primeiro objeto a que se propôs a natureza. O todo existe necessariamente antes da parte. As sociedades domésticas e os indivíduos não são senão as partes integrantes da Cidade, todas subordinadas ao corpo inteiro, todas distintas por seus poderes e suas funções, e todas inúteis quando desarticuladas, semelhantes às mãos e aos pés que, uma vez separados do corpo, só conservam o nome e a aparência, sem a realidade, como uma mão de pedra. O mesmo ocorre com os membros da Cidade: nenhum pode bastar-se a si mesmo. Aquele que não precisa dos outros homens, ou não pode resolver-se a ficar com eles, ou é um deus, ou um bruto. Assim, a inclinação natural leva os homens a este gênero de sociedade (*Política*).

Essa concepção de que o Estado são as pessoas dotadas de cidadania é chamada por Canfora (1993, p. 115) de “concepção pessoal do Estado”.¹¹ Nesta concepção, o Estado não tem uma personalidade jurídica autônoma para além e acima das pessoas; antes coincide com as próprias pessoas, com os cidadãos.¹² Porém esta idéia de Estado tem algumas conseqüências.

[...] por exemplo quando a comunidade se encontra dividida pela *stásis*, a luta civil, circunstância nada invulgar [...]. Por vezes, nessas alturas, a comunidade cinde-se, mesmo fisicamente, em duas ou mais partes, como aconteceu freqüentemente em Atenas, nas reiteradas crises que eclodiram durante a longa guerra em finais do século V. Portanto pode acontecer que uma parte do Estado se constitua em “anti-Estado” e se proclame – reclamando-se de uma

¹¹ Trabalho intitulado *O cidadão*, incluso no livro *O homem grego*, organizado por Jean-Pierre Vernant, de 1993.

¹² Hannah Arendt, em seu trabalho intitulado *A condição humana*, deixa claro que mesmo tomando a *politéia* tal importância para a comunidade de cidadãos, não deixou de haver a esfera privada, a esfera da família. “Historicamente, é muito provável que o surgimento da cidade-Estado e da esfera pública tenha ocorrido às custas da esfera privada da família e do lar. Contudo, a antiga santidade do lar, embora muito mais pronunciada na Grécia clássica que na Roma antiga, jamais foi inteiramente esquecida. Isso impediu que a *pólis* violasse as vidas privadas dos seus cidadãos e a fez ver como sagrado os limites que cercavam cada propriedade. Não foi o respeito pela propriedade privada tal como concebemos, mas o fato de que, sem ser dono de sua casa, o homem não podia participar dos negócios do mundo porque não tinha lugar algum que lhe pertencesse” (Arendt, 2007, p.38-39).

maior coerência em relação a uma nunca bem esclarecida “constituição ancestral” (*pátrios politeis*) – como único, legítimo Estado (Canfora, 1993, p. 115-116).

Essa passagem deixa claro que mesmo que os teóricos pretendam um Estado natural, esse na verdade é uma construção. O sistema *políade*, com todas as suas vicissitudes, não deixa de ser uma construção, mesmo quando nosso orador, Demóstenes, fala como se ele fosse natural aos helenos.

O homem grego esteve sempre convencido de que a *pólis* e a sua lei constituíam o paradigma de toda forma de vida superior. O indivíduo era, substancialmente, o cidadão e o valor e a virtude do homem eram o valor e a virtude do cidadão: a *pólis* não era o horizonte relativo, mas, sim, o horizonte absoluto da vida do homem. Vemos ainda que, nesta concepção, as relações de poder propriamente políticas são pensadas de forma horizontal – em relação aos cidadãos (Veca, 1996, p.18).

A organização da comunidade cívica

Outra característica do sistema político grego foi a dispersão territorial. Desde seus primórdios, o mundo grego foi marcado pela fragmentação do território em múltiplas unidades políticas, fenômeno que continuou na época *políade*, quando a *pólis* era a base do mundo helênico e o seu ideal era a autonomia e a auto-suficiência.¹³ Mas não podemos ignorar que as diferentes *póleis* tinham alguns pontos em comum. Havia uma certa integração por meio das estruturas religiosas, da língua e da economia. No âmbito religioso, por

¹³ É preciso mencionar que nem todo o mundo grego se organizou por meio do sistema *políade*; um exemplo, foi a Macedônia, que continuou sendo uma realeza tribal. Para mais informações, consultar a Tese de doutorado de Neyde Thelm (1993), o trabalho de Austin e Vidal-Naquet (1986) intitulado *Economia e sociedade na Grécia antiga*, e *The Macedonian State: origins, institutions, and history*, de Hammond (2001).

exemplo, muitos deuses, como Zeus, Hera e Poseidon, já adorados por volta de 2000, foram cultuados até o fim do Império Romano (Finley, 1988a).

A explicação para a tendência à fragmentação política e territorial que existiu na Grécia Antiga não pode ser tratada tomando apenas como base os aspectos geográficos da região.¹⁴ Para Finley (1989), só se pode explicar a persistência e tenacidade da pequena comunidade independente como um hábito que, após a fragmentação mecânica que se inicia no período homérico, se transformou em profunda e inabalável convicção sobre a forma como se devia viver em conjunto.

No regime *políade*, temos um tipo particular de Estado: é a comunidade de cidadãos que se governa. Na *pólis* arcaica (séculos VIII-V), que surgiu devido à supressão dos *basileis*, não havia mais súditos e sim cidadãos, que, a partir daquele momento, passavam a ser os responsáveis pela solução dos problemas coletivos. Os cidadãos representavam, nesse contexto, a própria unidade política. Não se falava que “Atenas promoverá uma guerra contra determinada cidade”, mas, sim, que “os atenienses o farão”. A comunidade encontrava-se acima das idiosincrasias e interesses particulares (Mossé, 1997, p. 57).

É preciso esclarecer, para melhor compreensão de nosso trabalho, quem era o cidadão, para não idealizarmos uma *pólis* harmônica, onde todos os que viviam nela possuíam direitos cívicos. Povo e cidadão possuem conotações diferentes, e nos interessa aqui o cidadão, mais especificamente o cidadão ateniense.¹⁵ Como já dissemos, mesmo que nossos autores antigos se reportem aos helenos em geral, eles falam sob uma ótica ateniense, e a identidade que pressupõem para as demais *pólis*, na verdade, é uma identidade ateniense.

¹⁴ A maior parte do território grego era formado por montanhas e pequenas planícies ou vales. Sendo assim, muitos dos antigos estudos sobre a Grécia entendiam que esse aspecto levou ao isolamento das povoações e à fragmentação política (Finley, 1989).

¹⁵ Tanto que o conjunto dos cidadãos reunidos era chamado de *demos*.

Se considerarmos assim o exemplo de Atenas, constatamos que eram relativamente poucos os que usufruíam da cidadania: os homens adultos, filhos de pai e mãe atenienses, livres de nascença. Isso reduz em muito o número de cidadãos, se considerarmos que o número de escravos era grande, e os filhos nascidos de apenas um progenitor ateniense não gozavam do estatuto de cidadania. Além disso, até o século VI, a plenitude dos direitos políticos não era concedida aos que nada possuíam. Vejamos o que diz Canfora sobre a cidadania no período clássico em Atenas:

Numa palavra, na época clássica, a visão da cidadania resume-se à identidade cidadão-guerreiro. É cidadão, faz parte de pleno direito da comunidade através da participação nas assembleias deliberativas, quem é capaz de exercer a principal função dos homens adultos livres, isto é, a guerra. O trabalho era feito sobretudo pelos escravos e, em certa medida, pelas mulheres. Como, durante muito tempo, ser guerreiro implicou também dispor dos meios para prover ao armamento pessoal, a noção de cidadão-guerreiro identificou-se com a de rico, detentor de um certo rendimento [...] que desse ao potencial guerreiro a possibilidade de se armar a expensas próprias. Até esse momento, os que nada possuíam permaneceram numa condição de minoridade política e civil bastante próxima da condição servil. Cerca de um século depois de Sólon, com a viragem de Atenas para o mar e o nascimento de uma frota de guerra estável na época da vitória sobre os persas, foi necessária uma mão-de-obra bélica maciça: os marinheiros, a quem não era pedido que “se armassem a si mesmos”. Foi essa viragem, o fato político-militar que provocou – nas democracias marítimas – o alargamento da cidadania aos que nada possuíam (os *tetes*), que assim ascendem finalmente à condição de cidadãos-guerreiros (Canfora, 1993, p. 108-109).

Assim, vemos que, mesmo dentro do corpo de cidadãos, havia um desequilíbrio, e isso em situações críticas poderia gerar certos conflitos, como os que ocorreram após a Guerra do Peloponeso, com a redução do corpo cívico em algumas *póleis*.

Havia, no mundo grego, três modalidades de *pólis*. A primeira era a *aristocrática*, própria do período arcaico, na qual o *aristos* (o nobre) da Idade das Trevas se converteu em cidadão e o homem do *demos* participava, no máximo, das assembleias. A segunda era a *oligárquica*, na qual o governo era exercido pelos que possuíam censo, independentemente do nascimento. Por último, temos a *democrática*, cujo governo era exercido pela maioria, independentemente da riqueza. Nesta última, tomando como exemplo Atenas, as exigências para o indivíduo se tornar cidadão, como mencionamos acima, eram, a partir de Péricles, ser filho de pai e mãe originários da *pólis*, ser do sexo masculino e possuir a maioria (Cardoso, 1985, p. 16-23).

É importante mencionar que, nos seus primórdios, todas as *póleis* gregas foram aristocráticas. Não se deve, porém, encarar os três modelos citados como um esquema evolutivo, linear. As *póleis* oligárquicas ou democráticas surgiram devido à *stásis* (conflito, guerra civil), na medida em que o *demos* foi cada vez mais reivindicando poderes políticos que se encontravam concentrados nas mãos dos *aristói*.

Os cidadãos das *póleis* gregas possuíam participação direta na política. Quer dizer, a representação praticamente inexistia nesse mundo. Nesse tipo particular de Estado, como já mencionamos, também não havia a tripartição dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário e entre política e religião, apesar de esta última ter tido seu espaço restringido com o advento da *pólis* (Cardoso, 1985, p. 7).

Os órgãos políticos que compunham a *politéia* eram basicamente três: a assembleia, o conselho e as magistraturas. A primeira contava com a participação de todos os cidadãos da *pólis*; a segunda era formada por alguns cidadãos previamente escolhidos, e, em alguns casos, a função poderia ser de caráter vitalício; as magistraturas, por sua vez, eram ocupadas por indivíduos no decorrer de um determinado período de tempo. Os magistrados poderiam ser eleitos ou sorteados (Mossé, 1985). O contato visual, face a face, era outro aspecto

fundamental para a manutenção do sistema *políade*. A palavra constituía um elemento fundamental para o exercício da política no mundo helênico (Rocha, 1995).

No caso de Atenas, que nos interessa mais de perto, a instituição da democracia ocorreu com Clístenes e, nesse momento, adentramos o período clássico. Em 508, Clístenes reformou a constituição ateniense, e sua principal medida foi a reorganização do corpo cívico. Por essa época, a *Ecclesia* (assembléia) tornou-se o órgão político soberano, e a democracia foi estabelecida em Atenas.¹⁶

Durante o século V, mais ou menos um terço da população ateniense vivia no núcleo urbano, incluindo artesãos, escravos, metecos e a fração abastada da população. Fazer política no Mundo Antigo era dedicar o seu próprio tempo para a *pólis*, sem retribuição monetária. Assim, mesmo possuindo um governo democrático, em Atenas foram os ricos que se ocuparam, na maior parte do tempo, da política em tempo integral. Tais pessoas dispunham de escravos e capatazes para cuidarem de suas propriedades enquanto exerciam funções públicas no núcleo urbano. A maior parte da população vivia na zona rural. O mundo antigo como um todo foi, por excelência, um mundo onde o elemento rural predominou sobre o urbano.

O modelo de cidadão era constituído por aquele que fosse ao mesmo tempo *cidadão/camponês/soldado*. Essa terminologia, criada por Finley (1988), deixa claro que, na maioria das *póleis*, não havia a especialização das atividades políticas, incluindo Atenas.

No geral, não havia, na *pólis*, representação, e o aparato administrativo era mínimo: o ideal era que o próprio cidadão resolvesse os problemas coletivos; não havia uma carreira política nos moldes atuais. A maioria dos cargos eram sorteados e outros eletivos. Assim, o maior número possível de cidadãos deveria participar das atividades políticas de acordo com as suas condições. Tudo deveria ser feito pelos cidadãos, que não tinham especialização, salvo

¹⁶ A democracia provavelmente teve origem em Quios, por volta de 575 (Mossé, 1997).

em Esparta, que foi um caso único de especialização militar. Sobre os órgãos políticos atenienses, podemos citar a *ecclesia* em primeiro lugar.

Mossé (1985), em uma obra que esmiúça o funcionamento das instituições gregas, afirma que poderia fazer parte da *ecclesia* ateniense qualquer cidadão acima de 18 anos. Qualquer um poderia intervir e votar abertamente. Apenas em casos especiais recorria-se ao voto secreto. Os poderes da assembléia, a princípio, eram ilimitados. As magistraturas eram por ela escolhidas mediante sorteio ou eleição. Ela controlava ainda os assuntos da paz e da guerra, do recrutamento dos hoplitas e da distribuição de recursos para o exército e a frota, entre outras atividades. Era na *ecclesia* que residia a soberania da *pólis* dos atenienses.

A *Boulé* dos 500 era um conselho. Seus membros eram defensores perpétuos da cidade e preparavam a agenda do que seria discutido pela *ecclesia*. Um cidadão só poderia integrar a *Boulé* duas vezes na vida, mediante sorteio à razão de 50 habitantes por tribo. As magistraturas mais importantes eram o *arcontado* e a *estratégia*. As pessoas que ocupavam esta última não eram tão-somente generais, como se costuma pensar. Eram, acima de tudo, líderes políticos e hábeis oradores e podiam ser eleitos ano após ano, como no caso de Péricles, eleito 15 vezes consecutivas. Para as demais magistraturas, havia a restrição da reeleição. As funções de *arconte* eram, sobretudo, religiosas e judiciais. O *arconte-rei* presidia toda a vida religiosa da *pólis*, e o seu papel era particularmente importante na altura das grandes festas em honra dos deuses protetores de Atenas: Zeus, Atena, Dionísio ou Deméter. Além disso, tomava conhecimento de todas as ações de caráter religioso, compreendendo os processos com pena de morte. Existia ainda entre as magistraturas mais importantes, o *tribunal dos Heliastas* – uma instância política e judiciária. Esse tribunal era popular por excelência, ao qual tinha o direito de participar qualquer ateniense maior de 30 anos e em plena posse de seus direitos cívicos (Mossé, 1985, p. 49-78).

Os valores cívicos que regiam a vida da *pólis* eram a *isonomia*, a *isegoria* e a *isocracia*. No primeiro, considerava-se que todos os cidadãos eram iguais perante a Lei; no segundo, todos tinham o direito à palavra e, no terceiro, todos possuíam o direito a participar da política de acordo com a sua condição.

Então, em resumo, no caso da *pólis*, vimos que havia a ausência de um Estado burocratizado. A burocratização era mínima, e os próprios cidadãos resolviam os problemas públicos. Não havia carreira política, especialização e divisão de poderes, como existe na atualidade.

No sistema *políade*, a autoridade repousava no cidadão – e tal autoridade, em tese, era ilimitada. Liberdade, nesse contexto, significava uma existência ordenada, dentro de uma comunidade que era governada por um código estabelecido e por todos respeitado com o intuito de manter o que Aristóteles chamava de *bem comum*. Essa comunidade, a *politéia*, era vista como algo natural e inerente à existência humana.

O fato de a comunidade ser a única fonte da lei era a garantia de liberdade e fazia com que as relações de poder que envolviam o político fossem vividas de forma horizontal entre os cidadãos, não separando a sociedade do Estado – ambos se completavam. Esse fato fazia com que o poder da *pólis* repousasse nos cidadãos em comunidade, considerando, claro, as devidas ponderações que fizemos acerca da igualdade cívica.

Na prática, as coisas eram mais difíceis, e o forte sentimento de comunidade esbarrava na grande desigualdade social, já que o corpo de cidadãos, principalmente em Atenas, era composto por grupos sociais diferentes.

Atenas e a formação do Império

Delimitadas as nuances do sistema *políade*, passamos à questão do contexto no qual ocorreu a construção da hegemonia ateniense no decorrer do século V, após os conflitos entre helenos e persas, e, logo após, à questão de como Atenas e Esparta protagonizaram um embate que levaria a uma crise geral do mundo grego.

Em meados do século VI, os gregos depararam-se pela primeira vez com a ameaça persa. Os persas, sob a liderança de Ciro, haviam dominado colônias gregas situadas na Ásia Menor. Já sob o governo de Dario, temos, em 499, a revolta dos jônios da Ásia Menor. Somente Atenas e Erétria prestaram auxílio aos jônios. O conflito terminou em 494, com a Jônia sendo destruída pelas forças persas.

Essa revolta, de acordo com Rostovtzeff (1967) e Mossé (1997), desempenhou importante papel na história das relações entre a Pérsia e a Grécia. A intervenção dos atenienses provou que a dominação persa exercida sobre as cidades gregas da Ásia não estaria garantida enquanto o Grande Rei não submetesse também a Grécia continental. Desta forma, em 490, os persas empreenderam uma campanha contra a Hélade, com o pretexto de punir Atenas e Erétria pela ajuda que prestaram aos jônios.

A conquista da Ática parecia simples. Atenas não tinha como buscar auxílio. A vizinha Egina, por sua vez, era sua inimiga. Esparta, em contrapartida, estava demasiadamente longe, e as *póleis* da Beócia lhes eram hostis. Nesse momento, Atenas não possuía ainda uma frota poderosa, e a *pólis* ainda passava por diversos problemas internos advindos da oposição aristocrática ao regime democrático recém-instalado. Não obstante, por uma série de acontecimentos e imprevistos, os atenienses, conduzidos por Milcíades, lograram uma célebre

vitória em Maratona, e uma sucessão de crises internas no território do Império Persa deu à Grécia trégua e alívio nos dez anos seguintes.

Durante esse período de trégua, a Hélade aumentou seus recursos e fortaleceu-se, principalmente a *pólis* ateniense. Temístocles, com os recursos extraídos das minas de prata do Láurio, se empenhou na construção de uma grande frota, composta por cerca de 100 navios. Em 480, o imperador persa Xerxes promoveu uma nova campanha contra a Grécia mais bem organizada do que a de 490. Na Batalha das Termópilas, os persas entraram no território grego. Muitas cidades se renderam, a Ática foi invadida, e Atenas, evacuada antes, foi saqueada e destruída. Os atenienses e outros helenos concentraram suas frotas na enseada de Salamina. Os atenienses, de maneira imprevisível, venceram as forças inimigas, que regressaram à Pérsia. Essa vitória foi decisiva para a Grécia. Entretanto, parte do exército persa ficou na Tessália e, em 479, promoveu um novo ataque contra os gregos.

A situação grega, mesmo depois da vitória de Salamina, ainda era precária. Sob o comando de Mardônio, o exército persa invadiu a Beócia e, em seguida, a Ática. Atenas foi mais uma vez abandonada por seus habitantes. Esparta, que nas batalhas anteriores insistira na defesa do Peloponeso, mandou um exército para a Beócia, que foi reforçado por milícias de outros Estados gregos. Os dois exércitos se chocaram próximo a Platéia. A infantaria persa foi batida pelos hoplitas espartanos. A ameaça persa tinha chegado ao final. Atenas, mesmo abalada, saiu do conflito engrandecida – e soube aproveitar muito bem o prestígio adquirido. É o que explicita Mossé (1997, p. 29):

Abalada porque era-lhe mister levantar-se de suas ruínas ainda fumegantes. Mas também engrandecida, porque tinham sido os atenienses que, por duas vezes, impuseram a decisão. É verdade que, nem em Maratona, nem em Salamina, os estrategos atenienses revelaram brilhantes qualidades militares. Tanto em 490 a.C., como em 480 a.C., no dizer dos autores antigos, a astúcia havia desempenhado o papel principal, face a um exército e uma armada

heteróclitos. Mas, a ressonância moral e política das guerras médicas teria prolongamentos infinitos, que a propaganda ateniense se encarregaria de alimentar.

A partir desses acontecimentos, Atenas alicerçou-se no domínio dos mares, assumindo um papel de destaque no mundo grego. Mas ainda existia o medo de uma nova investida persa. Assim, formou-se, sob a direção de Atenas, a Liga Ático-Délica. A Liga de Delos, a princípio, era uma *simaquia*, uma aliança militar que congregava as cidades jônias em torno do santuário de Delos, onde seria depositado o tesouro federal. O Erário destinava-se a cobrir as necessidades da Liga e seria alimentado por um tributo pago pelos aliados que não pudessem ou não quisessem ter participação direta na defesa comum (Guarinello, 1987).

Essa experiência de aliança militar, no entanto, não era inédita, pois a primeira das grandes ligas, a do Peloponeso, surgiu na segunda metade do século VI, congregando um conjunto de pólis lideradas por Esparta. Essa liga subsistiu até 338. Já a Liga de Delos, que surgiu em 478, foi destruída em 404, reconstruída parcialmente no século IV e dissolvida em 338 (Mossé, 1985, p. 121-132).

Ao final das Guerras Greco-Pérsicas, o mundo da *Hélade* viu-se dividido em dois grandes blocos: o das oligarquias e o das democracias. Inicia-se assim o período clássico, no qual Atenas desenvolve uma prática imperialista cada vez mais evidente por meio da Liga de Delos.

A Liga de Delos expulsou a frota persa do Egeu no espaço de uma década. Naturalmente, com o perigo afastado, as cidades aliadas logo trataram de recuperar sua autonomia. Atenas, porém, não permitiu qualquer retirada. Por meio da Liga e do poderio da frota, Atenas pôde manter o regime democrático sem grandes problemas. Com os tributos das cidades aliadas, a *pólis* ateniense conseguiu certa estabilidade interna e resolveu os problemas socioeconômicos de grande parte de seus cidadãos, o que não significou o desaparecimento dos conflitos entre

os diferentes grupos sociais, inclusive grupos contrários ao regime democrático. Mesmo assim, foi possível manter, de certo modo, os ideais de *isonomia*, *isegoria* e *isocracia* que regiam a democracia, bem como o sistema de *cidadão/camponês/soldado*, o que implicava a não especialização política (Finley, 1988a, p. 75-78). Desta forma, Atenas era capaz de esmagar qualquer revolta das cidades aliadas. A Liga de Delos transformou-se progressivamente em um Império, e o símbolo dessa transformação foi a mudança da sede e do tesouro de Delos, em 454, para a cidade de Atenas. A maioria dos Estados-membros passou a contribuir com dinheiro, e Atenas passou a controlar a frota inteira.

Se Atenas buscava os ideais de autonomia e a harmonia no interior da sua própria *pólis*, ela não respeitava esses ideais no que se referia às *póleis* aliadas. Atenas unificou os padrões de pesos e medidas dessas cidades e instituiu as *clerúquias*, que, conforme Guarinello (1987, p.17-18),

[...] consistiam na ocupação de lotes (os *kleroi*) das melhores terras agrícolas no território dos Estados da Liga por cidadãos atenienses que não dispunham de propriedades agrárias na Àtica. Aqueles que eram agraciados com tais lotes conservavam a cidadania ateniense e não se integravam ao corpo social das cidades em cujo território se estabeleciam. Constituíam, assim, ao mesmo tempo uma válvula de escape para as pressões sociais em Atenas e um ônus ofensivo para os aliados.

Esses acontecimentos levaram ao rompimento do princípio de autonomia das *póleis* aliadas, principalmente devido às *clerúquias*, pois só cidadãos poderiam ter acesso à terra. Atenas fez isso devido a uma crise social: como muitos atenienses não tinham como ter acesso à terra, não podiam ser considerados cidadãos. Assim, ao mesmo tempo que as *clerúquias* serviram como válvula de escape para o excedente populacional de Atenas, possibilitaram a ampliação da cidadania ateniense.

As atitudes do governo ateniense no sentido de intervir na política e na economia das outras *pólis* preocupavam mais ainda os partidários da oligarquia, e outras cidades temiam a interferência de Atenas em seus assuntos internos.¹⁷

Essa divisão que se estabeleceu entre os partidários da oligarquia e os da democracia, com o tempo, levou à Guerra do Peloponeso (431-404), que foi o confronto dos dois lados liderados, respectivamente, por Esparta e Atenas e que envolveu quase todas as *pólis* gregas.

Um mundo em conflito

A Guerra do Peloponeso (431-404) marca uma virada decisiva na História da Grécia em todos os seus aspectos. Tal conflito daria início ao processo de desestruturação da *pólis* clássica, de maneira que, de 431 a 338, a Hélade se encontraria imersa em um estado de guerra contínua. A guerra teve início a partir de um duplo conflito, em que se defrontaram atenienses e coríntios nos arredores de Corcira, uma colônia de Corinto que ficava próxima a Potidéia, pela posse comum de Epidamno. Os corcireus pediram ajuda aos atenienses. Potidéia, que era também uma colônia coríntia, ao contrário de Corcira, mantinha laços com Corinto. Mesmo assim, Atenas exigiu dos potideus que rompessem com os coríntios. Assim, havia um estado de guerra entre Atenas e Corinto (Mossé, 1997, p. 45).

O problema é que Corinto integrava a Liga do Peloponeso, e, como precaução, os coríntios pediram auxílio aos espartanos. Como mencionamos acima, o aumento do poderio ateniense após as Guerras Greco-Pérsicas não era bem visto por muitas cidades,

¹⁷ É válido lembrar que, dentro da própria Atenas, havia dissidentes da democracia. Essa posição era, na maioria das vezes, sustentada pela elite, a responsável por grande parte do pagamento de tributos. Os choques internos, na cidade, entre as facções, foram mais em torno da distribuição dos bens advindos do Império. A grande questão era: quem administraria esses bens diretamente?

principalmente pelas oligárquicas. Essa hostilidade a Atenas tinha seu representante máximo em Esparta, líder da Liga do Peloponeso. No princípio, Esparta hesitou em iniciar um conflito cujo desfecho parecia incerto, optando por enviar uma embaixada a Atenas, o que não resolveu a situação. Uma segunda embaixada seria enviada, desta vez com um ultimato:

[...] os atenienses deveriam levantar cerco a Potidéia, conceder independência a Egina e, sobretudo, ab-rogar o decreto, recentemente editado, contra os megarenses. Este decreto...fechava os mercados da Ática aos megarenses. A razão invocada, para justificar tal medida, era que o povo de Mégara acolhia os escravos fugidos de Atenas. Isso constituía uma medida de retorsão contra uma cidade que tinha um sério contencioso a ajustar com Atenas [...] (Mossé, 1997, p. 47).

Esparta desejava que Atenas respeitasse a autonomia das *pólis*. Quanto a isso, as opiniões na *pólis* se dividiam. Uns achavam que se deveria aceitar o decreto, outros consideravam a guerra inevitável. Péricles, ao se pronunciar na assembléia, insiste na guerra e a maioria dos atenienses concordou com ele.

Atenas entrou na disputa certa de que ganharia. De acordo com autores como Mossé (1997) e Finley (1988a), Péricles lançou mão de uma parte considerável do tesouro público ateniense, que poderia estar sendo guardado para tal ocasião. A tática do estrategista foi evacuar a zona rural e trazer todos para o centro urbano. Enquanto isso, os campos eram devastados pelo exército peloponésio. Foi no final de 431 que Péricles pronunciou sua famosa oração fúnebre em homenagem aos homens mortos no primeiro ano de guerra. Essa oração louva a glória de Atenas e a democracia ateniense (Mossé, 1997, p. 55).

Uma epidemia, até hoje de origem desconhecida, devastou a população no ano seguinte. A guerra, apesar desse fato, continuava, mas sem nenhum resultado decisivo. A oposição interna a Péricles começou a crescer, na medida em que este insistia na continuação das hostilidades, enquanto muitos já desejavam a paz. Mas, devido a sua influência sobre o

demós, Péricles conseguiu convencer os atenienses a não ceder e foi reeleito estrategista. Por ironia do destino, pouco depois o próprio Péricles morreu, vítima da epidemia.

A guerra, contudo, continuava e se estendia por todo o mundo grego. Muitos aliados dos atenienses começavam a desertar e alguns passavam para o lado lacedemônio. Mas os atenienses resistiram, inclusive exigindo tributos das cidades aliadas. Nesse período, já podemos perceber a ascensão de homens populares, os demagogos, a altos cargos da política ateniense, como Lísicles, que era vendedor de carneiros e sucedeu a Péricles, e Cléon, curtidor de peles.¹⁸

Cléon aparece no cenário grego a partir do momento da rendição de Mitilene. Era um radical e queria que a população masculina de Mitilene fosse morta e que as mulheres e crianças fossem reduzidas à escravidão, devido à acusação de traição por parte da *pólis* contra Atenas. Sua proposta não venceu na assembleia, mas o esmagamento da revolta dos mitilenos marcou uma reviravolta no curso da guerra. A partir daí, a guerra assumiu um tom mais ideológico, como uma luta entre duas concepções políticas diferentes – democracia e oligarquia. Como a guerra rompeu o equilíbrio do mundo grego, o conflito parecia fora de controle (Souza, 1988, p. 63-71).

A situação continuava crítica para Atenas, pois todos os anos os espartanos assolavam os campos atenienses. Até que, em 425, Atenas conseguiu dominar e fortificar a praça de Pilos, na Messênia. Os espartanos vieram rapidamente da Ática e cercaram Pilos, mas não havia

¹⁸A palavra demagogo, que designa os líderes políticos que teriam surgido após a morte de Péricles, carrega um sentido pejorativo, construído pelos próprios atenienses antigos. O demagogo refletia algo ruim: um líder que enganava o povo, movido por seu próprio interesse, pelo desejo de aumentar seu poder e, com isso, ficar cada vez mais rico; pessoa que por meio da adulação e da lisonja, levava o povo a agir segundo a sua vontade (Faye, 1996, 231). Mas para Finley (1988b), essa abordagem é superficial. Surge, sim, após a morte de Péricles, um novo grupo de líderes, que não eram homens pobres, “[...] mas artífices, trabalhadores transformados em políticos, homens de posses que diferiam de seus antecessores no que dizia respeito a seus antepassados e a seus pontos de vista e que provocariam ressentimento e hostilidade por sua presunção de quebrar o antigo monopólio de liderança [...] representavam um elemento estrutural no sistema político ateniense [...], o sistema não poderia funcionar sem a presença deles [...]; e a denominação é igualmente aplicável a todos os líderes, independentemente de classe ou ponto de vista [...]; dentro de limites bem amplos eles devem ser julgados individualmente não por suas atitudes ou seus métodos, mas por seu desempenho” (Finley, 1988b, p. 55-90).

como se apoderar da praça. Então, propuseram negociar a paz. Apesar da crítica situação de Atenas, seus dirigentes não queriam ceder sem obter um verdadeiro êxito. Defendia essa opinião principalmente Cléon, com o apoio de parte da *ecclesia*, e, assim, a negociação da paz foi suspensa. Em seguida, Cléon, eleito estrategista, partiu para o Peloponeso, onde conseguiu a rendição dos lacedemônios que cercavam Pilos, aumentando seu prestígio diante do *demos*.

Os espartanos, no entanto, continuavam a ameaçar as zonas vitais do Império Ateniense. Depois de uma séria derrota dos atenienses, em Anfípole, para os Espartanos, sobreveio uma trégua. Cléon aproveitou esse período para reforçar as forças atenienses, e logo tentou retomar Anfípole da mão dos espartanos. Porém, fracassou. Ele e Brásidas morreram no conflito, ficando assim mais fácil estabelecer-se uma trégua entre Atenas e Esparta, trégua esta que deveria durar cinquenta anos (Souza, 1988, p. 65-66).

Essa trégua não chegou a completar sete anos, e mesmo com a paz, a situação era precária, pois, se as duas cidades não se enfrentavam diretamente, se opunham através de terceiros, principalmente os beócios e os megáricos, que se recusaram a ratificar o tratado de paz (Mossé, 1997, p. 59).

A expedição ateniense à Sicília foi o pretexto para a violação do tratado de paz. Na verdade, muitos atenienses consideravam a paz uma trégua provisória. Mossé (1997), sobre essa questão, diz que começavam a nascer divergências entre o *demos*, tanto que a democracia foi ameaçada duas vezes com os golpes oligárquicos de 411 e 404. Sobre este movimento oligárquico em Atenas, Buckley (1996) diz que, em 411, primeira experiência oligárquica em Atenas após cem anos da expulsão dos tiranos, o corpo de cidadãos ateniense foi reduzido de uma média de 40 mil para apenas 5 mil, e, em 404, o golpe dos Trinta Tiranos reduziu o corpo cívico para 3 mil cidadãos. Podemos dizer que o *demos* estava dividido em dois grandes grupos. As pessoas do campo, para os quais os dez anos de guerra tinham sido muito duros, e

que desejavam a paz, e os *tetes*, para os quais a guerra era a garantia de um soldo regular e de vantagens materiais.

Esse movimento oligárquico, ocorrido ao final do século V, também pode ser justificado em parte pela existência das *hetaireíai*, associações políticas ativas durante todo o período clássico. Lima (1998, p. 17-21), avalia que essas associações sempre congregaram simpatizantes do regime oligárquico, embora nem todas fossem de cunho oligárquico. O autor acrescenta que, em determinados momentos, membros de uma *hetaireíai* poderiam passar para uma *synomosía*, que já era um grupo propriamente oligárquico que buscava promover um golpe contra o regime democrático. Isso ocorreu no final da Guerra do Peloponeso, quando irrompem os dois golpes oligárquicos mencionados anteriormente.

A experiência do golpe oligárquico de 411 foi efêmera. Em 410, a democracia já tinha sido restabelecida em Atenas. Nesse momento, o comando pertencia a Alcibíades, promotor de uma campanha que visava ao restabelecimento das posições de Atenas no Helesponto. Em 407, Alcibíades foi eleito estratega, recebendo plenos poderes para seguir com a guerra. Assim, partiu com uma esquadra de 100 navios. Mas Lisandro, almirante espartano, conseguiu subsídios persas, para que os espartanos pudessem construir e equipar uma frota capaz de derrotar os atenienses (Souza, 1988, p.65-66). A guerra continuava no Egeu, só que, para conseguir custeá-la, Atenas teve de tomar medidas extremas, como fundir as vitórias de ouro do templo de Atená para pagar o soldo dos remadores e construir novos navios. O encontro decisivo ocorreu em Egos Potamos (no Helesponto). A esquadra ateniense foi totalmente destruída, com exceção de alguns navios que conseguiram escapar. Todos os estrategos, salvo Cónon, foram aprisionados (Mossé, 1997, p.72). Os atenienses foram sitiados por terra e mar e forçados a aceitar um acordo de paz. Lisandro entrou no porto do Pireu com sua frota, os exilados voltaram e as muralhas em volta de Atenas e do Pireu foram

demolidas. Acabava o Império Ateniense. A *pólis* estava arruinada e transtornada, e logo não tardou a ocorrer um segundo golpe oligárquico pelas mãos dos Trinta Tiranos.

Esparta, que recebeu ajuda dos persas, foi a grande vitoriosa do confronto.¹⁹ Em Atenas, devido à perda da sua supremacia marítima e das riquezas advindas do Império, foi impossível amenizar os conflitos sociais e os problemas econômicos. A especialização militar e o número de mercenários aumentou, ocorreu o enfraquecimento do ideal do camponês/cidadão/soldado, o regime democrático entrou em uma profunda crise, e, principalmente, começaram a florescer as idéias sobre um novo tipo de monarquia (Austin; Vidal-Naquet, 1986).

Conflitos eclodiram por toda a Grécia, e a Hélade mergulhou na *stásis*. A guerra, que era um instrumento antigo e freqüente da política grega, sempre havia sido um meio e não um fim. Antes da Guerra do Peloponeso, a existência de *póleis* influentes, de certa forma mantinha a paz na Grécia, pois evitava o conflito generalizado (Finley, 1988a). Mas, após este longo conflito, houve um desequilíbrio geral nas relações inter e *intrapóleis*. Nenhuma *pólis* era forte o suficiente para controlar ou evitar a *stásis* no mundo helênico.

Os *Outros* : macedônios e persas

Enquanto a Hélade passava por um momento crítico com a Guerra do Peloponeso, surgia, no cenário da Península Balcânica uma nova força – a Macedônia de Filipe II. A origem dos macedônios é um tanto obscura. Talvez fossem gregos como os etólios e os acarnânios, talvez pertencessem à família dos clãs ilírios ou trácios, ou fossem o resultado da mistura dos três

¹⁹ Pouco tempo depois, Esparta também sofreria com as conseqüências do desfecho da Guerra do Peloponeso, entrando em uma profunda crise fundiária, que levaria à redução drástica do corpo de cidadãos e assistiria a revoltas ininterruptas dos *hilotas* (Buckley, 1996, p. 424-442).

ramos indo-europeus mencionados acima que se fixaram aos poucos na região da Macedônia, miscigenada com a população local, formando assim um povo que, em diversos aspectos, diferia dos gregos. Os macedônios estavam entre os povos de língua grega não helenizados. Os gregos da *pólis* tinham dificuldade em compreender sua língua e os classificavam como *bárbaros* – enfim, para os gregos, os macedônios eram estrangeiros (Hammond, 2001).

Os macedônios ocupavam o continente europeu a oeste e ao norte de Delfos e das Termópilas. No século V, a região era ainda um conglomerado de tribos que vivia da agricultura e do pastoreio. Os círculos da corte mantinham contatos militares e econômicos com o mundo helênico e, com o passar do tempo, sua elite foi se helenizando. Enquanto grande parte da Grécia passava pela experiência *políade*, a Macedônia mantinha-se como uma realeza tribal hereditária (Toynbee, 1969, p.110) ou, como nomeia a professora Neyde Theml (1993), como um Estado-*Ethnos*.

Constituindo um mercado consumidor principalmente da madeira importada da Macedônia, havia muito, gregos tinham se fixado nas costas da Macedônia, e essa usava tais cidades para exportar sua produção. Nos tempos prósperos da Hélade, a Macedônia enriqueceu, sobretudo após as Guerras Greco-Pérsicas. Desta forma, a Macedônia nunca se mostrou uma ameaça potencial à Grécia *políade*.

Quando Filipe assumiu o trono em 359, encontrou uma Macedônia em processo de unificação, o qual auxiliou a completar. Dessa forma, Filipe criava um reino poderoso e dava início a atividades políticas no exterior, principalmente na Grécia, com o objetivo de liderar os helenos em uma empresa contra os persas.

Para realizar tais propósitos, o monarca empreendeu uma série de reformas no sistema político e militar de seu reino. De uma realeza tribal baseada em um sistema de clã, fez surgir um extenso domínio, governado por uma só pessoa e dependendo de um exército permanente,

bem treinado e abastecido. O núcleo dessa força era proporcionado pelos pequenos proprietários rurais que serviam na infantaria e formavam a falange que mais tarde se tornou invencível. Os ricos proprietários de terras formavam agora um corpo de “conselheiros” do rei e supriam o exército com uma força de cavalaria de armas pesadas superior a qualquer outra existente na época (Rostovtzeff, 1977, p. 229).

Filipe introduziu em seu exército todos os aperfeiçoamentos mais modernos em tática grega que aprendeu durante o período que ficou em Tebas com Epaminondas, e ainda criou uma frota. Assim, pôde deter as tendências desagregadoras na Macedônia, proteger suas fronteiras contra o ataque dos seus vizinhos do Norte, dismantelar o reino odrísio dos trácios, seu rival mais sério, e até mesmo penetrar norte adentro e infligir alguns golpes no reino cita, que, nessa época, estava se expandindo para o sul e ocupando a Península Balcânica. Ao mesmo tempo, Filipe buscou anexar a Tessália e a faixa da costa macedônica que estava ocupada pelos gregos. Sem acesso ao mar, uma influência política mais ampla sobre todo o mundo grego estava fora de cogitação. Após uma série de guerras, as cidades gregas na Macedônia e na Calcídia tornaram-se parte do reino. Filipe ainda fundou núcleos urbanos, estradas e criou uma moeda para a Macedônia. Para tanto a conquista das minas de ouro do Monte Pangeu foi determinante, principalmente para formar um poderio militar necessário para a sua política baseada na expansão territorial (Griffith, 1970, p. 67-70).

Enquanto o mundo em volta da Macedônia passava por uma grave crise, esta tornou-se um poderoso reino unificado. A Macedônia tinha deixado de ser inofensiva à Grécia. Momigliano (1992) afirma que a política de Filipe possuía um caráter expansionista e os gregos não demoraram a perceber a ameaça que a Macedônia se tornava. Os atenienses, principalmente, sentiam seus interesses políticos e comerciais ameaçados com a conversão da Macedônia em um forte império marítimo. Durante a luta pelo domínio da costa macedônica,

Filipe entrou pela primeira vez em choque com Atenas.

Filipe passou a interferir constantemente na complicada política grega depois da anexação das cidades gregas da Calcídia e da destruição de muitas delas, no decorrer de 349 e 348. Nesta época, o monarca derrotou a defesa ateniense da Calcídia e forçou Atenas a aceitar um tratado de paz. A partir desse momento, Filipe tinha a liberdade de interferir nos assuntos da Hélade. A convite dos Anfictíones, guardiães oficiais do templo de Delfos, assumiu o comando na luta contra os fócios e os derrotou. Os fócios foram expulsos da assembléia anfictiônica e seu lugar foi cedido a Filipe. A Macedônia foi reconhecida como membro (honorário) da família de Estados gregos. Foi nesse momento que o rei apresentou pela primeira vez seu desejo de construir um “Império Universal”, com a unificação do mundo então conhecido (Londey, 1994, p.25-30).

A situação parecia favorável para Filipe concretizar o seu projeto. A Grécia, que tinha como característica a fragmentação, estava imersa em uma profunda crise, e o Império Persa, mesmo que ainda forte, passava por sérias dificuldades políticas, como as revoltas de várias satrapias.

A Macedônia aparecia, assim, como a grande força centralizadora desse mundo, o que realmente provou ser, em 338, em Queroneia, ao submeter as cidades gregas ao seu domínio. Esse momento representou a conflagração entre o mundo da *pólis* e o de Filipe. Filipe saiu vencedor e se considerou o chefe militar dos gregos – o *hegemon*. Em 337, enviados de todos os estados continentais, exceto Esparta, formaram juntos com Filipe uma Liga Grega, a chamada Liga de Corinto, que se comprometia a aplicar a lei, e não a guerra, em seus assuntos internos. Na primeira reunião do conselho da Liga, estabeleceu-se uma aliança ofensiva e defensiva perpétua entre os estados gregos, *os gregos* e *os macedônios*. Gregos e macedônios declararam guerra à Pérsia, com o pretexto de vingar a profanação das tumbas gregas pelos

persas em 480. A Liga elegeu, como já dissemos, Filipe como chefe militar das forças terrestres e marítimas e o fez presidente do conselho enquanto durasse a guerra. Logo se procedeu à mobilização das tropas nos dois grupos, aprovando-se o estabelecimento de guarnições macedônias em Tebas e Corinto, por exemplo, e uma força avançada cruzou o Helesponto até a Ásia para assegurar uma ponte para o exército principal, que ia chegar, sob o comando de Filipe, no outono de 336 (Hammond, 1992, p. 43-45). As condições eram favoráveis para um ataque combinado dos gregos e macedônios. Foi então que Filipe foi assassinado em Egas. Morria com a idade de 46 anos. Caberia ao seu filho Alexandre, empreender a campanha asiática.

Passemos agora a tratar de uma outra figura de alteridade recorrente na História da Grécia antiga: os persas.

De fato, o Império Persa foi uma personagem constante na história das *póleis*. Tratado na maioria das vezes com desprezo nos discursos de muitos escritores da época e aparecendo outras tantas como ameaça à Hélade, esse Império nos é pouco conhecido. Será cobiçado pelo rei macedônio e por muitos gregos.

A formação do Império Persa ocorreu sob a tutela do primeiro rei aquemênida, Ciro, o Grande, no período de 558 a 528. Seu governo foi marcado por grandes conquistas territoriais, tendo submetido a Lídia e a Babilônia. Mais tarde, seu filho Cambises (528-522) promoveu uma expansão territorial, conquistando o Egito e Cirene. Mas a consolidação do Império ocorreu com Dario I (521-486), que conquistou algumas ilhas do Egeu e, na Europa, a Trácia. Por meio de outras campanhas, muito menos conhecidas e certamente mais difíceis, todo o planalto do Irã foi submetido, até o Turquestão e o Indo. Com Xerxes I (486-465), o limite do crescimento do império aparece (Aymard, 1977, p.200). Mas foi por volta de 546, quando o Grande Rei (Ciro) se apoderou de Sardes e, logo após, da região litorânea ocupada por gregos,

que surgiu a brusca revelação de uma nova força cuja expansão, durante mais de meio século, removia de maneira fulminante todos os obstáculos (Boardman, 1988, p. 24-30). Com Cambises, sucessor de Ciro, conquistando o Egito em 513, e Dario I, atravessando o Bósforo e anexando o sudeste da Europa, até a margem sul do Baixo Danúbio, a vida econômica de todo o mundo helênico ficou à mercê dos persas, já que o Egito e a Ucrânia haviam se tornado o celeiro da Hélade desde o século VI (Toynbee, 1969, p. 82).

Esta força era a de um povo ao qual, antes disto, ninguém prestara grande atenção. De origem indo-européia, instalara-se no curso do II milênio a.C., na parte ocidental do planalto do Irã. Seus vizinhos meridionais eram os susianos, há tempos associados à vida da Mesopotâmia, da qual os persas estavam separados, pela barreira dos Montes Zagros. Os textos assírios, entretanto, mencionam-nos por vezes. Pela sua leitura, tem-se a impressão de se estar em presença, durante muito tempo, apenas de nômades. Pouco a pouco, alguns estabilizaram-se, para depois se organizarem, segundo um processo que não conseguimos vislumbrar, em detalhes. Dirigidos pelos medos, contribuíram, aliando-se aos babilônios, para a tomada e destruição de Nínive, cabendo-lhes a alta Mesopotâmia quando da partilha do Império Assírio. Mas seriam necessários ainda mais de sessenta anos para que afirmassem seu poder sem a necessidade de aliados (Oncken; Justi, 1950).

Como já dissemos, foi com Dario I (521-485) que o Império se estabilizou. Seu longo reinado foi marcado por uma sólida administração. Foi em seu tempo que o Império Persa foi dividido em vastas circunscrições, as satrápias. O Império Persa não foi tão desafiado pelos povos submetidos como os anteriores, pois era mais tolerante em relação aos reis vencidos, aos costumes religiosos locais e não tinha o costume de deportar populações, como o fizeram outrora os assírios. Contudo, ao fim do reinado de Dario, o Império Persa passava por um período de crise.

Com o tempo, a fronteira pode ter variado nesse ou naquele ponto. Desta forma, os desastres sofridos na Grécia, por ocasião das guerras médicas, acarretaram o abandono da Europa. Houve revoltas no interior, algumas vezes repetidas e que apenas com dificuldades puderam ser reprimidas. Como exemplo, temos o caso do Egito. Mas o Mundo Antigo nunca havia conhecido um Império tão extenso. O Império Persa, herdeiro dos grandes impérios que o precederam, reunia todos os territórios antes submetidos àqueles impérios, acrescentando-lhes outros novos. Nem os poderosos assírios haviam alcançado o Indo.

Outra característica dos persas se referia ao seu rei. O caráter do rei persa era absoluto, justificado pela vontade divina. A idéia de um soberano escolhido pela vontade divina não era uma inovação no Oriente. O mesmo se verificava com a idéia de que o soberano deveria amar a verdade, aplicar a justiça e proteger o fraco, a fim de obedecer aos votos de divindade, idéia que participava da doutrina real egípcia. O rei era hábil em todos os exercícios e modelo do guerreiro, o que constituía, junto com o caráter divino da realeza persa, outro aspecto fundamental da monarquia do Oriente. No início da monarquia, todos os nobres de importância tinham acesso fácil ao rei. Mas, depois de Dario, uma rigorosa etiqueta regulamentou todos os atos da vida do soberano, que permanecia inacessível. A segregação acarretou aos reis conseqüências desagradáveis. Surgiram intrigas de harém, assassinatos e diversas suspeitas de conspirações políticas. Tanto Ciro, O Grande, quanto Dario I, por exemplo, morreram envenenados (Boardman, 1988, p.79-85).

Os persas e os gregos, no período clássico, viveram lado a lado, e os conflitos que opuseram os dois povos não impediram seus contatos. Os reis persas permitiram aos gregos, por exemplo, que viajassem pelo Oriente. Gregos da Ásia ingressaram no harém real ou esposaram sátrapas em função nas províncias ocidentais. No século IV, mercenários gregos

foram contratados em grande número. Alguns de seus chefes desempenharam um papel importante, e o comércio ateniense não sofreu grandes restrições (Aymard, 1977, p. 214-215).

O helenismo, contudo, não ganhou muito espaço entre os persas. No momento da expedição de Alexandre, filho de Filipe, os dois povos ficaram frente à frente. Representavam dois mundos, duas civilizações. Entre eles não havia sido lançada nenhuma ponte duradoura. E uma coisa é certa: se havia uma resistência dos gregos perante os persas, o inverso também ocorreu.

A pólis versus a cosmópolis

Com a conquista da Hélade por Filipe, em 338, e depois sob o governo de Alexandre (336-323), a autonomia políade foi se esvaindo cada vez mais. Mas foi apenas no período posterior à morte de Alexandre Magno que as reflexões sobre a *cosmópolis* ganharam espaço definitivo na Grécia. Em 146, a Grécia se tornou uma província de Roma. O pensamento grego, não vendo uma alternativa positiva na *pólis*, refugiou-se no ideal do cosmopolitismo, considerando o mundo inteiro uma cidade. Desse modo, para Reale (1994), dissolveu-se a antiga equação entre homem e cidadão, e o homem grego foi obrigado a buscar uma nova identidade.

As idéias sobre a *cosmópolis*, entretanto, são bem anteriores à dominação romana, e, para nós, essa “nova” identidade começou a se estruturar, ou melhor, a se reestruturar, no período que é compreendido por nosso estudo. Autores como Thébert (1987) denominaram esse tipo de pensamento como *pan-helenismo*.

Com o fim das Guerras Greco-Pérsicas, o fluxo de pessoas das mais diversas origens que circulavam pela Grécia aumentou bastante. Esse fato levou alguns a questionarem as

diferenças estabelecidas entre os próprios gregos. Um grupo que partilhava tal ponto de vista era composto pelos chamados sofistas.²⁰ Indo de cidade em cidade para ensinar, mais do que cidadãos de uma simples *pólis*, eles sentiam-se cidadãos da Hélade. Com a Guerra do Peloponeso e suas conseqüências desastrosas para a Grécia, o ideal particularista da *pólis* passou a ser mais questionado. Foi dentro da corrente dita naturalista da sofística que as concepções igualitárias e cosmopolitas ganharam mais espaço, com Hípias e Antifonte, no fim do século V. O primeiro dizia que, com base na natureza que unia os homens, não havia razão para as discriminações estabelecidas pela lei, que dividiam os cidadãos de uma cidade dos de outra. Antifonte, chegando a ser mais radical, afirmou que todos os homens eram iguais, pois a natureza os fizera assim. É preciso atentar para a distância que esse discurso apresenta em relação ao discurso de um Aristóteles, que afirmava que os homens são desiguais por natureza. Apesar das idéias cosmopolitas existirem nesse período, mesmo com a crise da *pólis*, muitos pensadores, como o já citado Aristóteles e seu mestre Platão, vão se agarrar ao ideal *políade*, e o nosso trabalho tem como pano de fundo justamente este embate de idéias acerca do ideal político para a Grécia.

Dentro desse contexto, no que concerne ao pensamento do período, percebemos, pelos exemplos de Hípias e Antifonte, que o sentido de comunidade, tão forte na *pólis* clássica, entrou em colapso. Surgiu a afirmação do individualismo e da *cosmopólis*. O cidadão não era mais cidadão de uma determinada cidade, mas sim da Hélade. Não havia fronteiras. Rompeu-se assim o particularismo tão evidente do mundo *políade*. Esse tipo de pensamento, a nosso ver, influenciou muito a visão dos gregos no período, pois o próprio sistema *políade* começou a mostrar seus limites diante de toda a situação que se instalou.

²⁰ O termo *sofista* significa *sábio, especialista do saber*. Os sofistas operaram uma verdadeira revolução espiritual, deslocando o eixo de reflexão filosófica da *physis* e do cosmos para o homem e para aquilo que concerne à vida do homem como membro da sociedade. Os principais temas, dentro da sofística, são a ética, a política, a retórica, a arte, a religião e a educação. Ver Reale (1990) e Jaeger (1979).

Isócrates foi um dos que adotaram o posicionamento pró-cosmopolita e representa, como diz Thébert (1985, p. 28-29), uma mutação do dito pan-helenismo. Devido à grave situação da Grécia houve uma radicalização na visão referente aos persas por parte de alguns intelectuais. O persa passou a ser visto como um ser inferior que teria de ser submetido pelos gregos, assim como a Ásia, que os persas dominavam, deveria ser ocupada pelos gregos. A questão é que Isócrates, que a princípio propôs a liderança dos gregos contra os persas por Atenas e chegou até a escrever um *panegírico*, em 380, em homenagem a essa cidade, tratando do assunto, percebeu, com o tempo, a impossibilidade da realização de sua proposta por qualquer cidade grega. Com isso, quando o ateniense percebeu a crescente força da Macedônia, viu em Filipe II seu chefe idealizado.

Isócrates pode ser considerado como um dos mais destacados representantes da retórica grega. A tradição biográfica apresenta-o como discípulo de Protágoras, Pródico e, sobretudo, de Górgias. Era herdeiro da cultura sofística e da retórica da *pólis* clássica. Entendia que era a retórica, e não a filosofia em sentido platônico, a forma espiritual que melhor podia plasmar o conteúdo político e ético da época e a mais apta a convertê-lo em patrimônio universal. Tal argumento levou Platão a combater ferozmente o pensamento de Isócrates (Jaeger, 1979). O ponto central das idéias de Isócrates foi pensar a Grécia como unidade, pois, segundo ele, isso era necessário para uma renovação.

Como já foi dito, a tradição *políade* possuía diversos representantes, e o orador Demóstenes foi um deles. Demóstenes encontrava-se dentro de uma tradição surgida após as Guerras Greco-Pérsicas, que considerava os persas os bárbaros por excelência, porém sem tratá-los como seres inferiores, mas apenas como elementos exteriores ao mundo grego. Nessa tradição, a cidade de Atenas ocupava lugar de destaque. Vencedora das Guerras Greco-Pérsicas, Atenas deveria liderar as demais *póleis* na afirmação de um ideal pan-helênico. A

grande Pérsia entraria como um mundo estrangeiro que tinha como função demarcar a fronteira entre gregos e não-gregos. A hegemonia ateniense deveria ser apenas sobre o mundo helênico.

Demóstenes e o grupo ao qual pertencia julgavam que o melhor para Atenas, no período que sucedeu a Guerra do Peloponeso, não era perseguir a quimera da união de todos os gregos, mas, sim, impedir que outra potência prevalecesse na própria Grécia. Quando as ambições de Filipe se revelaram, os atenienses se concentraram na defesa enérgica da influência de Atenas contra o rei e na prevenção diante do ataque que o macedônio certamente acabaria lançando contra a cidade. Tal foi a linha de conduta de Demóstenes durante quase toda a sua vida. Nas *Filípicas*, Demóstenes deixa claro o confronto intelectual com o grupo representado por Isócrates, pois é totalmente contra o domínio da Grécia por Filipe. Demóstenes acusa Filipe de se aproveitar da discórdia entre os helenos para escravizá-los, pede que os atenienses esqueçam as lisonjas e promessas feitas pelo monarca e propõe, inclusive, se necessário, um acordo com a Pérsia para enfrentar a ameaça macedônia. Demóstenes pressentia a conquista de toda a Grécia, em pouco tempo, por Filipe e não admitiria isso de forma alguma, razão pela qual passou grande parte do tempo nas assembleias, tentando imbuir os seus pares da convicção de que o governo de Filipe colocaria fim à liberdade dos gregos (Robert, 1987, p. 92).

Expostas essas linhas gerais sobre o pensamento político do período, podemos dizer que Isócrates e Demóstenes exprimem o debate político existente na Grécia no século IV, que pareceu girar principalmente em torno da Macedônia, a qual, com a crise da Hélade, assumiu um lugar de destaque nesse mundo. O que encontramos na documentação analisada é um confronto entre duas visões políticas próprias do período. A primeira, defendida por Isócrates,

seria a da *cosmópolis*. Isócrates, que tinha o sonho de unir os gregos contra os persas, viu a possibilidade de este sonho se realizar pelas mãos de Filipe II, como veremos a seguir.

Isócrates e a reconstrução da identidade grega: O modelo da *cosmópolis*

Este segundo capítulo tem por objetivo explorar o pensamento político de Isócrates, sua vida e sua obra. Nele, analisaremos o *Panegírico*, de 380, e o discurso *A Filipe*, de 346, com a intenção de compreender a reconstrução que Isócrates faz da imagem do persa como bárbaro e a reconstrução simultânea da imagem do macedônio, por meio dos atributos dirigidos a Filipe II. Assim, pretendemos, ao final deste capítulo, compreender melhor, por intermédio do discurso do autor, a redefinição da imagem do próprio grego e o surgimento de uma nova visão da monarquia, revestida de valores positivados.

Isócrates, o arauto dos novos tempos

Nascido em Atenas, em 436, Isócrates pode ser considerado como um dos mais destacados representantes da retórica grega. A tradição biográfica apresenta-o como discípulo, a princípio, de Protágoras e de Pródico; mais tarde, teria ido à Tessália tomar lições com Górgias de Leontinos.²¹ Os arqueólogos da época helenística encontraram a confirmação deste último dado no monumento funerário de Isócrates, no qual identificaram Górgias apontando para um globo celeste (Jaeger, 1979, p. 999-1000).

²¹ Todos esses mestres eram sofistas. Contudo, Isócrates se diferiu de seus predecessores, inclusive se opondo aos sofistas, não gostando nem do título, que Platão insistia em lhe dar, julgando que nem sempre se podia persuadir qualquer um por meio do ensino. Ensinou sempre recorrendo à reflexão do aluno e fazendo seus grandes discípulos cooperar na gênese de seus próprios discursos, que liam, discutiam e corrigiam com o mestre. Ver Reboul (2004) e *Isocrates, against the Sophists*, 16, de Schlatter (1972).

De volta a Atenas, Isócrates refez, como logógrafo e mestre de retórica, a fortuna da família, que havia sido arruinada pela guerra do Peloponeso.²² Além de acumular riqueza considerável, contou, entre seus alunos, com estadistas como Licurgo e Hipérides, e, entre seus amigos, com monarcas poderosos como Jasão de Feras e o próprio Filipe da Macedônia (Bruna, s/d, p. 30).

Para ele, a oratória não era apenas a arte de falar em público ou de persuadir; o estudo da eloquência constituía toda a formação intelectual e moral. Suas cartas e discursos mostram nele um ateniense preocupado com os males que afligiam e ameaçavam toda a Grécia e, ao mesmo tempo, um autor atento aos belos efeitos da estilística. Abandonando o estilo repleto de antíteses de seu mestre Górgias, criou o período extenso e equilibrado, claro e harmonioso, de frases fluentes e cadenciadas, porém, ao final, um pouco monótono.

Isócrates morreu em 338, havendo várias fontes gregas que nos informam sobre sua morte. A mais antiga de todas é provavelmente a *Vida de Isócrates*, pesquisada por Dionísio de Halicarnasso no começo de seu estudo dedicado ao nosso orador, e escrita em finais do século I. Dionísio descreve a morte de Isócrates nos seguintes termos:

Morreu durante o arcontado de Querónides, poucos dias depois da Batalha de Queronéia, havendo vivido 98 anos, pois decidiu pôr fim a sua vida junto com os melhores da cidade quando ainda era incerto de que modo Filipe utilizaria seu sucesso, uma vez que havia se tornado o dono da Grécia (Halicarnasso, apud Codoñer, 2001, p. 32-33).

Segundo esta notícia, Isócrates havia morrido logo após a batalha de Queronéia, quando, tal como sabemos por intermédio do discurso *Contra Leócrates*, de Licurgo, se instaurou o pânico na Hélade, pois pensava-se que as tropas macedônias a qualquer momento invadiriam

²² Logógrafo se refere ao autor de discursos que exercia profissionalmente esse ofício, encarregando-se de prepará-los para o cidadão incapaz de defender-se em juízo.

a Grécia. A idade de noventa e oito anos de Isócrates e a referência ao arcontado de Querônides se encaixam no ano de 338.

Em Pausânias, que escreve na segunda metade do século II, encontramos também uma pequena nota sobre a morte de Isócrates. A nota é motivada pela menção à existência de uma estátua do orador:

Existe sobre uma coluna uma estátua de Isócrates, que deixou três coisas para recordar: sua grande entrega ao trabalho, pois nunca deixou de ter discípulos mesmo chegando a viver 98 anos; sua grande prudência, pois viveu a margem das responsabilidades políticas e sem intervir nos assuntos públicos; seu sentido da liberdade, pois ante a notícia da batalha de Queronéia se deixou morrer voluntariamente atravessado pela dor (Pausânias, apud Codoñer, 2001, p. 33).

Existe pouca divergência sobre a idade real com que Isócrates teria morrido. Alguns apontam cem anos, mas é mais provável que tenha sido aos noventa e oito, logo após a vitória de Filipe em Queronéia. Essa discussão existe pelo fato de alguns negarem a hipótese de um “suicídio” de Isócrates, já que este havia se alinhado com os macedônios, não havendo então motivo para temer o governo de Filipe. Há uma teoria de que Isócrates teria parado de comer devido a problemas intestinais sérios, e não por qualquer desilusão após a batalha de Queronéia. Mas a existência de uma tumba erigida pelos atenienses em homenagem a ele nos leva a crer que, nos últimos momentos de sua vida, nosso orador pôs à frente de seus sentimentos pró-macedônios suas convicções patrióticas, percebendo talvez que Filipe não seria tão condescendente com os gregos como Isócrates havia imaginado na oração *A Filipe* e em suas cartas destinadas ao monarca (Reyes, 1961).

O *corpus* de Isócrates que selecionamos para o presente estudo é composto por dois discursos políticos. Esses textos são classificados, em termos literários, como orações e, em

um sentido mais amplo, como discursos. São, respectivamente, o *Panegírico*, escrito em 380, em que Isócrates já defende uma campanha contra o Império Persa ao mesmo tempo em que louva a cidade de Atenas e os valores gregos diante dos bárbaros, e *A Filipe*, um discurso escrito no ano de 346 por Isócrates, que trata mais uma vez da campanha contra o Império Persa e da superioridade dos valores gregos; porém, o louvor desta vez é destinado ao monarca macedônio, eleito inclusive como líder dos gregos perante o inimigo persa.²³ Esses dois discursos são importantes pelo fato de versarem sobre os mesmos temas, mas sob uma ótica diferente.

Como nossas fontes são discursos, vejamos o significado deste vocábulo. O vocábulo “discurso” ostenta, segundo o contexto em que se inscreve, uma polivalência de sentido. No plano da oratória, designa a elocução pública que visa a comover e persuadir. Pode ainda assumir um sentido de “tratado”, “dissertação” ou equivalente. Conforme os preceitos retóricos clássicos, estabelecidos principalmente por Aristóteles, Quintiliano e Horácio, o discurso oratório devia apresentar uma determinada estrutura. No geral, predominava a disposição em quatro divisões fundamentais, suscetíveis de reduzir-se a três: o *exórdio* (começo), ou *proêmio* (canto introdutório) ou *princípio* (o que toma o primeiro lugar); o *desenvolvimento* e a *peroração* (longo discurso, última parte do discurso); a *conclusão* (ação de fechar, terminar) ou *epílogo* (fecho do discurso) (Reboul, 2004, p. XIII-XVIII).

Os discursos de Isócrates incluem-se dentro dos cânones da retórica grega. Em sentido amplo, retórica designava a teoria ou ciência sobre o uso da linguagem com vistas a persuadir

²³ O corpo epistolar produzido por Isócrates que chegou até nós contém um total de nove cartas, das quais quatro (cartas II, III, IV e V), são dirigidas a governantes macedônios, sendo todas elas escritas posteriormente à redação da oração *A Filipe*, no início do ano de 346. Destas quatro cartas dedicadas a governantes macedônios, duas são dedicadas a Filipe (carta II e III), contando que Isócrates ainda escreveu uma outra carta a esse governante que foi perdida em finais do ano de 343 e princípios de 342 (Codoñer, 2001, p. 7-53).

ou influenciar.²⁴ Ainda podia significar a própria técnica da persuasão pela palavra, a *ars bene dicendi* (a arte de bem dizer), como predicavam os antigos. Em sentido restrito, alude ao emprego ornamental ou eloqüente da linguagem. Corresponderia a uma teoria da eloqüência, entendida essa como a soma de princípios que ensinam a tirar o melhor partido das palavras a fim de agradar e, indiretamente, convencer. Junto com a retórica, estava a oratória. Entendido que a retórica era como a teoria ou a ciência do bem dizer, a oratória constituiria a prática ou a *techné* de bem dizer. Ou seja, os fundamentos teóricos da atividade oratória se encontram compendiados na retórica.

As obras de Isócrates e Demóstenes (que serão analisadas no próximo capítulo) se encaixam em duas modalidades de discurso: o *epidítico*, que louva ou incrimina, e o *deliberativo ou político*, que trata sobre questões públicas. Provavelmente, contudo, Isócrates não apresentava, ele mesmo, seus trabalhos ao público, pois dizia não ter grande porte físico e nem uma boa dicção, características fundamentais de um bom orador, de que Demóstenes era exemplo.

Os discursos em questão provavelmente foram lidos em público (Cavallo; Chartier, 2002). Tais escritos devem ter circulado ainda entre os grupos de poder da *pólis* ateniense, e, em alguns casos, entre os das demais *póleis*.

Um orador entre a *pólis* e a monarquia

O *Panegírico* de Isócrates foi escrito em 380, em um momento em que o poder e a influência de Atenas sobre o mundo helênico estavam extremamente debilitados, assim como o próprio mundo grego, após a crise generalizada que se alastrou no período pós- Guerra do

²⁴ Duas datas podem ser tomadas como referência para o nascimento da retórica: 480, após a batalha de Salamina, quando se inicia o período clássico, e 399, quando Sócrates morre (Reboul, 2004, p. 2).

Peloponeso. Como vimos no capítulo anterior, o império que Atenas havia construído após as Guerras Greco-Pérsicas havia se desmantelado, e a supremacia de Esparta, a *pólis* que saiu vitoriosa da Guerra do Peloponeso, logo se esvaiu, dando lugar a diversas sedições e disputas políticas. Nessas circunstâncias, Isócrates escreve o *Panegírico* dedicado à cidade de Atenas com a intenção de persuadir os gregos a buscarem a salvação para si mesmos (Norlin, 1961, p.116-117).

Na verdade, o *Panegírico* propõe a união entre Atenas e Esparta, para, numa campanha antipersa, solucionar muitos dos problemas que estavam assolando a Hélade. É, portanto, uma obra a favor dos valores gregos e contra os interesses bárbaros.

Atenas é apresentada como a grande defensora histórica dos valores e da *práxis* política dos gregos, enquanto sua contemporânea, Esparta, é descrita como uma potência a serviço dos interesses persas. No *Panegírico*, no parágrafo 39, Isócrates defende o sistema constitucional ateniense, realçando que a criação de leis e de uma constituição (*politéia*) são inovações atenienses, um benefício que a cidade proporciona a outros gregos anteriormente submetidos à oligarquia ou à anarquia. Para o autor, as leis democráticas eram a causa dos maiores bens para os homens (*Paneg.* 39-40).

A relação entre *politéia* e leis e entre sistema político legal e democracia constituiu um lugar comum na literatura ática de todo o século IV, talvez como consequência da crise com a qual se encerrou o século anterior. A força dessa imagem é tão forte que Isócrates, em sua crítica da *pólis* lacedemônia, se esquece das lutas passadas em que Esparta havia liderado a oposição oligárquica de toda a Grécia, e se reporta ao mito da Esparta antitirânica, para afirmar que “[...] antes combatiam aos tiranos e agora combatem as instituições democráticas e consolidam monarquias [...]” (*Paneg.* 125-6), como se a guerra espartana à democracia ateniense fosse um fenômeno novo – como se essa guerra fosse plenamente contra o sistema

legal – e não muito anterior à instauração das férreas oligarquias tirânicas como a dos Trinta Tiranos.

O certo é que, em Isócrates, as instituições democráticas aparecem como as únicas capazes de representar a autonomia política e os regimes constitucionais dos gregos diante do despotismo que representavam os líderes bárbaros, Amintas da Macedônia, Dionísio da Siracusa e o rei persa, a quem servia a cidade de Esparta.²⁵

Ao defender a atuação ateniense na Liga de Delos – o que contrastava com as atuações recentes lacedemônias –, subscreve Isócrates a ideologia ortodoxa da democracia do século V: combater os déspotas oligarcas e não permitir que a maioria fosse submetida à minoria, ou que, por carência de meios, fossem apartados do poder os que não eram inferiores em outros aspectos (*Paneg.* 105).²⁶

A constituição democrática, segundo Isócrates, havia evitado que os atenienses e seus aliados conhecessem a tirania interna, permitindo que afirmassem a sua liberdade perante o bárbaro e controlassem a *stásis* (*Paneg.* 106). Mas o que era mais significativo eram os oligarcas que não respeitavam as leis, convertendo-se em tiranos de seus concidadãos, aos quais privavam de seus direitos cívicos, transformando-os em metecos (*Paneg.* 105-111).

Resumindo, em seu *Panegírico*, Isócrates defendia a democracia como um sistema justo e oposto à oligarquia, entendida aqui não como governo regular de uma minoria de cidadãos, mas como o exercício ilegal, apolítico e violento do poder que pactuava com o bárbaro, excluindo a maioria e gerando as *stáseis* (Neserius, 1933, p. 315).

²⁵ Aqui Isócrates se refere a Amintas, pai de Filipe, como bárbaro. Mas devemos lembrar que, em 380, Filipe não havia nem nascido, muito menos a Macedônia representava uma potência, ou um perigo à Hélade.

²⁶ Philip George Neserius, em seu trabalho *Isocrates' political and social ideas*, de 1933, fala sobre a aversão que Isócrates tinha pela oligarquia, comparando esta à tirania, governo em que não se utiliza das leis e nem do que é justo.

Em contraste com a imagem de Esparta contida no *Panegírico*, no discurso *Areopagítico*, Isócrates denomina democracia o sistema político dos espartanos. A diferença temporal e as circunstâncias particulares que cercam a redação da obra, assim como as idéias que nela são defendidas explicam a mudança de atitude por parte do orador. Esparta, no *Panegírico*, encarna os excessos do governo de Lisandro. No *Areopagítico*, é a Esparta tradicional de Licurgo, assim como a Atenas representada nesse discurso é a Atenas mítica anterior às Guerras Greco-Pérsicas. Certamente, não se trata da Atenas contemporânea a Isócrates, mas, sim, daquela “democracia” de rasgos aristocráticos na qual vigia o sistema censitário instituído por Sólon (Rocher, 2002, p. 235-237).

As propostas que Isócrates faz nesse discurso visando à recuperação de Atenas são limitadas, pois significam uma espécie de retorno no tempo segundo a visão do autor: substituição do sorteio pela elegibilidade dos cargos, o que traduziria uma suposta concepção correta da igualdade democrática, ao reconhecer e premiar o mérito e ao impedir que sejam iguais os que são desiguais em sua valia; e a restauração do Areópago como o tutor da legalidade democrática. O autor insiste em que este órgão é contrário à oligarquia. Desse modo, não propõe nenhuma troca de constituição, mas apenas a recuperação de um passado que considera melhor para a cidade.

Isócrates não estava a favor de uma democracia radical, sobre a qual tinha muitas coisas a criticar, sobretudo a atuação dos demagogos. Ele era, na verdade, contrário às chamadas *dynasteiai*, oligarquias restringidas, cruéis e inconstitucionais, e nesse propósito foi coerente. A razão pela qual chamava de democracia o regime espartano é a mesma pela qual denominava democracia ao regime de Sólon. Não pela razão que tiveram os democratas dos séculos V e IV, que viam em Sólon o primeiro democrata de uma grande lista que chegava até o presente por haver criado os tribunais populares, mas, sim, porque havia feito com que o

governo estivesse nas mãos de uma elite, mas sem privar o *demos* da sua dignidade (Neserius, 1933).

Parece claro o esforço de Isócrates em repelir o tipo de poder exercido pelos tiranos ou oligarcas, entendendo-se por oligarquia uma forma de domínio exercido por uma minoria de maneira violenta e ilegal. O ideal político de Isócrates estava dentro das fronteiras políticas, da democracia ateniense, mesmo que esse ideal não se aplicasse à democracia real da Atenas do século IV. Pouco antes da batalha de Queroneia, no entanto, e anos após escrever o *Panegírico* em homenagem a Atenas, no qual colocava essa cidade como a responsável por guiar os gregos contra os persas, Isócrates acabou exaltando Filipe da Macedônia como líder dos gregos, em seu *A Filipe*.²⁷

Nesse discurso, composto em 346, Isócrates reafirma a necessidade de as cidades gregas se reconciliarem e enumera os benefícios que adviriam da reconciliação. Lembramos que 346 foi o mesmo ano em que foi estabelecida a *paz de Filócrates*,²⁸ e o poder macedônio era incontestável aos olhos dos helenos. Isócrates lembra a Filipe que, mesmo em cidades onde se julgava impossível a conciliação, isso era agora possível, pois todas teriam se igualado na miséria e, portanto, buscavam a paz. Cita exemplos das diversas alianças feitas no passado entre as cidades gregas, afirmando que, quando há necessidade, os gregos se unem. Por outro lado, esclarece a cada cidade os motivos que tem para aceitar a paz trazida por Filipe.

Na realidade, Isócrates tinha consciência de que Atenas, ou qualquer outra cidade grega, não seria capaz de pacificar e unificar a Grécia. Assim, sua alternativa para salvar a Hélade

²⁷ Isócrates escreveu ainda duas cartas a Filipe, posteriores ao *A Filipe*: uma a Antípatro, embaixador da Macedônia na Grécia por duas vezes, 346 e 338, e uma a Alexandre (Codoñer, 2001).

²⁸ Em 346, os atenienses estavam esgotados pelas contendas travadas com Filipe, assim em março uma embaixada ateniense foi enviada a Tessália onde estava o rei macedônio. Entre os membros da embaixada estavam oradores influentes como Ésquines, Filócrates, autor da proposta de paz, e o próprio Demóstenes, que com o rei macedônio estabeleceram uma trégua. Quando o rei voltou para a Macedônia, se firmou definitivamente um acordo de paz entre Atenas e Macedônia, que ficou conhecida como a *Paz de Filócrates*. Depois de jurar a paz, Filipe cruzou as Termópilas e aniquilou a Fócida, tomando para si os dois votos no Conselho dos Anfidócios que pertenciam a esta. Mais tarde, Filócrates foi acusado e condenado ao exílio, por traição pelo fato de ter proposto uma paz que foi desfavorável para Atenas.

provinha da liderança do macedônio. O autor percebeu o poderio incontestável das forças macedônias e, diante do fato de que a conquista da Hélade seria algo inevitável, tentou amenizar a situação, recomendando aos seus concidadãos que não resistissem, ou melhor, que vissem na conquista pela Macedônia uma oportunidade de resolução dos problemas sociais que afligiam as *póleis*.

Isócrates aconselha a Filipe que este não conquiste a Hélade pela força, mas sim pela capacidade que possui de se fazer admirado. O monarca deveria tratar as *póleis* com igualdade e empreender atividades vantajosas para os gregos. E acrescenta que, se outros, menos honrados e poderosos, conseguiram grandes façanhas, para Filipe não seria difícil realizar o que lhe pedia. Mas seria importante Filipe, primeiramente, reconciliar as quatro *póleis*, que para Isócrates eram as principais: Argos, Esparta, Tebas e Atenas.

Porque penso que o importante é que vós, sem abrir mão de nenhum de vossos negócios, trateis de reconciliar a cidade dos Argivos, a dos Lacedemônios, a dos Tebanos e a nossa. Pois se puderdes tranquilizar estas, não será difícil, ao que entendo, fazer com que as demais concordem. Pois todas já estão sujeitas a estas que mencionei e, quando têm medo, recorrem a qualquer uma dessas quatro [...] para serem socorridas. Assim, se trouxerdes à razão as quatro cidades mencionadas, livrareis todas as demais de muitos males (*Ad Phil.* 21-22).

Isócrates, neste discurso, se refere também às críticas que recebe por suas idéias, o que demonstra a existência, em sua época, de um conflito ideológico e das críticas que são feitas ao próprio Filipe. Ele defende o macedônio, criticando gregos ilustres pelas suas atitudes políticas de agradar mais a umas cidades do que outras e pela sua incapacidade de discutir temas de interesse geral e de exercer um comando militar eficaz.

[...] Sois censurado por alguns que, ao mesmo tempo que vos invejam, estão acostumados a semear discórdia em suas cidades [...] os quais sem atender a

outra coisa que não seja a guerra, dizem, falando do vosso poder, que não é para o bem, mas sim para o mal da Grécia; que este vai aumentando, e que há muito tempo estais nos armando armadilhas [...] dizendo que desejais unir, por exemplo, Argos, Messênia e Megalópolis, para acabar com os Lacedemônios, e finalmente feito isto, com grande facilidade, vos tornareis senhor de todos os demais gregos. Com tais acusações [...] e com sua verbosidade, vão ganhando a muitos. Em primeiro lugar aos que desejam os mesmos males, em que têm tanto interesse os seus oradores, depois aos que jamais discutem sobre os assuntos públicos, por serem de todo incapazes [...] (*Ad Phil.* 53-54).

A esta altura do texto, Isócrates toca no ponto mais importante para a nossa pesquisa: a expedição dos gregos à Ásia. Isócrates já havia tratado deste assunto no *Panegírico*, mas o retoma por se considerar mais maduro, o que lhe permitiria adotar uma perspectiva diferente. E, falando, sobre seu projeto, diz:

Qual a opinião que julgais que terão sobre vós se colocardes em prática estes projetos? E mais, se promoverdes a aniquilação daquele reino [Império Persa], ou, se pegardes uma grande parte de seus domínios [...] onde depois devereis fundar muitas cidades e levar para estas os que por sua miséria se desterram voluntariamente a cada dia e vão saqueando tudo o que encontram? Estes, se não os impedirdes, se juntarão, e constituirão tão grande número, que causarão aos gregos inquietudes maiores que os bárbaros [...] É pois, próprio de um homem esforçado e amante dos gregos, e que tem capacidade maior que os demais, valer-se desses homens perdidos contra os bárbaros, pagando-lhes com terras que mencionei antes; livrar os soldados estrangeiros dos males que padecem e que fazem os outros padecerem; com eles formar várias cidades que sirvam de defesa para a Grécia e que sejam para todos nós um resguardo. Porque, se isso fizerdes, não só os fareis felizes, como proporcionareis a todos nós vivermos seguros (*Ad Phil.* 80-82).

O trecho acima deixa claro o problema dos gregos, que, por falta de condições, se entregavam ao mercenariato, e a intenção de Isócrates em resolver esse problema com a

expansão sobre as terras asiáticas. Em sua opinião, duas condições seriam necessárias para Filipe conseguir realizar tal empreendimento, e estas dependiam dos gregos: que os gregos se aliassem com armas, ou pelo menos que aprovassem o empreendimento. Para Isócrates, ainda, recrutar um exército não seria o problema, pois, na Hélade, seria muito mais fácil reunir um exército de vagabundos do que de cidadãos, em função da crise, lembrando ainda que os próprios persas recorriam amiúde a mercenários estrangeiros, inclusive gregos. A partir desse momento, Isócrates começa a entrar no mérito da distinção entre gregos e bárbaros, incluindo Filipe como grego e os persas como o inimigo bárbaro a ser combatido e conquistado. Diz ele a Filipe:

Não acredite que ignoro que muitos têm o exército do grande rei por invencível. Mas justo será que nos maravilhemos de que, se um homem bárbaro e mal educado pode fundar este Império, estabelecendo a escravidão, não reconhecem que um homem grego e muito hábil na guerra, inclinado à liberdade, há de dissolver facilmente esse Império [...] (*Ad Phil.* 95).

Desse modo, no texto destinado a Filipe, Isócrates muda o argumento estabelecido no *Panegírico* destinado a Atenas. A pacificação das cidades gregas e a união destas contra o Império Persa continuavam como centro das suas preocupações, como a única solução possível para os problemas da Hélade, mas tal tarefa não seria mais executada por Atenas, nem por nenhuma outra cidade grega: ela agora ficaria a cargo do rei da Macedônia.

Macedônios, gregos e persas

O ponto central das idéias de Isócrates, como já dissemos, foi pensar a Grécia como uma unidade. Para ele, isso era necessário à renovação da sociedade do seu tempo. Na documentação escrita por Isócrates, é possível perceber vários problemas que afligiam não só

Atenas, mas a Grécia como um todo como, por exemplo, o problema do mercenariato, citado com bastante ênfase na oração destinada a Filipe. Vejamos o que dizem e que causas apontam para a existência desse problema Austin e Vidal-Naquet:

Particularmente grave para a história da cidade é o desenvolvimento considerável do mercenariato no século IV. O fenômeno tem causas múltiplas: perturbações sociais e pauperização das massas, que não lhes deixa outro meio de vida que não seja venderem a sua força física a quem quiser empregá-la, processo em si mesmo ligado ao estado de guerra permanente que devasta os campos e atinge os pequenos camponeses; tumultos políticos e revoluções interiores que causam numerosos exílios; ausência do mercado natural da colonização, que teria podido agir como válvula de segurança como na época arcaica, onde o mercenariato existe mas não parece ter conhecido a amplitude que atingirá o século IV; desenvolvimento de monarquias militares, que criam uma procura de soldados profissionais; procura também no Próximo Oriente (Império persa, Egito em revolta) de soldados e capitães gregos cuja superioridade é evidente; e, finalmente, especialização da guerra, que encoraja o desenvolvimento do ofício de mercenário [...] (1986, p. 136).

Assim, o pensamento político do século IV teve de se debruçar também sobre o problema do mercenariato, e vemos esse pensamento expresso tanto em Isócrates, quanto em Demóstenes, que analisaremos no próximo capítulo.²⁹ No trabalho de Isócrates, podemos perceber também a construção da imagem do persa como bárbaro e a de Filipe como um nobre grego.

Como dissemos na introdução, utilizamos, ao explorarmos nossas fontes, a análise categorial, que se insere na metodologia de análise de conteúdo tal como formulada por Bardin (2000). Por meio dela, desconstruímos o texto para podermos ter uma compreensão melhor dos elementos simbólicos nele presentes. Todo texto encerra a representação da ordem

²⁹ Sobre o desenvolvimento do pensamento político do século IV, ver o trabalho de Mossé, *Histoire des doctrines politiques en Grèce*, de 1975.

do mundo, e é essa representação que nós buscamos decifrar por meio da metodologia escolhida.³⁰

Assim, construímos dois complexos com as mesmas categorias: um para o texto *Panegírico* e outro para o discurso *A Filipe*.

1

Complexo categorial						
Fonte: <i>Panegírico</i> (380)						
	Defesa de Filipe/ Epítetos de Filipe	Ataque aos persas	Situação da Grécia	Defesa da guerra contra a Pérsia	Opositores de Filipe	Superiorida de dos atenienses/ Epítetos dos gregos
	<ul style="list-style-type: none"> •Sem referência •Só Amintas, rei da Macedônia é citado e como um tirano, equiparado ao monarca persa 	<ul style="list-style-type: none"> •Bárbaros •Inferiores •Ameaça para a Grécia •Tiranos •Regidos por um monarca, cujo poder é apolítico e violento 	<ul style="list-style-type: none"> •Guerra •Crise política, econômica e social. •desunião entre os gregos •gregos mercenários 	<ul style="list-style-type: none"> •Tema central do discurso •Conduzida por Atenas •Para solucionar problemas da Hélade •Resguardar a Grécia •Reconquistar a supremacia sobre os bárbaros 	<ul style="list-style-type: none"> •Sem referência 	<ul style="list-style-type: none"> •Atenas mãe da civilização •Democracia sistema justo •inclinados à liberdade e à glória •superiores •Atenas defensora dos valores gregos •Vivem bem sob leis •Antitiranos

³⁰ No terceiro capítulo, dedicado às obras de Demóstenes, também será apresentado um complexo categorial, porém este possuirá categorias opostas.

Complexo categorial						
Fonte: <i>A Filipe</i> (346)						
	Defesa de Filipe/ Epítetos de Filipe	Ataque aos persas	Situação da Grécia	Defesa da guerra contra a Pérsia	Opositores de Filipe	Superioridade dos atenienses/ Epítetos dos gregos
	<ul style="list-style-type: none"> •Respeitável •Grande General •Descendente de Herácles •Seu pai rei Amintas governou com: prudência, justiça e mais pela filosofia do que pela força apesar de exercer uma monarquia •Herói fundador •Grego, inclinado à liberdade 	<ul style="list-style-type: none"> •Bárbaros •Inferiores •Tiranos •Rei persa: Fraco •Avessos à liberdade •sem educação 	<ul style="list-style-type: none"> •Guerra •Crise política, econômica e social. •desunião entre os gregos •gregos mercenários 	<ul style="list-style-type: none"> •Tema central do discurso •Possível se pacificar e unir a Hélade •Conduzida por Filipe •Para solucionar problemas da Hélade •Resguardar a Grécia •Facilidade de formar um exército •Apoio de asiáticos •Conquista de glória e imortalidade por Filipe 	<ul style="list-style-type: none"> •Homens ilustres •Dirigentes •Agradam mais a umas cidades do que outras gerando discórdias •Incapacidade de discutir coisas públicas 	<ul style="list-style-type: none"> •Superiores •Vitais para derrotar os persas •Inclinados à liberdade •Democracia sistema justo •Célebres pela batalha de Maratona e pelo combate em Salamina

Comparados os dois complexos, constatamos muito mais semelhanças, que diferenças significativas. Primeiro vejamos as semelhanças. A categoria *Superioridade dos atenienses/Epítetos dos gregos* quase não teve alterações nos dois complexos, assim como as categorias *situação da Grécia*, *ataque aos persas* e *defesa da guerra contra a Pérsia*. A mesma semelhança apresentam as categorias nas quais gregos e persas figuram, carregando rótulos totalmente opostos – o persa é tirano, é avesso à liberdade por natureza, ao contrário do grego/ateniense, inclinado à liberdade.

Já as categorias referentes a Filipe (*Defesa de Filipe/Epítetos de Filipe*, *Opositores de Filipe*) mostram uma grande transformação do primeiro complexo para o segundo. No primeiro documento, não há referências ao monarca. Apenas uma ao seu pai, que é

comparado a um tirano persa. Isso ocorre, como já dissemos, pelo fato de Filipe, à época da confecção do *Panegírico*, não ter ainda nascido, e de a Macedônia não representar perigo à Hélade. Já no segundo complexo, as duas categorias que se referem a Filipe são repletas de informações positivas acerca de Filipe II, que acabam afetando outras categorias, como a que se refere à campanha contra o Império Persa – no primeiro complexo, quem deveria liderar a campanha era Atenas; já no segundo discurso, essa função é atribuída a Filipe. Aliás, só ele conseguiria tal feito.

O que mais chama a atenção, entretanto, é a definição de Filipe como grego, mesmo ocupando uma categoria diferente da dos gregos, e o elogio a seu pai como herói, enquanto, no *Panegírico*, Isócrates o havia qualificado como tirano. Para ambas as caracterizações, o nosso orador recorreu a elementos culturais, não só para diferenciar gregos e persas, mas também persas e macedônios. Só que, no caso dos últimos, Isócrates se vale mais dos atributos pessoais de Filipe do que da extensão de elementos positivos ao conjunto dos macedônios.

A problemática cultural, assim, é uma questão recorrente em nosso autor. Isócrates recorre a fatores de natureza simbólica para defender suas propostas, para expor o que acreditava ser melhor para a Hélade. Isócrates, ao defender a liderança de Filipe (classificado como grego) sobre os gregos contra os persas (classificados como bárbaros), relaciona, em seu discurso, características que julga pertencer aos gregos e aos bárbaros. E, nesse momento, esclarecer ao espectador quais seriam os bárbaros e quais seriam os gregos era muito importante, pois a Grécia se encontrava conturbada pelas mazelas sociais e políticas.

O homem grego esteve sempre convencido de que a *pólis* e a lei constituíam os paradigmas de toda forma de vida. O indivíduo era, substancialmente, o cidadão e o valor, e a

virtude do homem eram o valor e a virtude do cidadão: a *pólis* não era o horizonte relativo, mas, sim, o horizonte absoluto da vida do homem (Veca, 1996, p.18).

Em termos políticos, Isócrates e outros começavam a atentar para a incapacidade do sistema *políade* para solucionar os problemas de sua época. Assim, nesse momento, a idéia negativa que se fazia sobre o sistema monárquico durante o século V, associando-se monarquia a tirania, começou a mudar, e a tirania começou a ser associada à oligarquia. No próprio decorrer do século IV, os gregos desenvolveram uma ideologia real. A monarquia começou a ser bem vista por uma série de pensadores, dentre eles Platão e Aristóteles. Tal fato decorreu da percepção dos problemas da democracia e da oligarquia, e da possibilidade da restauração da ordem através do poder centralizado nas mãos de um único homem. Isso se deveu principalmente aos resultados da Guerra do Peloponeso, que marcou uma virada decisiva na história da Grécia em múltiplos aspectos (Mossé, 2004). Enquanto isso, a Macedônia despontava como potência.

A Macedônia aparecia, assim, como a grande força centralizadora desse mundo, razão pela qual Isócrates passou a ver em Filipe o homem capaz de resolver os problemas gregos. Por intermédio de sua ação, a própria monarquia era reabilitada. Como vimos, uma corrente intelectual de valorização da monarquia baseada em qualidades pessoais progredia na Grécia. Tanto assim que, em 380, Isócrates, no seu *Panegírico*, ataca a monarquia, enquanto, em 346, ele faz o elogio à pessoa de Filipe, o que representa uma sensível alteração na sua concepção do governo ideal. De certa forma, os interesses de Filipe iam ao encontro dos desejos de Isócrates em dois pontos fundamentais: a união das *pólis* gregas e a conquista do Império Persa.

Para tanto Isócrates, no transcorrer de seu *A Filipe*, produz uma imagem positiva de Filipe, convertendo-o em grego ao mesmo tempo em que reforça a negatividade da imagem do persa,

qualificado como bárbaro. Ao fazer isso, Isócrates acaba por redefinir a imagem destes três elementos – gregos, macedônios e persas –, o que seria necessário para alcançar seus objetivos de reforma do mundo grego.

Devido à grave situação da Hélade, observamos uma radicalização na visão referente aos persas por parte de alguns intelectuais. O persa passou a ser visto como um ser inferior que teria de se submeter à cultura helênica, assim como a Ásia, que dominava, deveria ser controlada pelos gregos. Nesse caso, os ataques inflamados proferidos contra os persas se devem muito mais a uma situação de profunda crise social na Grécia do que a uma ameaça real de invasão persa. Na verdade, a conquista do Império Persa funcionava muito mais como uma válvula de escape para os problemas da Hélade.

Em sua oração *A Filipe*, Isócrates delimita com clareza as diferenças entre Filipe e os persas, ou melhor, entre gregos e bárbaros. Segundo ele, o rei persa que Filipe enfrentaria era um rei fraco, desprovido de conhecimento militares, e os próprios povos asiáticos submetidos ao Grande Rei se uniriam a Filipe por libertá-los do jugo de um tirano. Vejamos o que diz Isócrates a respeito do rei que Filipe haveria de enfrentar, fazendo ao mesmo tempo uma comparação com o rei que outrora Clearco havia enfrentado:

[...] é justo fazer uma comparação entre ambos os reis: sobre aquele a quem vós estais empenhado em declarar guerra, e aquele com quem combateu Clearco, para que possais julgar o poder e o esforço de um e de outro. O pai do atual venceu a nossa cidade e a cidade dos Lacedemônios, e este nem mesmo pode vencer a um dos vários exércitos que estão arrasando o seu território.³¹ Além do mais, o primeiro, com o consentimento dos gregos, teve por tratado o domínio de toda a Ásia, e este tão longe está de imperar sobre os gregos, que nenhuma das cidades que a ele se entregaram podem dizer que ele

³¹ Aqui se refere a Artaxerxes II Mnemon (404-361), e Artaxerxes III Oco (361-336). O primeiro, com a divisão entre as pólis gregas, conseguiu algumas vitórias sobre os atenienses e lacedemônios, concluindo vários tratados muito vantajosos. Já o seu filho, que o sucedeu, aos olhos de Isócrates era um perdido, cheio de vícios e extremamente cruel. Assim, em seu reinado, houve diversos tumultos e rebeliões de povos submetidos ao poder do Imperador Persa (Oncken; Justi, 1950, p. 234-247).

é seu senhor, tanto que não há quem não duvide que estas tenham perdido por sua debilidade [...] Pois olhando para o estado do reino desse bárbaro, quem não se animará em fazer-lhe guerra? [...] E além disso, muitos dos Sátrapas se reuniram ao vosso partido, somente por lhes oferecer a liberdade e disseminar pela Ásia o seu nome [...] (*Ad Phil.* 73-76).

Isócrates apresenta também, no discurso, a preocupação em exaltar a linhagem divina de Filipe, descendente de Herácles. No que concerne à origem e natureza da realeza macedônica, as informações que temos se referem à dinastia Temênida, que teria sido fundada por Pérdicas I, em 650 . Este, de acordo com Hammond (1992), não era natural da Macedônia. Provavelmente era originário de Argos, uma cidade grega do Peloponeso, fazendo parte da casa reinante naquela região, os Temênidas, que se diziam descendentes de Herácles, filho de Zeus.³²

Devido a essa ascendência grega, os reis macedônios se viam como gregos e macedônios ao mesmo tempo. Para eles, ser grego era admirar a cultura grega, razão pela qual traziam para a corte poetas, artistas e estudiosos de diversas regiões da Hélade. Os meninos da casa real eram educados ao modo grego. Basta lembrar que Filipe II contratou como tutor de Alexandre o mais conceituado filósofo grego da época, Aristóteles, cujo pai havia trabalhado como médico na corte de Amintas. O próprio Filipe, em suas relações com os gregos, assim como em sua cunhagem monetária, destacava o culto aos deuses gregos e sua cruzada em favor da causa de Apolo durante a chamada Guerra Sagrada entre os Estados gregos (Hammond,1992, p. 43). Assim, os macedônios, de longa data, cultuavam os deuses gregos, pois se consideravam, como dissemos, descendentes de Zeus, entronizado no monte Olimpo, celebrando no outono um festival em homenagem a Zeus (Borza, 1982).

Assim, não foi difícil Isócrates falar de uma associação entre o monarca macedônio e os

³² Sobre as origens e natureza da realeza dos macedônios, é extremamente esclarecedora a tese de doutorado de Neyde Theml, *A Realeza dos Macedônios (VIIIº e VIIº a.C.): uma história do outro*, de 1993.

gregos, mesmo que, até aquele momento, os gregos vissem tanto os macedônios como seus reis como bárbaros. O autor associa características próprias aos helenos ao pai de Filipe, que, no *Panegírico*, ele chama de tirano:

[...] se, quando eu fosse mais moço, houvesse oportunidade de falar [do pai de Filipe], facilmente haveria demonstrado que vosso progenitor se excedeu mais do que todos os heróis da antiguidade por sua prudência, por sua filosofia e sua justiça, do que pela sua firmeza e força de seu corpo (*Ad Phil.* 77).

O ateniense recomenda ao monarca que, quando conquistar o Império Persa, funde diversas cidades, levando os miseráveis da Hélade, que lutariam contra os bárbaros. Afirma que Filipe deve assumir toda a Grécia como a sua pátria, dizendo que ele alcançaria a glória e a imortalidade conquistando o Império Persa.

[...] dirijo este discurso, por precisamente pensar que, das ações por mim recomendadas, há de resultar a suma glória. Reflita, pois, que todos temos um corpo mortal, mas pela glória, pelos louvores, e pela fama tão duradouros como o tempo, nos fazemos participantes da imortalidade [...] (*Ad Phil.* 86).

Isócrates afirma também que os antigos homens que reinaram em cidades pequenas foram os que, no passado, foram celebrados com nomes divinizados e os que maior benefício trouxeram à Grécia, como Teseu e Hércules. Dizendo ainda que, se um bárbaro mal educado pode manter um império, os gregos não duvidariam que um grego habilidoso na guerra e inclinado à liberdade conseguiria derrubar esse império, conclui que estabelecer as coisas é difícil; derrubá-las, no entanto, é fácil (*Ad Phil.* 95).

Uma passagem final pode, de certa forma, sintetizar melhor a reestruturação do mundo helênico pretendida por Isócrates:

Digo, pois, que o que convém é fazer bem aos gregos, reger aos vossos macedônios e dominar sobre quantos bárbaros puder. Porque, se isto fizerdes, todos se inclinarão porque estarão muito agradecidos: os

gregos pelos benefícios que reclamam; os macedônios por ver que os tratais como rei, e não como tirano; e todos os demais porque, livres pela vossa mão do despotismo dos bárbaros, se verão entregues ao benigno governo dos gregos (*Ad Phil.* 134).

Através deste trecho, percebemos como as idéias acerca do bárbaro e do grego, da monarquia e da tirania estavam se formando, ou melhor, se reformando mais uma vez em uma sociedade que enfrentava uma grave crise. Percebam, como consta no complexo nº 2, que, nesse momento, tirania e monarquia estão dissociadas, em categorias opostas, e a própria palavra rei possui um caráter positivo, quando Isócrates diz que os macedônios ficariam felizes por ele se comportar como um rei, e não como um tirano.

Como mencionamos, essa posição é reflexo das teorizações que surgem em face da crise política do século IV. Novas idéias surgem em torno da democracia, como pesadas críticas à democracia ateniense, feitas, por exemplo, por Platão e pelo próprio Isócrates. Também a respeito da oligarquia, serão feitas reflexões. Desde o final do século V, distinguiam-se duas tendências diante da oligarquia: uma moderada, à qual podemos associar Aristóteles, e uma extrema, que associa a oligarquia à tirania. Para nós, o mais significativo serão as tendências monarquistas, às quais Isócrates, depois de certo tempo, aderiu (Mossé, 1975, p. 62-84).

Outro ponto significativo das duas obras de Isócrates é que ele realiza a divisão nítida entre Europa e Ásia. Para Romilly (1992, p. 3-5), Isócrates foi talvez o primeiro na Antiguidade a pensar sobre a idéia de Europa, dentro do pensamento da *cosmópolis* e da oposição entre a Europa e a Ásia. A palavra Europa, na Grécia antiga, foi, no início, o nome de uma criatura mítica - ou, mais exatamente, de várias. Mas o significado geográfico aparece na primeira metade do século VII, com Hesíodo e Homero. Na verdade, é preciso lembrar que, no Mundo Antigo, o movimento das populações sempre veio do Oriente; portanto, o grego tinha de combater ameaças ou invasores provenientes da Ásia. Nos escritos de

Isócrates, quando este diz Europa, o termo na verdade se refere à Grécia. Mas duas observações podem ser feitas, as quais apontam para algo de novo e pessoal. Primeiro de tudo, é o fato de que Isócrates insiste no contraste, utilizando as duas palavras em uma espécie de oposição obstinada, o que sugere, de certa forma, o antagonismo entre os povos de ambos os lados. Ele fala, por exemplo, de "[...] trazer de volta para a Europa condições prósperas agora pertencentes à Ásia [...]" (*Paneg.* 187). Elogiando Atenas, diante das demais *póleis* "[...] devido a sua ação na Grécia [...]", ele diz que o resultado foi que a Grécia se tornou maior, "[...] e se tornou superior à Europa a Ásia [...]" (*Paneg.* 47). Ou, novamente, ele declara que é uma pena ver a Ásia mais próspera do que a Europa, e os bárbaros em melhores condições do que os gregos (*Ad Phil.* 132). Suas idéias políticas são definidas em termos de continentes, mas, sobretudo, Isócrates coloca essa oposição Grécia e Ásia em termos políticos. E esse conflito político se respalda em uma diferença cultural.

Como vimos, a principal diferença sobre a qual Isócrates insiste é o *modus vivendi* político: a Pérsia é governada por um rei com poder absoluto, por isso, um tirano, e a Grécia é a representante da liberdade. Na Ásia, as pessoas prostam-se perante o rei; na Grécia, isso nunca seria aceito. Mas o nosso orador cita também outra diferença: a riqueza e a simplicidade, dizendo que a hábitos luxuosos é preferível o hábito da coragem que os gregos possuíam.

Baseando-se nessas diferenças e na sua concepção acerca da Grécia, Isócrates opõe Filipe ao Grande Rei, numa lógica grega *versus* bárbaro. O rei macedônio, independentemente de sua linhagem ser ou não proveniente de Argos, acaba por estar nos limites da Europa, para Isócrates o limite da Grécia.

3

Demóstenes e a defesa da soberania *políade*

Neste terceiro capítulo, exploraremos o pensamento político de Demóstenes referente à defesa da autonomia da *pólis* e à ação antimacedônia. Analisaremos as três *Filípicas* com a intenção de captar, nesses discursos, o sentido da identidade grega ligada ao sistema *políade*, único sistema político visto por Demóstenes como digno para os helenos e o único capaz de preservar a liberdade da Hélade. Em contrapartida, iremos examinar como, ao mesmo tempo, Demóstenes, ao falar do *ser* grego, da natureza da *pólis*, constrói toda uma retórica segundo a qual o monarca macedônio é simbolizado como *bárbaro* e inimigo da Hélade. Nesse sentido, buscaremos demonstrar como a imagem da realeza, no pensamento de Demóstenes, ainda está muita ligada à concepção grega de monarquia do século V.

O mestre da oratória grega

Como mencionamos no capítulo anterior, no século IV havia um grupo, ao qual Isócrates pertencia, que defendia a proposta da *cosmopólis* e legitimava as ações de Filipe II sobre a Hélade, como solução para os seus problemas internos. Havia, porém, uma segunda linha de posicionamento, representada de forma visceral por Demóstenes (384-322), que defendia a permanência do sistema *políade* como organização política.³³ Filipe, nesse contexto, era visto

³³ É importante perceber que mesmo não pretendendo Isócrates que Filipe governasse como um rei, para o grupo representado por Demóstenes não haveria forma de conciliar a conquista da Hélade por Filipe e manter o sistema *políade*. Ser conquistado pelos macedônios significaria a perda da autonomia e da liberdade, que era a marca essencial da cidade grega.

como uma grave ameaça para a Grécia, já que era realmente a única força militar capaz de submeter a Hélade. Dessa forma, os gregos deveriam reunir-se contra a Macedônia.

Demóstenes foi o orador mais conhecido da democracia ateniense. Sua obra abarca praticamente toda a segunda metade do século IV, o que compreende, em termos históricos, o período desde a crise da segunda confederação marítima de Atenas, fundada em 377, até os efeitos da derrota de Queroneia.

Nosso orador nasceu em 384, na cidade de Atenas. Seu pai era um rico proprietário de uma oficina de armas, e sua mãe, Cleobula, era descendente de citas.³⁴ Em 377, Demóstenes perdeu o pai, e seus tutores não administraram honestamente seus bens. Assim, quando atingiu a maioridade, moveu um processo contra estes. Apesar do resultado positivo de sua ação, não recuperou a fortuna dilapidada.

Como tinha seguido as lições de Iseu, mestre de retórica dotado de poderosa dialética e estilo primoroso, por volta de 355 iniciou sua atividade política, seja como logógrafo, seja como sinégoro,³⁵ profissão na qual conseguiu acumular uma fortuna considerável, advogando em nome de terceiros ou em seu próprio nome.

Segunda consta, para superar a deficiência de fôlego, declamava poemas correndo ladeiras acima; para corrigir defeitos de dicção, falava com seixos na boca; para acostumar-se ao burburinho das massas, discursava na praia; para aprimorar o estilo, passou meses encerrado num porão a copiar a *História* de Tucídides (Bruna, s/d, p. 94).

É a partir de 351, no entanto, que encontramos o primeiro traço da luta política de Demóstenes contra Filipe II. Data desse ano a *Primeira Filípica*, que marcou o início da tarefa exaustiva da qual se incumbiu para convencer os atenienses da necessidade de tomada urgente

³⁴ Os citas eram bárbaros, e, pela maior parte, nômades. A ascendência materna do orador deu origem a zombarias por parte de seus adversários, que o chamavam de cita (VINCE, 1998).

³⁵ Era o orador com função semelhante à do advogado, pois se apresentava no tribunal ao lado do réu e, por um artifício do processo, podia tomar a palavra, depois de seu cliente.

de medidas contra a atividade ambiciosa do rei da Macedônia. Tanta era a influência política de nosso autor que, em 339, conseguiu o grande triunfo de sua carreira: a aliança de Atenas com Tebas, sua inimiga tradicional, contra Filipe.

Essa aliança foi possível, pois suscitou uma nova guerra na Fócida, desta vez contra os lócrios. Assim as forças macedônias se instalaram em Elatéia (339) ameaçando as *pólis* da Beócia. A coalizão liderada por Atenas e Tebas foi, porém, destruída em Queroneia, em 338. Os atenienses, reconhecendo o zelo de Demóstenes, ofertaram-lhe uma coroa honorífica, mas estavam definitivamente condenados, na Grécia, a um papel secundário.³⁶

A luta de Demóstenes contra Filipe durou quatorze anos, e a batalha final, em 338, em Queroneia, encontrou-o nas fileiras, de armas na mão. Vencedor, Filipe absteve-se de persegui-lo, e o mesmo sucedeu com Alexandre. Quando este morreu, em 323, o orador, então exilado em Egina sob acusação de apropriação indébita de parte do tesouro de Hárpalo (um macedônio que combatia Alexandre e que, portanto, chocava-se com os defensores da política macedônica em Atenas) foi trazido de volta para a sua cidade, onde as esperanças ressurgiam, para chefiar a luta pela independência. Vencedor na Tessália, Antípatro, em 322, exigiu que Demóstenes lhe fosse entregue.³⁷ O orador fugiu, então, para a ilha de Caláuria e ali se refugiou no templo de Poseidon. Soldados da Trácia cercaram o edifício e ele, para não cair em suas mãos, envenenou-se, defendendo até o fim de sua vida o ideal da *pólis*.

³⁶ *Sobre a Coroa* é de 330 e é a obra máxima de Demóstenes, que retrata toda a sua política, constituindo assim, um documento importante de fatos históricos do século IV a.C. O tema desse discurso é justamente a concessão de uma coroa de ouro a ele, por sua virtude e honestidade e, ainda, por mostrar-se sempre como um benfeitor do povo, tanto através sua eloquência quanto de seus atos. Ctesifonte tinha apresentado essa proposta desde 337, portanto logo após a derrota de Queroneia. Esquines acusou de ilegalidade o decreto de Ctesifonte. Sete anos depois, o processo foi submetido a julgamento no tribunal dos Heliastas. Ctesifonte foi assistido por Demóstenes como sinégoro. No confronto dos dois políticos rivais, Demóstenes e Esquines, este último foi derrotado e refugiou-se no exílio.

³⁷ Antípatro era lugar-tenente de Alexandre Magno, vencedor das forças atenienses e etólias em 322.

Não se pode situar a figura e a obra de Demóstenes na história do pensamento grego sem uma reflexão sobre as primeiras manifestações da eloquência na Grécia e sobre o início da constituição de uma técnica retórica.³⁸ Como as obras literárias gregas são marcadas por uma longa tradição, quando assumem a forma escrita, o exame das manifestações da eloquência na Grécia faz-nos recuar aos poemas homéricos, que representam o ponto alto de uma tradição oral da poesia épica. Deparamos, então, com discursos inteiros pronunciados em assembléias ou diante de pequenos agrupamentos (Fonseca, 2001, p. IX).

Os oradores falam de acordo com seu temperamento e com as circunstâncias. Mas facilmente se verifica uma continuidade entre Homero e a prática retórica posterior, principalmente no que se refere à persuasão.

O objetivo de convencer, evidente em muitos passos da poesia épica, está presente também nos poemas elegíacos e líricos. Já nos dramas gregos, aparecem discursos em situações que lembram cenas de tribunais. E sobre as obras históricas, nota-se que Heródoto introduz, em sua narrativa, discursos importantes, embora por vezes fictícios. É sobretudo com Tucídides que são reconstituídos os discursos que realmente foram pronunciados nas assembléias, baseando-se na memória dos homens e num cálculo de probabilidades (Robert, 1987, p. 51-69). Mesmo no século V, os discursos proferidos nas assembléias não eram publicados, pois os oradores temiam ser tachados de sofistas (Fonseca, 2001, p. XI).

A eloquência alcançou grande importância durante a vigência da democracia ateniense, quando cidadãos conscientes de sua liberdade reivindicavam seus direitos abertamente nos tribunais.³⁹ Como já dissemos, o próprio Demóstenes, em 377, ao atingir a maioridade, foi aos

³⁸ Para detalhes sobre discurso oratório, no sentido de definição das técnicas, consultar o segundo capítulo, na parte sobre a obra de Isócrates.

³⁹ Com a queda da tirania na Sicília, foram tantos os litígios que Córax e Tisías foram levados a ensinar a técnica da retórica judiciária, e a teoria destes foi levada para Atenas. Segundo a tradição, foi no segundo quarto do século V a.C. que apareceu a arte retórica desses oradores.

tribunais reivindicar a sua herança, dilapidada por seus tutores, e mais tarde tornou-se logógrafo e sinégoro.

Os debates políticos em Atenas ocorriam diante da *ecclesia*, a assembléia dos cidadãos. Os interesses da *pólis* e as discussões das facções constituíam, desde o início, a base da oratória deliberativa. Quanto ao estudo dos discursos políticos, este realizou-se nas escolas dos sofistas, alguns dos quais forneciam a seus discípulos modelos de discursos que se adaptavam a uma grande variedade de ocasiões. O orador era preparado para aconselhar os membros da assembléia na tomada de decisões. Em fins do século V, a oratória deliberativa sofreu grande influência da oratória judiciária. Assim, pode-se distinguir, na oração deliberativa, um próêmio seguido de argumentos de probabilidade, exemplos históricos e *topoi* clássicos (como os da justa medida e do homem honesto) e, por fim, um epílogo. Com Aristóteles e Anaxímenes, a teoria da oratória deliberativa recebe expressão formal. Foi a partir da primeira metade do século IV que alguns discursos do gênero deliberativo foram publicados por seus autores, mas infelizmente deles não possuímos exemplares. Demóstenes foi o primeiro a publicar discursos redigidos.

A tradição manuscrita legou-nos uma coleção de onze discursos deliberativos autênticos de Demóstenes, os quais constituem uma preciosa fonte de informação sobre os fatos mais importantes da vida política ateniense entre 354 a 341. Esses discursos são os seguintes: *Sobre as Simorias*, *Pelos megalopolitas*, *Sobre a liberdade dos ródios*, as três *Filípicas*, as três *Olintíacas*, *Sobre a Paz* e *Sobre as questões da Quersoneso*.

Sobre as Simorias, redigido em 354, foi o primeiro discurso deliberativo que Demóstenes pronunciou diante da *ecclesia*. Os discursos do gênero deliberativo são os pronunciados diante da *ecclesia*, na Pnix, tendo em vista o interesse do Estado. Nele, o orador propunha o aumento do número de cidadãos contribuintes de 1.200 para 2.000, com o intuito de ampliar os

recursos para a obtenção de armamentos, tendo em vista um possível enfrentamento com a Pérsia. *Pelos megalopolitas* também pertence ao gênero deliberativo. Foi produzido em 352 e desenvolve-se em torno do pedido de auxílio dirigido a Atenas pelos habitantes de Megalópolis, na Arcádia, ameaçados pelos lacedemônios, seus vizinhos. *Sobre a liberdade dos ródios*, de 352, tem como tema as relações de Atenas com o rei da Pérsia. No discurso, Demóstenes apóia os democratas expulsos pelo déspota cário Mausolo, precisamente os que, por influência do rei da Pérsia, tinham aderido àqueles que eram contrários ao imperialismo ateniense, por ocasião dos transtornos vividos pela Hélade após a Guerra do Peloponeso (Fonseca, 2001).

Em 351, Demóstenes produziu a *Primeira Filípica*, iniciando então sua campanha contra Filipe. Na oração, busca convencer seus pares atenienses da necessidade urgente de se posicionarem contra as atividades do rei da Macedônia. Entre 349 e 348, Demóstenes pronunciou as três *Olínticas*, que defendiam a ajuda ateniense à cidade de Olinto, ameaçada pelas forças macedônias.⁴⁰ Já em 346, sobreveio um duro golpe para Demóstenes. Sempre inclinado a uma política de ação, viu-se forçado a aconselhar a celebração da paz com a Macedônia, pois não vislumbrava outra solução diante da grave situação de Atenas, impossibilitada de impedir os avanços de Filipe sobre a Grécia central. A Fócida tinha sido aniquilada, e seus dois votos no Conselho dos Anfictiões passaram para a Macedônia. Foi então que o orador elaborou o discurso *Sobre a Paz*.⁴¹ Logo em seguida, em 344, Demóstenes, preocupado com a honestidade dissimulada de Filipe, voltou a atacar o rei, na *Segunda Filípica*.

⁴⁰ Olinto, a cidade mais importante da Calcídica, ameaçada pelas forças de Filipe, por três vezes pediu auxílio de Atenas. Discutiu-se na Assembléia, por três vezes, a questão; após as duas primeiras, os recursos enviados foram insuficientes e chegaram com atraso a seu destino. Quanto ao socorro enviado pela terceira vez, nem mesmo chegou àquela cidade, pois, antes que alcançasse seu objetivo, Filipe dominou e destruiu Olinto (Fonseca, 2001, p. LXXII).

⁴¹ Trata-se da chamada *Paz de Filócrates*, que trouxe funestas conseqüências para Atenas.

A partir daí, Demóstenes produziria vários discursos atacando o rei macedônio e, ao mesmo tempo, conclamando os gregos à ação. Em 343, pronuncia o discurso *Sobre a embaixada infiel*, contra Ésquines, acusando-o de portar informações falsas que permitiram a Filipe arruinar totalmente a Fócida.⁴² Em 341, redige *Sobre as questões da Quersoneso* e a *Terceira Filípica*. A primeira fala sobre o período em que Diopites foi estrategista, quando Atenas enviou clérucos à Quersoneso, na Trácia, os quais acabaram entrando em conflito com os habitantes de Cárdia, cidade protegida por Filipe. O rei da Macedônia exigiu então, dos atenienses o término das atividades de seu estrategista na região. Demóstenes esclarece aos seus ouvintes a importância das atividades de Diopites, que defendia os interesses de Atenas, assegurando o livre abastecimento e as rotas comerciais da *pólis*. Já na *Terceira Filípica*, considerada a obra-prima dos discursos do gênero deliberativo produzidos por Demóstenes, o autor insiste no argumento de que a paz entre Atenas e Filipe era algo apenas aparente, havendo muitas evidências do estado iminente de guerra no qual a Grécia se encontrava.

Foi com base nessa arenga de Demóstenes contra Filipe que selecionamos as fontes para a presente análise. Como nosso estudo trata da redefinição da identidade grega mediante a inserção do elemento macedônio no contexto da Hélade e, como mostramos, no capítulo anterior, que para alguns contemporâneos o grande perigo que rondava a Grécia era a Pérsia, neste capítulo apresentaremos o outro lado do problema: a opinião daqueles que viam a Macedônia como o pior adversário dos homens da *pólis*. Em face disso, optamos por analisar as três *Filípicas*, com ênfase na terceira, a fim de melhor compreender como Filipe configurou uma ameaça bárbara iminente, e como Demóstenes reconstruiu um ideal *políade* do século V, no decorrer da sua luta política contra o rei da Macedônia.

⁴² Este discurso foi pronunciado diante do tribunal encarregado de receber as contas dos participantes de embaixadas. Trata-se aqui da segunda das três embaixadas enviadas para estabelecer a Paz de Filócrates. Demóstenes participou com Ésquines da referida embaixada.

A campanha contra Filipe

Demóstenes, no plano interno, sempre se voltou para o interesse de sua *pólis* e, na política externa, para o princípio de equilíbrio do poder na Hélade. No entanto, a partir de 351, percebeu que a questão da *liberdade* dos gregos estava acima do poderio de Atenas. Assim, empregou toda a sua capacidade de persuasão e todo o seu ardor patriótico em defesa da salvação da Hélade, que já estava com o adversário às portas. Desde as Guerras Greco-Pérsicas, as *pólis* nunca tinham sido ameaçadas por um inimigo externo como naquele momento. O perigo e o adversário comuns para Demóstenes forçosamente levariam à *união* desejada. Antes de a ameaça macedônia tornar-se evidente, Demóstenes havia combatido com todos os seus artifícios retóricos a oligarquia, tema que agora abandona. Mas uma coisa não mudou entre esses dois momentos: a democracia e o sistema *políade* continuavam a ser o modelo superior da organização política.

Como dissemos, nosso autor produziu inúmeros discursos de excelente qualidade. Porém, sua atividade e seus escritos colocam os investigadores ante o dilema de eleger entre um Demóstenes simplesmente oportunista ou um Demóstenes de convicções autenticamente democráticas.⁴³ Dado que seus discursos, apesar das possíveis correções realizadas após a exposição oral, contribuem para uma contenda política real, não podem naturalmente deixar de apresentar uma grande dose de oportunismo.⁴⁴ Os tópicos e os princípios utilizados na argumentação e a descrição provêm de um caldeirão de idéias democráticas, uma vez que, em sua época, qualquer político ateniense de renome era obrigado a apresentar-se nas assembleias

⁴³ Sobre um Demóstenes oportunista, a idéia está implícita, por exemplo, no trabalho da helenista Claude Mossé, *Démosthène ou les ambiguïtés de la politique*, de 1994. Um dos maiores defensores de suas atitudes realmente democráticas é W. Jaeger, em seu *Demóstenes. La agonía de Grecia*, de 1976.

⁴⁴ Assim como os que Isócrates produzira, já que possivelmente percebendo a ameaça de conquista da Hélade por Filipe aproveitou para tentar convencer o soberano a fazer benefícios a Hélade.

como defensor dos interesses do *demos*. A evidência que conta a favor da solidez de seus princípios democráticos foi a atitude mantida por ele depois de 338 e até a sua morte, como mencionamos.

Em todo o caso, o principal objetivo de suas obras era o de conclamar o *demos* à ação.⁴⁵ Demóstenes não criticava a democracia de sua época em nenhum aspecto estrutural, ainda que tenha alertado seus ouvintes para muitos perigos internos e externos. Antes de se aperceber da existência do verdadeiro inimigo, o rei da Macedônia, Demóstenes produziu uma série de discursos, citados no tópico anterior, nos quais identifica o perigo para a convivência cívica encarnado na oligarquia, que supunha a privação de liberdade e o governo de poucos à revelia da lei.

A experiência ateniense dos golpes oligárquicos na fase final da Guerra do Peloponeso condicionou inevitavelmente a imagem popular do regime oligárquico, sempre associado à ilegalidade e à crueldade (Rocher, 2002, p.245). Um exemplo desse tipo de concepção em Demóstenes aparece na oposição governo democracia *versus* oligarquia, contida no seu *Contra Andrócio*, de 355. Discípulo de Isócrates, Andrócio era um indivíduo de inclinação oligárquica. No discurso, é descrito como desavergonhado, insolente, ladrão, arrogante e inadequado para viver numa democracia, um sistema político no qual existia a publicidade dos delitos e a liberdade de crítica aos governantes e poderosos. O princípio implícito nessa reflexão é o da liberdade da palavra, já que ao “governado” se concede o direito de acusar o governante, prática considerada essencial ao sistema pelo fato de evitar que o *demos* seja liderado por pessoas indignas. A oligarquia, ao contrário, seria um sistema obscuro, no qual não existiria a política, ou seja, a liberdade de acesso à palavra pelos cidadãos.

⁴⁵ Ao contrário das obras de Isócrates, que objetivavam convencer ou educar uma elite.

Esse discurso tem como idéia central o controle dos cidadãos sobre os oradores, suscetíveis de se converterem em oligarcas se não respeitarem as leis.⁴⁶ Para Demóstenes, eram as leis que salvaguardavam os cidadãos perante os oradores de má reputação, que manipulavam as assembléias e os tribunais.⁴⁷ Para Demóstenes, era o controle das leis que diferenciava a democracia da oligarquia. Em uma oligarquia, qualquer indivíduo dentre os que formam o grupo de poder pode tomar decisões de caráter legal. Na democracia, as leis são de caráter geral, estáveis e não se adaptam à necessidade, ao capricho ou à vontade de um grupo, mas da maioria. Para ele quem atuava contra este princípio pretendia instaurar uma oligarquia, pois se colocava acima dos juizes, os únicos capazes de legislar como representantes do *demos*.

O mais significativo de todo este raciocínio de Demóstenes é a concepção do que supõe ser a lei em uma sociedade civilizada. Por outro lado, também é relevante aqui a dificuldade de um homem com formação democrática conceber uma oligarquia que fosse legítima.

Quando Demóstenes fala de oligarquia, lembra-se do governo dos Trinta Tiranos. Por serem poucos, governavam tendo em conta seus próprios interesses e o faziam sem respeitar as leis ancestrais, que eram iguais para todos. Assim, Demóstenes configura uma oligarquia que se caracteriza pela crueldade e pelo excesso, e uma democracia que se caracteriza pela benignidade e pela eqüidade. Ao não admitir a oligarquia como uma *politéia* legítima e legal, Demóstenes a converte em uma antítese da democracia.

A partir das *Olínticas*, redigidas pouco tempo depois da primeira *Filípica*, o contraponto da democracia para Demóstenes deixa de ser a oligarquia e passa a ser definitivamente a *tiranía*. O tirano em questão é Filipe II, qualificado como bárbaro, o que supõe a sua total

⁴⁶ Demóstenes toca no mesmo tema no discurso *Contra Timócrates* de 353/2.

⁴⁷ Andrócio é acusado de submeter à resolução do Tribunal uma questão ilegal, porquanto propõe a coroação do Conselho ao final de sua gestão, mesmo sem o cumprimento normal que estabelece a construção de novos barcos, segundo número determinado (Fonseca, 2001).

desqualificação, já que estaria destinado a ser súdito dos gregos e não seu senhor, como pretendia (Rocher, 2002, p. 250). A tirania se opõe assim à liberdade e à igualdade por não se fundamentar nas leis. O tirano é o injusto em todas as suas medidas. Ambicioso, sua vontade é a lei. Por não respeitar as leis comuns, não tem de consultar seus concidadãos, meros súditos.

As *três Filípicas* são carregadas de uma intensidade dramática que provém, antes de tudo, do duelo que nelas podemos acompanhar entre duas personalidades vigorosas. O ódio de Demóstenes a Filipe é intenso. O orador trata-o de bárbaro, descreve em detalhes seu apego às orgias, as personagens devassas que compõem sua corte e denuncia sua pretensão de liderar os gregos. Demóstenes tem, entretanto, no fundo, consciência do poder de seu adversário, indignando-se quando alguém considera Filipe um líder pouco hábil. O pensamento antimacedônio de Demóstenes, que se elabora a partir da *Primeira Filípica*, só pode ser bem entendido com um retorno aos eventos que precederam o confronto direto entre Atenas e a Macedônia, quando o orador já via em Filipe uma ameaça para os gregos. De fato, a partir de 357, Atenas podia considerar-se em estado de guerra com a Macedônia, uma vez que Filipe ocupa, na Península Calcídica, a importante cidade de Anfípolis, o que lhe assegura o acesso ao mar e a passagem não só para as minas de ouro do Pangeu como também para a Trácia e para a cidade de Quersoneso. Em 359, Filipe tinha concluído um acordo com Atenas, segundo o qual se apoderaria de Anfípolis para restituí-la aos atenienses em troca de uma cidade aliada destes, Pidna, que lhe abriria o caminho para a região do Olimpo. Mas, como Pidna não lhe foi entregue, o rei macedônio apoderou-se dela, mantendo então sob seu domínio as duas cidades: Anfípolis (357) e Pidna (356). A seguir ocupou Potidéia. Assim, só restava Metona sob o domínio dos atenienses, na região do Golfo Termaico. Filipe finalmente a ocupou, completando assim a conquista de todas as cidades aliadas de Atenas no referido Golfo e

ainda aquelas que possuíam clerúquias atenienses. Toda essa atividade foi cumprida em quatro anos.⁴⁸

Durante os anos de 356 a 346, outro fator complicou mais ainda a situação de Atenas: a Terceira Guerra Sagrada, que propiciou a Filipe se intrometer nas questões internas da Hélade.⁴⁹ Filipe acabou adquirindo o título de defensor de Apolo, e se introduziu na Anfíctonia de Delfos (Fonseca, 2001, p. XIX-XX). Os conflitos em torno de Anfípolis e a Terceira Guerra Sagrada mostram bem as dificuldades pelas quais passavam os atenienses por ocasião dos primeiros pronunciamentos de Demóstenes.

Antes de 351, os discursos de cunho político proferidos por Demóstenes tratavam principalmente de questões que envolviam choques de interesse entre Atenas, a Pérsia, o Peloponeso e a ilha de Rodes, como assinalamos no item anterior. A partir de 351, todos os seus discursos referem-se a situações criadas pela campanha de Filipe. E foi justamente em virtude desses discursos que a figura de Demóstenes ganhou grande notoriedade.

Em 351, Demóstenes inicia o conjunto de discursos que a tradição intitula de *Filípicas*, e que possuem entre si intervalos de tempo consideráveis. Sobre a *Primeira Filípica*, existe uma longa controvérsia no que diz respeito à data de sua composição.

Para Musurillo (1957) o mais razoável é que o discurso tenha sido proferido na primavera de 350. Já W. Jaeger (1976) afirma que críticos modernos situam a redação do discurso em 349, ano em que Olinto foi sitiada, pois, no parágrafo 17, é mencionada a campanha de Filipe contra essa cidade. Em todo o caso, o mais provável é que o discurso tenha sido proferido em novembro de 351, após o ataque a Heraion Teichos, na Trácia, ocasião em que Filipe adoeceu.

⁴⁸ O trabalho de G. T. Griffith intitulado *Philip of Macedon's Early Interventions in Thessaly (358-352 B. C.)* discute bem sobre a precoce intervenção de Filipe no mundo helênico.

⁴⁹ Aplicava-se a expressão “guerra sagrada” a toda guerra que a Anfíctonia de Delfos declarava contra seus membros acusados de sacrilégio contra Apolo. Nessa guerra, foram os tebanos que acusaram os foces de delito diante do conselho anfíctônico.

Demóstenes cita o ocorrido em seu discurso na tentativa de mostrar aos atenienses que essa era a hora certa de reunir forças contra o macedônio:

Quando, pois, atenienses, quando fareis o que é necessário? O que estais esperando? Por Zeus, até que haja alguma necessidade! Mas o que se deve pensar do que está ocorrendo agora? [...] “Está morto Filipe?” Não, por Zeus, mas está doente (*I Phil.*10-11).⁵⁰

Para Demóstenes, era imperativo que os gregos agissem antes que Filipe se restabelecesse e retomasse a campanha.⁵¹ Na *Primeira Filípica*, como em muitas das melhores orações de Demóstenes, pode-se detectar um sutil processo de elaboração calcado no emprego das imagens literárias. De fato, a alta qualidade pictórica distingue a *Primeira Filípica* de Demóstenes dos discursos anteriores. Embora curto, o discurso contém um rico repertório de metáforas e demais figuras de linguagem, empregadas com maestria. Ao longo da *Primeira Filípica* Demóstenes desejou transmitir aos atenienses uma imagem de si próprios como pertencentes a um mundo perverso, governado por líderes corrompidos, idéia que se repete até a conclusão. Encontramos assim, na *Primeira Filípica*, um aumento significativo do uso de metáforas, o que não se verifica nos discursos anteriores (Rowe, 1968, p. 365-370).

O principal objetivo de Demóstenes na *Primeira Filípica* foi mobilizar uma Atenas incapaz de uma iniciativa eficaz contra a ambição de Filipe, propondo, assim, ele mesmo, um “projeto” que julgava eficiente para combater as forças macedônicas. Conquanto não saibamos dizer se a *ecclesia* levou a sério sua proposta, o que podemos concluir é que o orador, por meio desse discurso, ansiava, mais do que tudo, por uma mudança de atitude por

⁵⁰ Em 352 ocorreu a notícia de que Filipe estava doente e poderia inclusive já estar morto. Assim, apenas um pequeno contingente foi enviado ao Helesponto, ao tempo que Filipe se recuperou e empreendeu seu primeiro ataque à Confederação Calcídica (*I Olynt.* 12).

⁵¹ Também existem discussões acerca da unidade desse discurso. Tais discussões se iniciaram com Dionísio de Halicarnasso. Para maiores informações vide *A Critical Note on Demosthenes' First Philippic* de Herbert Musurillo, 1957 e *Demosthenes' First Philippic: The Satiric Mode* de Galen O. Rowe, 1968.

parte de seus concidadãos. Demóstenes afirma que a situação, não só de Atenas, mas de toda a Hélade, é crítica, revelando aos atenienses que a culpa pela situação se deve principalmente a eles mesmos, devido à inércia diante dos avanços de Filipe. É o que o orador explicita na seguinte passagem: “[Filipe] não cresceu por sua própria força tanto quanto por vossa negligência” (*I Phil.* 11). Para os atenienses saírem desse estado de impotência, aconselha:

Primeiramente, então, atenienses, digo que deveis preparar cinquenta trirremes⁵²; depois, é preciso terdes a convicção de que, se houver necessidade, vós mesmos deveis embarcar nelas e navegar. Além disso, peço que mantenhais à disposição trirremes de transporte para a metade da nossa cavalaria, e suficientes navios de carga [...] Proponho [...] que a totalidade dos soldados seja de dois mil [...] a esses acrescentareis duzentos cavaleiros [...] forneceréis também meios de transporte para a cavalaria [...] dez trirremes rápidas; uma vez que ele tem uma frota, nós também precisamos de trirremes rápidas, para que o nosso exército faça uma travessia com segurança (*I Phil.* 16-22).

Embora tenha consciência de que os recursos para essa mobilização podem parecer pequenos diante de outros projetos discutidos na assembléia, afirma que os atenienses são bons em elaborar projetos grandiosos, mas na prática, nem os menores realizam, acabando por não concretizarem nada, o que representa uma forma de incitar os seus concidadãos.

Nesse discurso, encontramos um Demóstenes mais atento às questões internas de sua *pólis*, ao contrário de outros oradores que falam somente o que agrada aos atenienses e não debatem a real situação da Hélade. Demóstenes insiste, em várias passagens do seu discurso, sobre a necessidade de haver uma fiscalização, como no passado, dos administradores da *pólis*, principalmente dos estrategos, para que as investidas contra Filipe sejam bem sucedidas. Nesse ponto, nosso orador retoma o argumento de que só por meio da justiça e das

⁵² Navios de guerra de três filas de remadores. A trirreme ateniense tinha de 35 a 40 metros de comprimento e de 5 a 6 metros de largura, sendo movida por 200 remadores (Dimagr, Lavedan *apud* Fonseca, 2001, p.17).

leis será possível salvar a *pólis*. Como exemplo, cita a festa das Panatenéias e as Dionisíacas, que sempre se realizam em datas determinadas, sem problemas, embora nelas se gaste muito mais do que em qualquer campanha militar (*I Phil.* 35-36):

[...] atenienses, por que motivo, em vossa opinião, a festa das Panatenéias e as Dionisíacas se realizam sempre em data definida, quer sejam conhecedores, quer sejam leigos os que cuidam de uma e de outra, festas em que é gasto tanto dinheiro quanto em nenhuma outra expedição, e que comportam tão grande tumulto e tão grande preparação como não sei se qualquer outra circunstância comporta, enquanto todas as nossas expedições chegam atrasadas, a de Metona, a de Págasa, a de Potidéia? É que todas aquelas festas são reguladas por lei e cada um de vós sabe, com muita antecedência, quem é o corego ou o ginasiarco da tribo; sabe quando, de quem e que quantia deve receber, e ainda o que vai fazer; nada é deixado sem exame, nada é indeterminado; mas, ao contrário, nas questões da guerra e na sua preparação, tudo é desordenado, irrecuperável e indeterminado.

Para Demóstenes, os atenienses, assim como os demais gregos, sempre estão atrasados diante de Filipe. O orador termina afirmando ser Filipe um inimigo em potencial e que, por esse motivo, algo precisa ser feito rapidamente, antes que seja tarde demais.

Após 346, um tema recorrente nos discursos de Demóstenes será o da violação, por Filipe, da Paz de Filócrates, que, nesse mesmo ano, ganhou um discurso intitulado *Sobre a Paz*, no qual são abordadas as conseqüências desastrosas desse tratado para a cidade de Atenas. Para Cawkwell (1963), Demóstenes exagerou ao falar do assunto, pois as acusações contra Filipe fizeram parte mais de uma estratégia política do que de qualquer outra coisa. Cawkwell afirma ainda que diferentes facções da Hélade, devido à luta pelo poder, procuraram a amizade de Filipe, alertando-nos assim para a instrumentalização do rei macedônio na obtenção de vantagens pelos próprios gregos, ao contrário de Demóstenes, que nos induz a pensar que Filipe subornasse os gregos em troca de apoio.

É possível constatar, no trabalho de Calhoun (1933), como o debate sobre as convicções políticas de Demóstenes é antigo. O autor se interroga se a *Segunda Filípica* pode ser qualificada como uma inútil declamação antimacedônia e se o orador é, de fato, apenas um antimacedônio baseado em falsas premissas ou se o discurso foi elaborado para responder às propostas enunciadas por Isócrates na segunda carta a Filipe. Nossa intenção aqui, no entanto, não é decidir se as informações contidas em Demóstenes foram ou não manipuladas, atitude plausível e até comum em contendas políticas, mas assinalar que os discursos proferidos por ele vão mudando de foco até centrar-se totalmente em uma ação contra Filipe e compreender a razão disso.

A *Segunda Filípica* é elaborada dentro do contexto da Paz de Filócrates e demonstra a preocupação de Demóstenes com a honestidade de Filipe, que julga ser dissimulada. Esse discurso, do início ao fim, é uma discussão sobre os preparativos de Filipe para atacar Esparta em conjunto com Argos e Messênia. No discurso, vemos claramente Demóstenes se voltar contra a tirania e deixar de lado sua campanha contra a oligarquia. É agora a monarquia que representa em todos os sentidos a tirania, que o orador atacará veementemente. Leopold, num artigo intitulado, *Demosthenes on Distrust of Tyrants*, de 1981, afirma que a desconfiança de Demóstenes contra a tirania aumenta a partir da *Segunda Filípica*. Demóstenes inicia seu discurso tratando das violações que Filipe comete contra o tratado de paz de 346. Ao fazer isso, retoma diversos pontos já abordados na *Primeira Filípica*, como a necessidade de impedir o avanço da Macedônia por meio de ações, e não com belos discursos, ao mesmo tempo em que critica intensamente a apatia dos atenienses.

O próêmio da obra impressiona por retratar em detalhes a situação em que se encontravam os atenienses, tão empolgados com os discursos que ouviam nas assembleias e descuidados da política externa. Demóstenes afirma que, para corrigir essa situação, é preciso não ter “[...] o

mesmo método de deliberação que até agora tivemos; mas, ao contrário, todos os oradores e todos os ouvintes devem escolher o melhor e o que preservará de riscos, de preferência ao mais fácil e ao mais agradável” (*II Phil.* 5).

Por outro lado, ao mesmo tempo em que repreende os atenienses pela difícil situação em que se encontram, Demóstenes elogia e glorifica a cidade de Atenas e seus cidadãos. Estas são estratégias que o orador utiliza para persuadir seus ouvintes (Mader, 2004). Um exemplo desse recurso oratório se encontra nos parágrafos 3, 4 e 5, onde critica a inatividade dos atenienses, ao passo que, nos parágrafos subsequentes, exalta os atenienses como os mais inclinados à justiça dentre os gregos (*II Phil.* 7-10). Discorrendo sobre a preferência de Filipe para com os tebanos, argivos e messênios, Demóstenes declara:

Preferiu fazer o que interessava aos tebanos e não à nossa cidade. Por que enfim? Porque, creio, dirigindo suas reflexões para a sua ambição e para o domínio universal, e não para a paz, nem para a tranquilidade, nem para o justo, ele corretamente viu que para nossa cidade e para os vossos costumes nada tão importante ofereceria nem faria que vos persuadissem a entregar-lhe outros estados gregos por vantagem pessoal, mas que, ao contrário, considerando o justo, evitando a desonra que acompanha tal político e prevendo tudo o que devia ser previsto, vós vos oporíeis a ele, se tentasse fazer algo semelhante, assim como se vos encontrásseis em guerra [...] E agora trata bem os messênios e os argivos, por ter percebido as mesmas disposições. Isso é o maior elogio dirigido a vós, atenienses. Com efeito, por esses atos de Filipe, sois considerados os únicos entre todos que, por nenhum proveito, sacrificariam os justos interesses comuns dos gregos e, por nenhum favor ou vantagem, daríeis em troca a devoção aos gregos.

Nessa passagem, Demóstenes amplia seu foco para a salvação da Hélade das mãos de Filipe, quando fala que o problema das *póleis* é pensarem apenas em seu próprio bem-estar. Porém, continua focado em Atenas quando afirma, ao longo do discurso, que Atenas, sem falar das demais *póleis*, deve se preparar para a guerra contra Filipe.

A questão que se coloca diante de nós é a seguinte: por que Filipe, se realmente possuía o poderio que Demóstenes supunha, insistiria em uma aliança com Atenas como uma condição prévia para a paz?

Segundo Markle (1974), Filipe II tinha dois planos alternativos em 346. O primeiro seria ingressar, com a ajuda dos atenienses, na Liga Beócia liderada por Tebas. Com essa manobra, Filipe reduziria o poder da segunda maior cidade da Grécia e, assim, eliminaria a possibilidade de uma aliança entre Atenas e Tebas, o que poderia ameaçar suas ambições. Se esse plano falhasse pela falta de cooperação ateniense, restaria uma segunda opção, uma investida dura sobre a Fócida.⁵³

Filipe não podia perder um evento que iria garantir a ele o controle das Termópilas e, com isso, dar-lhe o acesso à região centro-sul da Grécia. Por isso, naturalmente, deu preferência ao primeiro plano, por garantir-lhe uma maior influência sobre a Grécia. Com Esparta isolada pelo apoio dado por Filipe aos inimigos da *pólis* no Peloponeso e com Tebas enfraquecida pela libertação das cidades beócias, Atenas ficaria sozinha. Com os atenienses neutralizados, seria muito mais provável que viessem a cooperar com Filipe na realização de seu objetivo final, que era a construção da *oikoumene* (Markle, 1974, p.254-255).

Sobre a estratégia adotada por Filipe, na *Segunda Filípica*, Demóstenes trata da preparação por parte do rei para atacar os lacedemônios:

[...] não adia, contudo, reunir os messênios e os argivos contra os lacedemônios, e envia mercenários, remete dinheiro e ainda é esperado em pessoa com poderoso exército. Aos lacedemônios, que são inimigos dos tebanos, ele arruína, enquanto os foces, que antes ele próprio aniquilou, tenta agora salvar? (*II Phil.* 15).⁵⁴

⁵³ Os foces foram subjugados por Filipe, e seu exército completamente destruído em 353, durante a terceira guerra sagrada. Essa vitória deu ao rei macedônio o pretexto para intervir nas questões internas da Grécia, porquanto agiu como defensor de Apolo nessa questão.

⁵⁴ Para maiores informações sobre as ações de Filipe sobre a Hélade no período que Demóstenes aborda, consultar N.G.L. Hammond no seu artigo *The actions of Philip II in 347 and 346 early B. C.* A Classical

Demóstenes segue em seu discurso, enumerando as cidades e regiões que sofrem com as investidas virulentas de Filipe e intitulado o monarca de tirano.⁵⁵ Finaliza seu texto afirmando, mais uma vez, que os atenienses estão sendo enganados por Filipe e seduzidos com as lisonjas de seus próprios oradores, o que não lhes permite perceber a guerra iminente.

A *Terceira Filípica*, como antecipamos, é considerada a obra-prima entre os discursos deliberativos de Demóstenes. Ela data de 341 e marca o início da influência política do orador em Atenas. Esse é o maior discurso entre as três *Filípicas*, sendo dividido em 76 parágrafos, distribuídos em 21 páginas da edição de Vince (1998), por nós consultada.

Em 342, Filipe havia conquistado definitivamente a Trácia, e suas intenções de prosseguir para o sul, rumo à Ática, se tornaram nítidas. A paz firmada em 346 entre a Macedônia e Atenas era, portanto, simples aparência. Finalmente, Demóstenes percebe a necessidade de abandonar o princípio do equilíbrio de poder entre as *póleis* e prega a união de todos os helenos contra Filipe, ou melhor, a luta comum pela liberdade da Grécia. Esse equilíbrio de poder se refere à autonomia característica do sistema políade. Sabemos, contudo, que, mesmo no século V, esse equilíbrio era mais idealizado do que concretizado, já que o império marítimo constituído por Atenas fez com que essa *pólis* interferisse na autonomia das demais *póleis*, tornando esse equilíbrio inexistente.

A discussão de Demóstenes gira em torno da *guerra* e da *paz*, procurando deixar bem caracterizada a oposição entre o real e o legal: o estado de *guerra* efetivo e o da *paz* oficial

Quarterly, New Series, vol. 44, n. 2, p. 367-374, 1994, e John Buckler, no seu artigo em resposta ao artigo de Hammond, *The actions of Philip II in 347 and 346 B. C.: A reply to N. G. L. Hammond*. A Classical Quarterly, New Series, vol. 46, n. 2, p. 380-386, 1996.

⁵⁵ A análise sobre o significado de tirania atribuído a Filipe será feita na parte subsequente deste capítulo, quando aplicaremos o método da *Análise de Conteúdo* associado à técnica de *Análise Categorical*, de Bardin (2002).

(Fonseca, 1990, p. 72).⁵⁶ Demóstenes, reportando-se à situação caótica na qual a Hélade se encontra, não culpa apenas os atenienses, mesmo que fale para eles, mas também os demais gregos: “[...] se examinardes corretamente, descobrireis que foi por causa dos que preferem agradar-vos a dizer o que é melhor, alguns dos quais, atenienses, tentando preservar estas condições em que eles próprios gozam de prestígio e poder [...]” (*III Phil.* 2).

Demóstenes retoma vários pontos abordados nas duas primeiras *Filípicas*, tais como a inércia dos atenienses diante da ameaça crescente de Filipe, e, agora, a de todos os gregos. “Na realidade, porém, de vossa indiferença e de vossa negligência, Filipe triunfou [...]” (5) diz Demóstenes. A própria violência de Filipe para com as cidades gregas é igualmente denunciada pelo orador:

Diz [Filipe], com efeito, que não faz guerra, mas estou tão longe de concordar que, agindo assim, está em paz conosco, que, intervindo em Mégara, preparando a tirania na Eubéia, avançando agora contra a Trácia, armando intrigas no Peloponeso e fazendo tudo quanto faz com suas tropas, digo que ele rompe a paz e está em guerra conosco [...] (17).

Demóstenes ataca ainda os oradores que ocultam a realidade por meio de discursos gloriosos e se indigna ao perceber que alguns ainda não enxergam a culpa de Filipe. Neste terceiro discurso, denuncia principalmente a corrupção entre os gregos, incluindo os atenienses, e destaca mais ainda o caráter tirânico de Filipe, recorrendo à estratégia de alternar acusações e louvores como uma forma de persuadir a audiência. Demóstenes acusa os gregos de assistirem passivos a tudo o que o rei macedônio tem feito, sem fazer nada para impedi-lo, e de, na verdade, estarem mais desconfiados uns dos outros do que preocupados com o

⁵⁶ Fonseca (1990) fala sobre como Demóstenes desenvolve sua argumentação em cima de um dos tópicos da retórica apontados por Aristóteles. Para Aristóteles, os princípios não necessários do discurso retórico são classificados em *tópoi* e *eíde*; os primeiros são gerais e por isso também chamados *koinoi tópoi*, enquanto os segundos são premissas próprias de cada um dos três gêneros da eloquência. Os tópicos mais importantes do gênero deliberativo seriam: rendas, guerra e paz, proteção do território, importação e exportação, e legislação. Os *koinoi tópoi* dizem respeito ao possível ou ao impossível, ou demonstram que algo acontecerá ou não, ou, ainda, tratam da grandeza (1990, p. 72).

verdadeiro inimigo (33-34). Afirma também que as principais causas de toda essa calamidade que atinge a Grécia repousa na corrupção, outrora punida severamente, na credulidade diante de tiranos e bárbaros e na propensão dos gregos à escravidão, ao contrário do passado (36, 38).⁵⁷ Diz que os gregos estão nesta situação porque o querem, pois nunca estiveram tão bem equipados para uma guerra. Demóstenes tenta ainda recuperar, em exemplos do passado, uma moral que julga perdida, mas que, se os gregos quiserem e se esforçarem, podem reabilitar.

Com o propósito de unir os gregos, Demóstenes julga não ser sensato, diante dos acontecimentos, que os gregos se mantenham isolados (*III Phil.* 28-29). Segundo o orador,

Vendo e ouvindo isso todos os gregos, mesmo assim não enviamos emissários uns aos outros para tratar desses assuntos⁵⁸ e não nos indignamos; e tão más disposições temos e tão entrincheirados estamos, cada um em sua cidade, que até o dia de hoje nada do que é do nosso interesse e dever podemos fazer: não nos aliamos nem formamos uma associação de socorro e de amizade; ao contrário, vemos com indiferença esse homem crescer, cada um decidido, como parece pelo menos a mim, a ganhar o tempo em que um outro se arruína, sem examinar a maneira de salvar a Grécia, sem agir, pois, como periódico ou súbito acesso de febre ou de um outro mal, ele vem vindo mesmo contra quem pensa agora estar muito distante dele.

Devemos observar que Demóstenes, mesmo aderindo à causa da união grega em uma campanha militar contra Filipe, considera que essa campanha deva ser liderada pelos atenienses. Começa assim demonstrando que os atenienses devem se preparar para a guerra, mesmo diante do poderio militar macedônio. O orador insiste numa moralização interna da *pólis*, afirmando que os atenienses não devem,

[...] apenas conhecer esses fatos e daquele nos defender com ações que sejam bélicas, mas ainda com o raciocínio e o pensamento odiar os que entre nós

⁵⁷ Quando fala de corrupção, o autor se refere principalmente a estrategos e oradores.

⁵⁸ Refere-se à aniquilação dos focues, à dominação da Tessália, à situação das cidades da Eubéia (ilha próxima a Atenas e Tebas), à ocupação da Ambrácia, à chegada ao Helesponto e à conspiração contra Mégara, afirmando que nem a Hélade e nem a terra bárbara estão livres da ambição de Filipe.

falam em favor dele, considerando que não é possível dominar os inimigos da cidade, antes de punir os que lhes prestam serviços dentro da própria cidade (*III Phil.* 53).

Demóstenes prossegue declarando que várias desgraças ocorreram por culpa daqueles que, em Atenas, falavam a favor de Filipe, enquanto cidadãos honestos, que visavam ao bem da *pólis*, foram punidos.⁵⁹ Segundo ele, isso ocorreu pelo fato de que os “partidários” de Filipe falavam apenas o que convinha aos ouvidos do *demos*, e não a verdade.

Sendo assim, para Demóstenes, ao mesmo tempo em que Atenas e as demais *póleis* devem punir os traidores, os atenienses também devem se preparar para a guerra, organizando seus recursos e ajudando as demais *póleis* a se reerguerem. Em sua opinião, Atenas deve liderar a Hélade devido ao fato de os atenienses possuírem um dever com a *liberdade*:

Pois bem! E nós, atenienses? Enquanto estamos a salvo, temos uma cidade muito poderosa, recursos numerosíssimos, belíssima reputação, que devemos fazer? Talvez algum dos meus ouvintes estivesse, há muito, disposto a fazer essa pergunta. Eu, pessoalmente, por Zeus, responderei e proporei um decreto, de maneira que, se quiserdes, votareis. Em primeiro lugar, nós mesmos, defendendo-nos e preparando-nos, quero dizer com trirremes, fundos e soldados – pois, mesmo que todos os demais consentam em ser escravos, é a nós que cabe o dever de lutar pela liberdade –, nós mesmos, tudo isso tendo preparado e feito claramente, só então chamemos os outros e enviemos emissários destinados a dar essas instruções a toda parte (ao Peloponeso, a Rodes, a Quios, digo mesmo ao Grande Rei – pois não está fora de seus interesses impedir que Filipe submetta tudo ao seu poder), a fim de, se os persuadirdes, tê-los como sócios de vossos riscos e despesas, em caso de necessidade; e, se não, pelo menos atrasareis a marcha dos acontecimentos (70-71).⁶⁰

⁵⁹ Dá o exemplo de Olinto, em que políticos que serviam a Filipe (aqui se refere aos hiparcos Lástenes e Eutícrates que entregaram a Filipe os 500 cavaleiros atenienses que eles chefiavam na Calcídica) não perderam sua pátria, enquanto homens fiéis à causa da cidade foram delatados e banidos, como Apolônides.

⁶⁰ Sobre uma aliança com o Rei persa, falaremos mais especificamente no próximo tópico deste capítulo, mas já destacamos que, posteriormente, Demóstenes será acusado de traição devido a essa aliança.

Nosso orador finaliza a *Terceira Filípica* concluindo que a missão de Atenas é fazer o que for necessário para deter Filipe, ajudando, instruindo e dirigindo as demais *póleis*, pois essa teria sido uma herança recebida de seus antepassados, de modo que nenhuma outra cidade poderá fazer o que for preciso se Atenas não o fizer.

Gregos e macedônios: a marcação da diferença perante o bárbaro

Como vimos no tópico anterior, Demóstenes, desde 354, quando pronuncia seu primeiro discurso diante da *ecclesia*, até 351, passa da luta contra as oligarquias e da defesa do equilíbrio do poder entre as *póleis* a uma luta contra a tirania, encarnada na monarquia exercida por Filipe, deixando claro, em 341, que para isso seria necessária a união dos gregos sob a liderança de Atenas.

No decorrer das *Filípicas*, vamos percebendo como Demóstenes rotula gregos/atenienses e macedônios, de maneira a exaltar os primeiros e depreciar os segundos. Sobre o mecanismo de estigmatização, vejamos o que diz Silva (2004, p. 24-25):

[...] no contexto de fixação das identidades sociais devemos prestar uma atenção especial aos processos de estigmatização,⁶¹ de atribuição de rótulos elogiosos ou depreciativos, pois é por intermédio deles que não apenas um grupo se reconhece como portador de valores humanos elevados, como depositário da norma de conduta moral a ser seguida pela própria humanidade, como também reforça a sua capacidade de discriminar, ou seja, de manter numa posição social inferior outros grupos dentro de um contexto de distribuição desigual das relações de poder [...] [e] Embora o rótulo nada mais seja do que um dado lingüístico, vale dizer, uma mera convenção, nem por isso a sua eficácia em produzir resultados práticos é diminuída.

⁶¹ Na maioria das vezes, só pensamos o estigma como algo negativo, mas ele também pode enaltecer como, por exemplo, quando se usam os termos os bons e os corretos. Por isso o autor fala sobre rótulos elogiosos ou depreciativos.

Outro autor que aborda a questão da estigmatização é Elias, em sua obra intitulada *Os Estabelecidos e os Outsiders*. No estudo realizado, a distinção social se baseia em critérios temporais: os que chegaram primeiro a uma região e os que chegaram depois. Contudo, o aporte teórico construído é válido para o nosso trabalho, pois o autor trabalha com a lógica da estigmatização, que se manifesta no cotidiano, sob uma perspectiva histórica. Quando Demóstenes expõe suas idéias acerca da inferioridade de Filipe e demais estrangeiros, a estigmatização que produz dos bárbaros associa-se a um tipo de representação coletiva criada pelo grupo ao qual Demóstenes pertence. Essa estigmatização expressa e ao mesmo tempo justifica a aversão que os membros do seu grupo sentem perante os que compõem o grupo dos *outros* (Elias; Scotson, 2000, p. 35).

Antes de prosseguirmos com a análise dos discursos de Demóstenes, vejamos o complexo categorial empregado, que segue o mesmo padrão daquele formulado para os discursos de Isócrates.

Complexo categorial						
Fonte: <i>Primeira Filípica</i> (351)						
	Acusação a Filipe/depreciação de Filipe	Qualificação dos persas	Situação da Grécia	Crítica aos gregos diante de Filipe	Aliados de Filipe	Superioridade dos atenienses/ Epítetos dos gregos
	<ul style="list-style-type: none"> • Insolente (repetido várias vezes) • Arrogante • Ambição sem limites • Não é indestrutível • Ataca a qualquer momento • Como um único homem pode fazer tanto mal • Inimigo da Grécia • Priva gregos de seus bens 	<ul style="list-style-type: none"> • O rei da Pérsia é citado apenas uma vez, quando Demóstenes fala dos boatos que dizem que Filipe mandou uma embaixada a esse ao Rei 	<ul style="list-style-type: none"> • Ameaçada por Filipe • Várias cidades destruídas e perdidas • Hostilidade entre as cidades • brigas internas • Gregos mercenários, e mal pagos • Dificuldades financeiras • Corrupção • Cidadãos sem espaço no âmbito político • Estrangeiros ocupando cargos importantes • Castigada por um deus • Oradores acusam-se o tempo todo 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausentes e negligentes • Inativos • Têm medo • São lentos, sempre atrasados • Culpados pela situação grega • Sem preparativos e projetos • Projetos grandiosos ineficazes • Não fiscalizam seus dirigentes • Falta de leis • Manobrados por Filipe • Covardes • Compara a forma de agir com a dos bárbaros • Estrategos fogem da guerra 	<ul style="list-style-type: none"> • Espalham notícias falsas sobre o poderio de Filipe • Não sabem o que dizem • Insensatos 	<ul style="list-style-type: none"> • Defendem a justiça • Podem recuperar a divindade • Capazes de invadir a Macedônia • Cheios de recursos para enfrentar Filipe • Têm a benevolência dos deuses e a sorte ao lado

Complexo categorial						
Fonte: <i>Segunda Filípica</i> (344)						
	Acusação a Filipe/depreciação de Filipe	Qualificação dos persas	Situação da Grécia	Crítica aos gregos diante de Filipe	Aliados de Filipe	Superioridade dos atenienses/ Epítetos dos gregos
	<ul style="list-style-type: none"> •Desrespeita o tratado de paz •Comete diversas violências •Ambição sem limites •Busca o domínio universal •É avesso à paz e ao que é justo •Conspira contra todos os gregos •Comete atos terríveis e penosos contra a Grécia •Inimigo da Grécia •Satisfaz interesses de outras cidades e não os de Atenas •Não age pelo justo, mas por sua ambição •Possível preparação para atacar lacedemônios •Todas suas manobras visam chegar a Atenas •Tirano •Engana, ludibria •O próprio título de Filipe o torna avesso à liberdade 	<ul style="list-style-type: none"> •Não são nem citados neste discurso 	<ul style="list-style-type: none"> • Ameaçada por Filipe •Maioria das cidades gregas buscam apenas seus interesses particulares •Muitas cidades padecem por causa de Filipe •Ameaçada por uma guerra iminente 	<ul style="list-style-type: none"> •Completamente inativos •Critica oradores por não dizerem a realidade •Ficam só nos discursos •Desprestigia antepassados dos tebanos e argivos •Muitas cidades gregas, auxiliares na ambição de Filipe •Relações muito estreitas com tiranos não são seguras para as democracias •Democracias para se manterem têm de <i>desconfiar</i> dos tiranos •Têm de declarar guerra a Filipe •Enganados por Filipe e oradores 	<ul style="list-style-type: none"> •Há os que confiam e crêem em Filipe •Há os que são comprados por Filipe •Oradores seduzem gregos para concordarem com resoluções maléficas à cidade 	<ul style="list-style-type: none"> •Atenienses não aceitam as mesmas condições que outras cidades •Atenienses nunca sacrificariam os justos interesses em comum dos gregos •Atenienses devotos aos gregos •Antepassados atenienses: nunca suportariam um rei •Atenienses únicos adversários à altura de Filipe

Complexo categorial						
Fonte: <i>Terceira Filípica</i> (341)						
	Acusação a Filipe/depreciação de Filipe	Qualificação dos persas	Situação da Grécia	Crítica aos gregos diante de Filipe	Aliados de Filipe	Superioridade dos atenienses/ Epítetos dos gregos
	<ul style="list-style-type: none"> •Ataques contra gregos mesmo após a conclusão da paz •Violento •Engana •Insolente •Comete atos injustos •Ambição não tem limites •Filipe compra a guerra que ele faz e não a que fazem a ele •Dissimulado se finge de amigo e aliado para invadir e conquistar •Viola o sagrado e o justo •Usa mercenários •Prepara a tirania •Aniquila cidades •Era pequeno e humilde •Filipe e macedônios não são helenos •Bárbaro de uma região miserável •É apenas um homem de um Estado desorganizado 	<ul style="list-style-type: none"> • Cita Rei Artaxerxes quando foi aliado dos lacedemônios •Gregos devem se unir ao Rei, pois seus interesses são os mesmos 	<ul style="list-style-type: none"> •A pior possível e culpa é dos próprios gregos •Nem mesmo escravos suportam a violência •Situação não é de paz •Cidades destruídas e ocupadas pelas forças de Filipe •Várias cidades com tiranos no poder postos por Filipe •Vítima de injustiças •Em perigo •Desconfiança e discórdia reina entre os gregos •Gregos que antes eram propensos à liberdade, propensos à escravidão •Corrupção não é mais severamente punida •Adoece e perece •Muitos mercenários, que servem inclusive a Filipe 	<ul style="list-style-type: none"> •Falta de franqueza nos tribunais •Negligentes e indiferentes •Alguns ainda não enxergam a culpa de Filipe e o estado de guerra em que estão •Têm de declarar guerra •Não podem negligenciar a situação por mais tempo •Deixam fazer o que ele quer •Não se indignam •Desunidos •Cada cidade quer salvar a si •Indiferentes ao crescimento de Filipe •Toleram Filipe •Hesitam, amolecem •Desconfiam uns dos outros •Não se desconfia mais de tiranos e bárbaros •Antes bárbaro que temia a Grécia •Todos os gregos se comportam mau 	<ul style="list-style-type: none"> •Agradam a Filipe e mergulham a Grécia no caos •Gozam de prestígio e poder •Estrategos e oradores comprados •Mercenários gregos •É preciso punir traidores que falam em nome de Filipe dentro das cidades •Muitos assumem cargos políticos •São ouvidos nas cidades que caem em desgraça, enquanto pessoas de bem são punidas 	<ul style="list-style-type: none"> •Podem reverter a situação •Atenienses: capazes de ajudar cidades ameaçadas •Atenienses, lacedemônios e tebanos já foram os primeiros entre os gregos, e nunca fizeram o que bem quiseram •Injustiças de atenienses e lacedemônios, pelo menos cometidas por filhos legítimos da Grécia •No passado venceram a riqueza da Pérsia e mantiveram a Grécia livre •Louva o passado e antepassados e dá exemplos de condutas impecáveis, principalmente dos atenienses (vai recorrer várias vezes a este artifício) •Mais bem equipada para uma guerra do que no

				<ul style="list-style-type: none"> •Imersos na estupidez e na demência •Atenienses têm de fazer algo antes que seja tarde 	<ul style="list-style-type: none"> •Falam o que agrada ao povo 	<ul style="list-style-type: none"> passado, quando já foram vencedores •Passado: tropa de cidadãos •Atenienses: muitas vantagens em uma guerra •Dever dos atenienses é lutar pela liberdade •Atenienses: únicos capazes de unir gregos e vencer Filipe
--	--	--	--	---	---	---

Comparando os três complexos, constatamos primeiramente que Demóstenes, mesmo vendo Filipe como o grande inimigo da Hélade, dirige críticas cada vez mais ferrenhas aos seus contemporâneos; que os rótulos depreciativos atribuídos ao rei macedônio são repetidos e aumentam a cada discurso – sendo o de *tirano* encontrado a partir da *Segunda Filípica* e o de *bárbaro* só na *Terceira Filípica*. Demóstenes crítica cada vez mais os aliados gregos de Filipe e diz que os problemas que assolam a Hélade e que, na verdade, são originários da crise social que se instaurou após a Guerra do Peloponeso, são todos decorrentes das ações de Filipe. Passa de um discurso dirigido aos atenienses para um discurso que se destina aos interesses de toda a Grécia; e, ao mesmo tempo em que intensifica seu alerta para a situação caótica da Hélade, multiplica seus argumentos sobre a possibilidade de se reverter a situação. Concluimos que todos os três discursos se estruturam em uma forma bipolar, onde os elementos são excludentes, mas necessários um ao outro para poderem existir – o que não se deve fazer e o que deve ser feito, o justo e o injusto, os que mentem e os que são sinceros, corrupção e honestidade, democracia e tirania, gregos e bárbaros, gregos e Filipe.

Isso ocorre, como afirma Woodward (2000), pelo fato de que as identidades são fabricadas por meio da marcação da *diferença*. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de

sistemas de representação quanto por meio de modalidades de *exclusão social*. Em resumo, para a autora, a identidade depende da diferença, e essas formas de marcação da diferença, a simbólica e a social, são estabelecidas, pelo menos em parte, por sistemas classificatórios que comportam no mínimo dois grupos opostos: nós e eles, eu e o outro. Referindo-se a Durkheim, Woodward (2000, p. 40) diz que “[...] é por meio da organização e ordenação das coisas de acordo com sistemas classificatórios que o significado é produzido. Os sistemas de classificação dão ordem à vida social, sendo afirmados nas falas e nos rituais”. E é esta afirmação que encontramos nos discursos de Demóstenes, que são pronunciados em assembléia compostas por atenienses, por seus iguais.

Le Bart, no seu trabalho *Le discours politique*, de 1998, discute pontos importantes do discurso político. Visto que os discursos de Demóstenes são de cunho político, há assuntos em que um homem político não pode deixar de tocar, os quais podemos dividir em quatro categorias: tornar transparente a realidade social; fundamentar como legítima a sua autoridade política; afirmar a possibilidade de gerenciar o social e afirmar a identidade coletiva. E essas categorias dependem de seus contrários, daquilo que um homem político não pode dizer, tais como: “eu nada sei e compreendo”; “eu não tenho direito algum a governar”; “eu nada posso fazer por vocês que me escutam”; “vocês, meu público, não passam de um agregado de indivíduos diferentes, que nada une uma totalidade” (Le Bart, 1998, p. 94-96). Todos estes pontos estão contidos nos discursos de Demóstenes. Mas acima de tudo, o discurso do ateniense trata da alteridade.

Toda a retórica que permeia o trabalho de Demóstenes é uma retórica da alteridade – sobre os helenos contra Filipe. E quando fala do rei macedônio, fala do diferente. Hartog, refletindo sobre essa retórica da alteridade afirma:

Dizer o outro é enunciá-lo como diferente – é enunciar que há dois termos, *a* e *b*, e que *a* não é *b*. Por exemplo: existem gregos e não-gregos. Mas a

diferença não se torna interessante senão a partir do momento em que *a* e *b* entram num mesmo sistema [...] Desde quando a diferença é dita ou transcrita, torna-se significativa, já que é captada nos sistemas de língua e da escrita. Começa então esse trabalho incessante e indefinido como os das ondas quebrando na praia, que consiste em levar do outro ao próprio (1999, p. 229).

Sendo assim, quando trata da excessiva liberdade de ação de Filipe, Demóstenes recorda que os gregos, nem mesmo os atenienses, nunca fizeram isso:

[...] vós, já lhe concederam [a Filipe] o que tem sido causa de todas as guerras da Grécia em todos os tempos. O que é isso? Fazer ele o que quer, mutilar e despojar os gregos, um a um, atacar e escravizar as cidades. Entretanto, por setenta e três anos fostes vós [atenienses] os primeiros entre os gregos; por vinte e nove anos, foram os lacedemônios os primeiros; e tiveram um certo poder também os tebanos, nestes últimos tempos, depois da batalha de Leuctras. Contudo, nem a vós nem aos tebanos e nem aos lacedemônios, jamais, atenienses, foi concedido pelos gregos esse direito, o de fazerdes o que querieis. Não, longe disso! (*III Phil.* 22-23).

A marcação da diferença entre os gregos e os macedônios, representados por Filipe, encontra vários exemplos ao longo dos discursos de Demóstenes. Na *Primeira Filípica*, já o intitula de insolente e ambicioso, arrogante e inimigo da Hélade.⁶² Enquanto isso, na mesma obra, declara que os atenienses defendem a justiça, são plenos de recursos e têm os deuses ao seu lado. Na *Segunda Filípica*, repete os rótulos depreciativos atribuídos a Filipe, e ainda o acusa de ser violento, injusto, conspirador, praticante de atos funestos, enganador e, o mais interessante, tirano, e diz que o próprio fato de ser um monarca o torna avesso à liberdade:

“Certamente, por Zeus”, alegava eu,⁶³ “as cidades inventaram muitos meios para proteção e segurança, tais como redutos, muralhas, valas e outros meios

⁶² Insolente e ambicioso são os dois rótulos dados a Filipe que mais encontramos nas obras de Demóstenes por nós analisadas.

⁶³ Neste momento do discurso, Demóstenes expõe aos atenienses os mesmos pontos que mostrou para os messênios e argivos, quando foi enviado com uma missão para o Peloponeso. O que é ressaltado é o comportamento de Filipe com relação aos olíntios e tessálios, que comprova a má-fé com que age o rei macedônio.

análogos. E todas essas obras são criadas pelas mãos do homem e exigem despesas; contudo a natureza dos sensatos possui em si mesma um meio comum de proteção, que é bom e causa salvação para todos, mas sobretudo para as democracias, contra os tiranos, Qual é esse meio? A desconfiança. Guardai-a, agarrai-vos a ela; se a conservais, seguramente nada de mal sofrereis.” “Que procurais”? dizia eu. “A liberdade? Então não vedes que Filipe tem até mesmo seus títulos completamente estranhos a ela? De fato, cada rei, cada tirano é inimigo da liberdade e adversário das leis”. “Não usareis de cautela”, dizia eu, “para que, procurando vos livrar da guerra, não encontreis um senhor todo-poderoso?” (*II Phil.* 23-25).

É interessante notar que Demóstenes cita como característica do tirano a falta de convívio com as leis, o que equivale a afirmar que os atenienses convivem com elas. Para Elias (2000, p.47), a *anomia*, a ausência de normas, é um traço comum na estigmatização do outro. Geralmente, o outro é visto como indigno de confiança, indisciplinado e desordeiro. Já os atenienses são justos, devotados a Hélade e nunca suportariam um rei e as conseqüências de se ter um.⁶⁴

Na *Terceira Filípica*, os rótulos depreciativos são mais uma vez repetidos, e, acrescenta Demóstenes, o rei viola o sagrado. Nesse discurso, o orador discute pela primeira vez o fato de Filipe pertencer ou não ao grupo étnico dos gregos. Sobre isso, afirma que o macedônio é originário de um Estado pequeno e desorganizado e que nem ele e seus conterrâneos são helenos:

[...] se um escravo ou filho putativo dissipasse e esbanjasse bens que não lhe pertencem, por Hércules, todos diriam: “Como isso é terrível e merece a nossa cólera, ainda mais”. A respeito de Filipe, porém, e do que ele faz atualmente, não têm essa atitude, embora ele não seja grego e nada tenha em comum com os gregos, mas nem mesmo seja um bárbaro de lugar que valha a pena

⁶⁴ É interessante o fato de que Demóstenes consegue transformar rótulos que, no caso de Filipe são depreciativos, em positivos, quando se trata dos gregos. Para Demóstenes, Filipe se utilizar de mercenários é algo terrível; já os gregos necessitam em seus exércitos de mercenários.

mencionar, mas sim um miserável da Macedônia, de onde antes nem um escravo sério era possível comprar, um só que fosse (31).

Assim, Demóstenes delimita de forma radical a oposição que existe entre Filipe e os gregos, colocando, inclusive, o macedônio numa posição inferior à de outros bárbaros. Lévy (1984), tratando da formulação do conceito de bárbaro, afirma que, desde o período clássico, o termo aparece com dois sentidos: um corresponde a uma noção objetiva e, descritivamente, designa quem não é grego, quem é lingüística, étnica e geograficamente diferente do grego. De outro lado, o termo se refere a um “anti-modelo” cultural, que sugere o despotismo e a servidão, o luxo excessivo, a crueldade e a grosseria. E a configuração desta imagem teria sido auxiliada pelas Guerras Médicas (1984, p.5). É este segundo padrão que Demóstenes segue ao falar sobre Filipe II. Já os gregos, antítese dos bárbaros, possuem características e valores louváveis. Mas aqui, mais claramente do que nos outros textos, os gregos valorizados são os atenienses.⁶⁵

Na *Terceira Filípica*, Demóstenes, apesar de pregar a união dos gregos contra um inimigo comum, ainda continua falando a partir de uma ótica ateniense. Sendo assim, além de estabelecer uma oposição entre gregos e bárbaros, constrói uma oposição, menos evidente nos dois outros discursos, entre os atenienses e os demais gregos – os atenienses seriam os melhores dentre os melhores. Por isso, eles deveriam reunir e liderar todos os gregos contra as forças de Filipe. Vejamos o que diz o orador no final do discurso:

[...] devemos enviar dinheiro, fazer tudo mais que nos pedem, preparar-nos e, sendo os primeiros a fazer o que é necessário, só então convocar os outros gregos, reuni-los, instruí-los e adverti-los: isso é próprio de uma cidade com uma reputação tão notável como a que tendes (*III Phil.* 73).

⁶⁵ François Hartog produziu um trabalho belíssimo que fala sobre a “invenção do bárbaro”, destacando a relação entre gregos e bárbaros, e falando sobre um tempo em que tal denominação não existia (Hartog, 2004).

Mesmo quando Demóstenes crítica os atenienses, isso é feito com intenção pedagógica, para que mudem de atitude e enfrentem Filipe de uma vez por todas. Uma das formas que o orador mais utiliza para chamar a atenção para a situação da Hélade e fazer os gregos refletirem sobre o assunto é a invocação de exemplos louváveis dos antepassados. Como já dissemos, é uma prática recorrente, no momento de formação e afirmação das identidades, o apelo aos “mitos fundadores”, buscando-se encontrar no passado a “essência” de uma identidade, mesmo que esse passado seja, pela comunidade que fala dele, reconstruído (Woodward, 2000). Sendo assim, quando Demóstenes fala, por exemplo, da moral, da força de guerra, do cumprimento às leis, da vocação à liberdade dos antigos, trata-os como se fossem valores perdidos, mas que poderiam ser resgatados pelos atenienses, que, na verdade, não os perderam, mas, sim, os ocultaram diante das ações de Filipe II.

Então aqueles atenienses criam ser seu dever cuidar da salvação de todos os gregos, pois não lhes importaria, se não pensassem assim, que alguém subornasse e corrompesse as pessoas [...] E de tal forma puniam e castigavam os que eles percebiam ser venais que ainda os inscreviam em uma estela. Em consequência disso, era natural que a Grécia fosse temível para o bárbaro, e não o bárbaro para a Grécia (*III Phil.* 45).

Considerações Finais

Na presente dissertação, tivemos por objetivo demonstrar que a crise surgida após a Guerra do Peloponeso abalou a Hélade em todos os sentidos, colocando em xeque inclusive a identidade grega. Por conseguinte, houve uma crise de identidade do próprio sistema *políade*, juntamente com seu ideal de autonomia e auto-suficiência. Nesse contexto, o debate em torno da diferença entre *grego* e *bárbaro* ganhou uma nova configuração. Buscamos alcançar esse debate por meio de dois autores que representaram vertentes diferentes. O primeiro foi Isócrates, retórico que abraçou a defesa da *cosmópolis*. O segundo, Demóstenes, orador extremamente ativo que defendia a manutenção do sistema *políade*. O que havia em comum entre eles? Eram dois homens decididos a mostrar aos gregos o melhor caminho para salvar o seu mundo.

Nos dois últimos capítulos, apresentamos, de forma separada, a vida, a obra e como cada um deles pensou a delicada situação em que a Hélade se encontrava no século IV. Nesta parte final de nosso trabalho, retomaremos os pontos principais de cada autor analisado e faremos um balanço entre as duas visões de mundo que defenderam.

Vimos que Isócrates sempre predicou a união de toda a Hélade, que, em sua época, estava destruída por guerras internas. Como ensaísta político, viu-se obrigado a oferecer soluções que não fossem quiméricas. Ele concebia uma confederação helênica, em que cada *pólis* conservaria a sua autonomia. O estranhamento em relação às teorias políticas do século precedente e a experiência de um orador que nunca fora simpático à Guerra do Peloponeso haviam conduzido Isócrates a propor a unidade da Hélade. Isócrates ainda via a Pérsia como uma grande ameaça e, ao mesmo tempo em que a Hélade estava imersa numa aguda crise,

percebia uma debilidade da grandeza asiática.⁶⁶ Sendo assim, via a oportunidade de alcançar a *paz grega* por meio da *guerra estrangeira*: esse era o lema de Isócrates (Reyes, 1961, p.183-184).

O dilema colocado ao nosso autor era a quem seria entregue a chefia da coligação militar, que necessitava de um único comando. Quanto a isso, ao longo de nosso trabalho, vimos que o plano de Isócrates foi mudando conforme as circunstâncias. Num primeiro momento, a função de liderança caberia a Atenas, proposição exposta magistralmente no seu *Panegírico* de 380. No entanto, os erros de Atenas e a guerra tebana o levaram a uma nova postura: apoiar monarcas capazes de se dedicar à causa comum.⁶⁷ Em um terceiro momento, Isócrates, mais uma vez, depositava suas esperanças em Atenas, aconselhando a *pólis* a pôr termo às suas dissidências com as aliadas e a se colocar no centro do comando.

Nosso retórico, entretanto, não podia ignorar a força macedônia que se levantava perante o mundo helênico. Se, em 380, quando Isócrates escreveu o *Panegírico*, Filipe ainda não era nem rei e a Macedônia não representava ameaça alguma à Hélade, em 346, com a paz de Filócrates, Filipe adentrou definitivamente o campo da política grega. Assim, Isócrates passou os últimos anos de sua vida acompanhando a conduta do rei macedônio. E, percebendo sua força, conjecturava que a tão celebrada união poderia se realizar sob o comando de Filipe. Em uma quarta etapa, escreveu ao rei propondo que realizasse a união da Grécia e liderasse uma guerra contra o Império Persa. Talvez alguns, como o próprio Demóstenes, o pudessem considerar um bajulador, um traidor. Mas, colocando em termos práticos, ao mesmo tempo

⁶⁶ Isócrates estava informado sobre as contínuas revoltas dentro do Império Persa e sobre a retirada dos Dez Mil, mercenários de Xenofonte.

⁶⁷ Os discursos dedicados a Nicoles, Dionísio, Jasão, Evágoras e Arquídamo são chamados de cipriotas. Esses soberanos cipriotas, amigos seus, aos quais dirigiu epístolas e exortações, ao seu ver, poderiam formar um núcleo temível diante do adversário persa; mas uns morreram e outros não seguiram suas recomendações. Provavelmente, o primeiro desses discursos foi escrito em 370.

em que Isócrates percebia ser inevitável a conquista da Hélade por Filipe, propunha que este fizesse o bem aos helenos e empreendesse a campanha da Pérsia.

O jovem Demóstenes, por sua vez, pensava totalmente diferente de Isócrates. Os dois diferiam em quase tudo, a começar pela forma de atuação. Isócrates, retórico de gabinete, que não se juntava às multidões, era todo verbo. Já Demóstenes, político ativo e sempre presente nas assembléias, era todo ação. Esta ação, que no início de sua carreira era voltada contra as oligarquias, símbolo da tirania, se voltou, a partir de 351, data da *Primeira Filípica*, para Filipe, um soberano que agora encarnava toda a tirania. Demóstenes, decerto, não podia acompanhar o caminho de Isócrates. Apegado ao ideal da *pólis* construído durante o V século, não podia conceber de forma alguma uma Grécia submetida a um *basileus*, a um déspota, sobretudo um estrangeiro – um bárbaro. Se o plano de reconstrução da Hélade traçado por Demóstenes também se baseou na *paz grega*, mediante uma *guerra estrangeira*, essa paz decorreria da união dos gregos numa frente contra Filipe da Macedônia.

Apresentando Isócrates e Demóstenes propostas diferentes e projetos diferentes, mas querendo alcançar o mesmo fim, percebemos, por intermédio das suas obras referentes à atuação de Filipe, uma redefinição acerca da representação do mundo à volta deles, acerca da configuração do sistema político grego, visto como sujeito, e acerca do bárbaro.

Então, para Isócrates, a Hélade poderia suportar um rei que respeitasse sua autonomia se isso fosse o melhor para os gregos, opinião que exprimia a influência de uma visão positivada acerca da monarquia, visão esta que progrediu no século IV. Mas nem todos se tornaram adeptos das novas idéias. Enquanto essa tendência ganhava adeptos, para Demóstenes a monarquia era o símbolo máximo da tirania, e os gregos não poderiam suportar jamais um rei, pois a condição de súdito era idêntica à de escravo. Se, para Isócrates, todos os males da Grécia provinham da crise social que se iniciou com a Guerra do Peloponeso, para

Demóstenes seria Filipe o flagelo da Grécia.⁶⁸ Enquanto para o nosso retórico a grande ameaça era representada pelos persas, e a única forma de resolver os problemas sociais da Hélade era a guerra contra eles, para Demóstenes a solução dos problemas encontrava-se no combate ao “verdadeiro” inimigo da Hélade: Filipe. Assim, analisando os discursos de ambos, percebemos que tais discursos se estruturam a partir de dicotomias cujas categorias não mudam radicalmente de um autor para o outro, mas, sim, os seus conteúdos: amigos e inimigos, elogios e depreciações, superior e inferior, gregos e bárbaros.

Os gregos sempre dividiram o seu mundo em um número de categorias contrastantes que se atravessam e se interpenetram: gregos e bárbaros, escravos e livres, amigo e inimigo, nós e eles. Esta visão essencialmente bipolar do mundo (embora os dualismos sejam alterados de acordo com as circunstâncias) afetou a maneira de a sociedade grega se organizar, bem como a forma como os gregos pensavam sobre si mesmos (Mitchell; Rodes, 1996, p. 11). Os conteúdos dessas categorias contrastantes, mudam, assim, em nossos autores, embora a dicotomia central para ambos seja gregos x bárbaros, possuindo o termo bárbaro um evidente valor negativo. No entanto, apesar de Isócrates e Demóstenes serem gregos, atenienses, viverem um mesmo momento histórico, o bárbaro para o primeiro é o tradicional *persa*, ao passo que para o segundo é Filipe, o macedônio.⁶⁹

⁶⁸ Comparando os complexos categoriais destinados a um e outro autor, vimos que, enquanto Isócrates enumera repetidamente os problemas causados pela *stásis*, Demóstenes deixa esses problemas em segundo plano nos seus discursos e se preocupa mais com os males ocasionados por Filipe. Inclusive, ao lermos as *Filípicas*, a impressão é que muitos dos problemas ocasionados pelas guerras sociais gregas são relacionados às ações do monarca macedônio.

⁶⁹ Para Isócrates, Filipe é visto como um grego; já para Demóstenes, o persa não deixa de ser bárbaro, mas o termo aqui não carrega o mesmo sentido que o utilizado para Filipe. Demóstenes nem usa o termo bárbaro para os persas. O que concluímos é que o persa é visto aqui pelo orador ateniense como bárbaro, mas com o sentido de distância, fora das fronteiras gregas, uma diferença marcada pela cultura, uma visão própria do século V. Já o termo, quando designado a Filipe, carrega a oposição entre o mundo das cidades e a realza que representa a tirania. O contrário ocorre com Isócrates: como a justiça de uma monarquia depende do homem que a exerce, é possível ao retórico positivar a monarquia de Filipe e negatizar a do rei persa, que é um homem por natureza injusto.

Tradicionalmente, quando refletimos sobre a História da Grécia antiga e nos referimos aos bárbaros, evocamos a definição segundo a qual o bárbaro é aquele que fala uma língua diferente, ininteligível para os gregos, e que desconhece os costumes helênicos (Souza, 1989, p. 54). Essa discussão sobre gregos e bárbaros é, porém, bem mais delicada e apresenta diversas nuances.

Hartog, em seu trabalho intitulado *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*, faz toda uma retrospectiva sobre o surgimento dessa oposição, afirmando que nem sempre houve gregos e bárbaros, e que foi apenas no sexto e quinto séculos que “bárbaro”, no sentido de não-grego, formou, associado a “grego”, um conceito antônimo e assimétrico, acoplando um nome próprio, *Hellenoi*, e uma designação genérica, *barbaroi*. Para tanto, as Guerras Médicas desempenharam um papel catalisador. Essa classificação binária e fortemente assimétrica, concebida pelos gregos e para eles, não podia ser manejada senão por eles e só para eles era operatória (Hartog, 2004, p. 95).

Tal dicotomia, no entanto, não é fixa, pois se reconstrói ao longo do tempo. Um século que se iniciou em meio a uma grande crise para os gregos também colocou em xeque conceitos e visões que pareciam cristalizados. Assim, podemos encontrar alvos e interpretações diferentes em Isócrates e Demóstenes. Peschanski (1993), ao falar sobre a imagem dos bárbaros ao longo do tempo, afirma que, no século IV, a idéia de dois blocos antagônicos, isentos de qualquer integração, cai por terra. Isso ocorre porque a diferença é, acima de tudo, uma construção da linguagem, e, assim como esta, a diferença oscila. Esse fator tornou possível, por exemplo, Demóstenes associar aos gregos atitudes bárbaras,⁷⁰ e

⁷⁰ Como quando acusa os gregos de estarem propensos à escravidão e os chefes militares de conduzirem seus exércitos como bárbaros.

Isócrates “helenizar” Filipe, concedendo a este honrarias que, para os gregos, corresponderiam àquelas de ancestrais ilustres.⁷¹

O século IV, entretanto, por configurar um momento de inconstância, possibilita a tentativa de ambos os autores de restabelecer a estrita divisão entre gregos e bárbaros, o que se opera mediante a referência constante às Guerras Médicas. Tanto Demóstenes, quanto Isócrates se valem de exemplos que se referem ao passado glorioso da Hélade, de Atenas principalmente, para marcar a diferença perante o bárbaro, seja ele o persa ou Filipe.

Então, se a diferença é um produto da língua, ela é cultural, e não natural. Não é no nascimento ou na língua que para Isócrates e Demóstenes reside a diferença fundamental entre gregos e bárbaros, mas nos costumes, nas virtudes e, o que é mais importante, no sistema político.⁷²

Nos seus discursos, ambos os autores defendem, assim, uma identidade que cada um acredita ser mais adaptada à nova posição da Hélade. Mesmo Demóstenes, que se julga um defensor da *pólis* aos moldes do século V, não fala mais da mesma identidade, ou melhor, não defende a mesma identidade. Por que isso ocorre? Porque o inimigo que confronta a identidade grega não é mais o mesmo. Por outro lado, ao defender o sistema *políade*, acaba pregando a união da Hélade sob a liderança de Atenas, pondo assim termo à principal característica do sistema *políade* – a autonomia, o que não deixa de ser uma conclusão irônica.

Não é só de diferenças que se constroem os discursos dos dois atenienses. Devemos lembrar que ambos tratam *a priori* do mesmo assunto: a salvação da Hélade, o que os leva a defender o mesmo princípio: a união da Hélade. Isócrates e Demóstenes alertam os seus pares

⁷¹ Quando compara os feitos do rei e de seu pai aos de Hércules (*Ad Phil*).

⁷² Aqui partilhamos a mesma idéia com Cassin (1993), que fala sobre a plasticidade bárbara. É válido mencionar ainda que essa própria identidade cultural é fluida e mutável. Basta nos lembrarmos do primeiro capítulo deste trabalho, quando falamos sobre a realeza macedônica. Tanto a realeza quanto a elite macedônias, eram admiradoras da cultura grega, e partilhavam de vários elementos dessa cultura, considerando-se inclusive de origem grega.

para a necessidade de se interromperem as hostilidades entre os gregos, reconhecendo que a guerra solapou a Grécia; ambos defendem a moralização e o cumprimento das leis como forma de se reestruturarem as *pólis*; aconselham a utilização de mercenários gregos a fim de evitar que estes sirvam aos bárbaros e como uma forma de garantir a sobrevivência dos cidadãos; condenam a tirania e exaltam a democracia; defendem a liberdade da Hélade e, principalmente, exaltam a cidade de Atenas, aconselhando os atenienses a liderarem os gregos, seja contra os persas, seja contra Filipe. Mesmo quando Isócrates incube Filipe dessa missão, não deixa de destacar a importância de Atenas entre as demais.

Acima de tudo, ambos os oradores confiavam na capacidade de reação da *pólis* e na política. Isócrates não era um democrata, pelo menos não como Demóstenes e os demais políticos ilustres do século V, nem tampouco um defensor ardoroso da oligarquia. Isócrates representou o que podemos denominar uma “terceira via” entre a democracia e a oligarquia, mesmo que se admitisse como um democrata. Sua crença em um governo justo e honesto, baseado nas leis, o levou a propor que os cidadãos deveriam dirigir a *pólis*, fosse como monarcas, como políticos fosse como generais, mas sempre de acordo com as leis. Talvez por esse motivo tenha depositado em Filipe sua última esperança de unir os gregos em uma campanha pan-helênica. Essa foi a motivação, em nosso entender, que levou Isócrates a redefinir a própria identidade grega ao considerar o rei macedônio um heleno.

Demóstenes, por sua vez, assumiu os princípios fundamentais da democracia de sua época: que o *demos* é soberano devido a sua liberdade e que essa liberdade é poder. Demóstenes se valeu dessa ideologia para sustentar todos os seus argumentos até perceber que não era a oligarquia que ameaçava a liberdade da Hélade, mas, sim, a emergência de Filipe como um autêntico conquistador. A partir daí, passou a encontrar mais semelhanças entre as *pólis*, as quais louvaria diante da tirania personificada por Filipe. Pregando então a união da

Hélade e minimizando de certa forma as diferenças entre as *póleis*, Demóstenes acaba mostrando, em seus discursos, uma nova forma de se encarar o mundo helênico, um mundo que deveria se unir perante um inimigo comum.

Vemos, assim, como esses dois gregos eminentes propuseram alternativas diferentes para solucionar a crise do sistema *políade*, sugerindo propostas que, no fundo, eram *incompatíveis* com a própria natureza da *pólis*. Em um momento de crise, quando se busca afirmar valores e identidades, acaba-se por reconstruí-los e por dar a eles novos significados. O que temos então é um conflito entre duas concepções políticas distintas. Como é próprio dos discursos dos oradores, a produção de imagens, o estabelecimento de clivagens e legitimação de posições, a legitimação de comportamentos e atitudes e a criação de mitos, todos esses recursos simbólicos são manipulados por Isócrates e Demóstenes. Para Chartier (1990, p. 17), a manipulação de tais recursos instaura uma *luta de representações*: uma disputa simbólica entre grupos, no qual cada um busca legitimar e estabelecer como universal a visão particular, ao seu grupo social.

Nesse movimento, é certo, nem Isócrates nem Demóstenes sabia como terminaria a história. Isócrates talvez tenha se arrependido de suas intenções quando, em 338, viu os gregos serem liquidados em Queroneia. Mas considerá-lo inocente, como julgam alguns autores, não é, ao nosso ver, sensato.⁷³ Isócrates, ao escrever a Filipe, o fazia por já não ter mais nenhuma alternativa, e não imaginamos que não tenha antecipado a probabilidade de um desfecho como o que ocorreu em Queroneia, pois sabia que suas idéias não eram bem recebidas pela maioria dos gregos. Populares eram as idéias de Demóstenes, que, em nenhum momento, questionava ser a *pólis* a melhor forma de organização política e o melhor regime de governo, a democracia. Quanto mais Filipe avançava com suas tropas, mais os gregos se

⁷³ Como Rocher (2002), Reyes (1961) e Codoñer (2001).

voltavam para as idéias de Demóstenes. Talvez, porém, os seus concidadãos, como lamentava o orador, tenham reagido tarde demais. Demóstenes conseguiu unir as *póleis* gregas, mas essas não tinham condições de vencer as forças macedônias. A partir de 338, a Hélade passou a ser definitivamente submetida à Macedônia, e a Filipe foi instituído um culto honorífico, o que demonstra que o sistema *políade* do período clássico nunca mais existiria (Fredricksmeyer, 1979, p. 39-61). Demóstenes se suicidou, cercado por macedônios, defendendo uma autonomia que já não era possível recuperar. Isócrates, por sua vez, viu o homem que escolheu como salvador da Hélade derrotar os gregos, mas morreu antes de ver outro macedônio, Alexandre, o filho de Filipe, realizar o empreendimento com o qual tanto sonhou: a conquista do Império Persa.

Referências

Documentação primária impressa

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2006.

DEMÓSTHENES. Philippics. In: _____. *DEMOSTHENES ORATIONS: I-XVII, XX, olynthiacs, philippics, minor public orations*. Translated by J. H. Vince. London: Loeb Cassical Library, 1998.

DEMÓSTENES. *As três filípicas; oração sobre as questões da Quersonerso*. Tradução de Isis Borges Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ISÓCRATES. A Filipo. In: _____. *Discursos histórico-políticos*. Traducción del griego por Antonio Ranz Romanillos. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1944.

ISOCRATES. *Panegyricus*. In: _____. *ISOCRATES: v. I*. Translated by George Norlin. London: Harvard University Press, 1961.

PLATÃO. *Górgias*. Tradução de Jaime Bruna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Tradução de Mário da Gama Cury. Brasília: UNB, 1999.

Obras instrumentais

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Marta Mega de. O tempo e os outros: ensaio sobre história e alteridade. *Boletim do CPA*, Campinas, ano IX, n. 17, p. 7-30, 2004.

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- CASSIN, Barbara.; LOURAX, Nicole.; PESCHANSKI, Catherine (Orgs). *Gregos, bárbaros, estrangeiros: a cidade e seus outros*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- CASSIN, Barbara. “Barbarizar” e “cidadanizar” ou não se escapa de Antifonte. In: CASSIN, Barbara.; LOURAX, Nicole.; PESCHANSKI, Catherine (Orgs). *Gregos, bárbaros, estrangeiros: a cidade e seus outros*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993, p. 98-123.
- CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CHEVITARESE, André Leonardo. Fronteiras internas atenienses no período clássico: (re) definindo conceitos e propondo instrumentais teóricos de análise. *Phoênix*, Rio de Janeiro, ano 10, p. 63-76, 2004.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- ELLIAS, Nobert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- PESCHANSKI, Catherine. Os bárbaros em confronto com o tempo: Heródoto, Tucídides, Xenofonte. In: CASSIN, Barbara.; LOURAX, Nicole.; PESCHANSKI, Catherine (Orgs). *Gregos, bárbaros, estrangeiros: a cidade e seus outros*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993, p.56-74.
- RÉMOND, René. Do político. In: _____. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 441-450.
- RIOUX, J-P; SIRINELLI, J-F. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

- SILVA, Gilvan Ventura da. Representação social, identidade e estigmatização: algumas considerações de caráter teórico. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; LARANJA, Anselmo Laghi; SILVA, Gilvan Ventura da. (Org). *Exclusão social, violência e identidade*. Vitória: Flor & Cultura, 2004, p 13-30.
- SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.
- THÉBERT, Ivon. Reflexão sobre a utilização do conceito de estrangeiro: evolução e função da imagem do bárbaro em Atenas na época clássica. *Diógenes*, Brasília, v. 9, p. 17-33, 1985.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.

Obras de referência

- ABBAGNANO, Nicola. Estado. In: ____ *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, Editora: Martins Fontes, 2003, p.364-366.
- DUBOIS, Jean et al. Discurso. In: _____. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1997, p. 152-155.
- LEVI, Lucio. Governo. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1998, p. 553-555.
- ROSSOLILLO, Francesco. Nação. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1998, p. 795-799.

VECA, Salvatore. Política. In: ROMANO, Ruggiero (Org). *Einaudi: Política/tolerância/intolerância*, v.22, Imprensa Nacional-Casa da moeda, 1996, p. 231-245.

FAYE, Jean-Pierre. Demagogia. In: ROMANO, Ruggiero (Org). *Einaudi: Política/tolerância/intolerância*, v.22, Imprensa Nacional-Casa da moeda, 1996, p. 231-245.

TODOROV, T; DUCROT, O. Retórica. In: _____. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 430-433.

Obras de apoio

AUSTIN, Michel; VIDAL- NAQUET, Pierre. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. São Paulo: Edições 70, 1986.

AYMARD, André. A civilização da Pérsia Aquemênida. In: _____. *O Oriente e a Grécia Antiga*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1977, p.199-215.

BOARDMAN, John. *The Cambridge ancient history: Persia, Greece and the Western Mediterranean c. 525 to 479 B.C.* Vol. 4, Cambridge, 1988.

BORZA, Eugene. N. Athenians, macedonians, and the origins of the macedonian royal house. *Hesperia Supplement*, Atenas, v.19, p. 7-13, 1982.

BRUNA, Jaime. *Eloquência grega e latina*. São Paulo: Cultrix, s/d.

BUCKLER, John. The actions of Philip II in 347 and 346 B. C.: A reply to N. G. L. Hammond. *A Classical Quarterly*, Oxford, v. 46, n. 2, p. 380-386, 1996.

- BUCKLEY, Terry. *Aspects of greek history: 750-323 B.C.* London and New York: Routledge, 1996.
- CALHOUN, George Miller. Demosthenes' second philippic. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Middletown, v. 64, p. 1-17, 1933.
- CANFORA, Luciano. O cidadão. In: VERNANT, Jean-Pierre. *O homem grego*. Lisboa: Presença, 1994, 105-129.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *A cidade-Estado antiga*. São Paulo: Ática, 1985.
- CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. vol 1, São Paulo: Ática, 2002.
- CAWKWELL, G. L. Demosthenes' policy after the Peace of Philocrates. II. *A Classical Quarterly*, Oxford, v. 13, n. 2, p. 200-213, Nov. 1963.
- CODOÑER, Juan Signes. El panatenaico de Isócrates: 3- las cartas a los macedônios. *Emerita*, Madrid, LXIX 1, p.7-53, 2001.
- ELLIS, J. R. Amyntas Perdikka, Philip II and Alexander the Great. *The Journal of Hellenic Studies*, London, v. XCI, p.16-25, 1971.
- _____ Philip's Thracian Campaign of 352-351. *Classical philology*, Chicago, v.72, n.1, Jan., p. 32-39, 1977.
- ERRINGTON, R. M. *A History of Macedonia*. California: University of California Press, 1991.
- FENTON, Joshua. *Philip II: King of Macedon*. Disponível em: (www.classics.mit.edu.htm). Acesso em: Out. 2005.
- FINLEY, Moses Israel. *Os Gregos Antigos*. Lisboa: Edições 70, 1988a.
- _____ *Economia e sociedade na Grécia antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____ *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988b, p. 55-90.

FONSECA, Isis Borges B. O gênero deliberativo na oratória grega: a terceira filípica de Demóstenes e a retórica de Aristóteles. *Clássica*, Belo Horizonte, v.3, p.67-75, 1990.

_____. Introdução. In: DEMÓSTENES. *As Três Filípicas; Oração sobre as questões da Quersoneso*. Tradução de Isis Borges Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. IX-LXXVII.

FREDRICKSMEYER, E.A. Divine honors for Philip II. *Transactions of the American Philological Association*, Middletown, v. 109, p. 39-61, 1979.

GOMEZ, Pilar. Genero y autor en las Cartas de Isócrates. *Synthesis* 5, s/1, p.59-72, 1998.

GRIFFITH, G. T. Philip of Macedon's early interventions in Thessaly (358-352 B. C.). *A Classical Quarterly*, Oxford, v. 20, n. 1, p. 67-80, May 1970.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *Imperialismo greco-romano*. São Paulo: Ática, 1987.

HAMMOND, Nicholas G. L. *A History of Macedonia*. Oxford: At The Clarendon Press, 1972.

_____ *Alejandro Magno: Rey, general y estadista*. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

_____ *The Macedonian State: Origins, Institutions, and History*. Oxford: Clarendon Press, 2001.

_____ The actions of Philip II in 347 and 346 early b. C. *A Classical Quarterly*, Oxford, vol. 44, n. 2, p. 367-374, 1994

HANSEN, Mogens Herman. The Athenian 'politicians', 403-322 b.C. *GRBS*, Durham, v.24, n. 1, p. 33-55, 1983.

- HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: UFMG, 2004, p. 93-122.
- _____. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 227-271.
- JAEGER, Wener. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- _____. *Demóstenes. La agonia de Grecia*. México, 1976.
- LE BART, Christian. *Le discours politique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.
- LEOPOLD, John, W. Demosthenes on distrust of tyrants. *GRBS*, Durham, v.22, n. 3, p. 227-246, 1981.
- LÉVY, E. Naissance du concept de barbare. *Ktéma*, Strasbourg, n. 9, p. 5-14, 1984.
- LIMA, Alexandre Carneiro Cerqueira. Os conflitos sociais gerados pelas hetaireíai nos simpósios em Atena no final do V século a.C.. *Phoînix*, Rio de Janeiro, ano 4, p. 17-23, 1998.
- LONDEY, Peter. Philip II and the Delphic Amphiktony. *Meditarch* 7, s/1, p. 25-34, 1994.
- MADER, Gottfried. Praise, blame and authority: some strategies of persuasion in Demosthenes, *Philippic 2*. *Hermes*, Jahrgang, n. 132, p. 56-68, 2004.
- MARKLE, M.M. The strategy of Philip in 346 b. C.. *A Classical Quarterly*, Oxford, v. 24, n. 2, p. 253-268, Dec.1974.
- MITCHELL, Lynette G; RODES, P. J. Friends and Enemies in Athenian Politics. *Greece & Rome*, Cambridge, v. 43, n. 1, p. 11-30, Apr. 1996.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Philippe de Macédoine: essai sur l'histoire grecque du IV siècle av. J.-C.* Milano: Editions de L' éclat, 1992.
- MOSSÉ, Claude. *Alexandre, O Grande*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

_____. *Atenas: a história de uma democracia*. Brasília: UNB, 1997.

_____. *As instituições gregas*. Lisboa: Edições 70, 1985.

_____. *Histoire des doctrines politiques en Grèce*. Paris: PUF, 1975.

_____. *Démosthène ou les ambiguïtés de la politique*. Paris, 1994.

MUSSURILO, Herbert. A Critical Note on Demosthenes' First Philippic. *A Classical Quarterly*, Oxford, v. 7, n. 1 / 2, p. 86-88, 1957.

NESERIUS, Philip George. Isocrates' political and social ideas. *International Journal of Ethics*, Chicago, v. 43, n. 3, p. 307-328, Apr. 1933.

NORLIN, George. Introdução. In: ISOCRATES. *Panegyricus*. In: _____. ISOCRATES, v. 1. Translated by George Norlin. London: Harvard University Press, 1961, p. 116-120.

ONCKEN, Guillermo; JUSTI, Fernando. *Historia de la Persia antigua*. Buenos Aires: Impulso, 1950.

PERLMAN, S. Greek diplomatic tradition and the Corinthian League of Philip of Macedon. *Historia*, s/l, 34, p. 153-174, 1985.

REALE, Giovanni. *História da filosofia: Antigüidade e Idade Média*. São Paulo: Loyola, 1994.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REYES, Alfonso. *La crítica en la edad ateniense: la Antigua retórica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

ROBERT, Fernand. *A literatura grega*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

ROCHA, Maria Christina de Caldas Freire. A palavra como prática política na democracia ateniense. *Phoênix*, Rio de Janeiro, n. 1, p.115-121, 1995.

- ROCHER, Sancho Laura. Las fronteras de la política. La vida política amenazada según Isócrates y Demóstenes. *Gerión*, Madrid, v. 20, n.1, p. 231-253, 2002.
- ROMILLY, Jacqueline de. Isocrates and Europe. *Greece & Rome*, Cambridge, v. 39, n. 1. p. 2-13, Apr.1992.
- ROSTOVZEFF, M. *História social y económica del mundo helenístico*. Madrid: Espasa-Calpe, 1967.
- _____. *História da Grécia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- ROWE. Galen O. Demosthenes' first philippic: the satiric mode. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Middletown, v. 99, p. 361-374,1968.
- SCHLATTER, Fredric W. Isocrates, against the Sophists, 16. *The American Journal of Philology*, Baltimore, v. 93, n. 4, p. 591-597, Oct. 1972.
- SOUZA, Marcos Alvito Pereira de. O estrangeiro e o bárbaro na Grécia antiga: a questão da alteridade. In: FÉLIX, Loiva Otero; GOETTEMES, Miriam Barcellos (Orgs). *Cultura grega clássica*. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade,1989, p.55-68.
- _____. *A Guerra na Grécia Antiga*. São Paulo: Ática, 1988.
- THEML, Neyde. *A Realeza dos Macedônios (VIII e VII a. C.): uma história do outro*. Rio de Janeiro, UFF, 1993 (mimeo).
- _____. História e Arqueologia: a formação da realeza dos macedônios. *Phônix*, Rio de Janeiro, ano 3, p. 301-320, 1997.
- TOYNBEE, Arnold. *Helenismo: história de uma civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- VERNANT, Jean-Pierre. *O homem grego*. Lisboa: Presença, 1994.
- VINCE, J.H. Prefácio. In: *DEMOSTHENES ORATIONS: I-XVII, XX, olynthiacs, philippics, minor public orations*. Translated by J. H. Vince. London: Loeb Cassical Library, 1998.